

UNIVERSIDADE DE TAUBATÉ

Anderson Cristiano da Silva

**A PONTUAÇÃO E OS EFEITOS DE SENTIDO:
UM ESTUDO SOB O VIÉS BAKHTINIANO**

**Taubaté – SP
2009**

Anderson Cristiano da Silva

**A PONTUAÇÃO E OS EFEITOS DE SENTIDO:
UM ESTUDO SOB O VIÉS BAKHTINIANO**

Dissertação apresentada como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre pelo Curso de Mestrado em Lingüística Aplicada do Departamento de Ciências Sociais e Letras da Universidade de Taubaté.

Área de concentração: Língua Materna

Orientadora: Profª. Dra. Miriam Bauab Puzzo

**Taubaté – SP
2009**

Anderson Cristiano da Silva

A PONTUAÇÃO E OS EFEITOS DE SENTIDO: UM ESTUDO SOB O VIÉS
BAKHTINIANO

UNIVERSIDADE DE TAUBATÉ, TAUBATÉ, SP

DATA: _____

RESULTADO: _____

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Miriam Bauab Puzzo

Assinatura: _____

Profa. Dra. Elzira Yoko Uyeno

Assinatura: _____

Profa. Dra. Sonia Sueli Berti Santos

Assinatura: _____

AGRADECIMENTOS

A Deus, por me fazer existir e pela inestimável oportunidade de aprender.

À Profa. Dra. Miriam Bauab Puzzo, por ter acolhido minha proposta de trabalho, pela preciosa orientação e também por sua paciência e competência em estimular minha entrada no mundo bakhtiniano. Além disso, agradeço, em especial, por suas gentis sugestões e correções no decorrer da elaboração da dissertação e dos inúmeros artigos elaborados durante o percurso acadêmico.

À Profa. Dra. Elzira Yoko Uyeno, pela generosa disposição em aceitar o convite em participar da Banca Examinadora; pela clareza e sabedoria em que transmite o conhecimento. Quero agradecer também a oportunidade de compartilhar momentos de tão intensa aprendizagem com uma professora tão humilde e sábia, que nos introduziu ao mundo fascinante da Análise do Discurso.

À Profa. Dra. Sonia Sueli Berti Santos, pelas contribuições inestimáveis no Exame de Qualificação. Por suas tão valorosas sugestões que me ajudaram a aprofundar minhas análises na teoria bakhtiniana.

À Secretaria de Educação do Estado de São Paulo, pela Bolsa Mestrado.

Aos docentes do curso de Mestrado, pela dedicação e carinho.

A todas as minhas queridas colegas e amigas do curso de Lingüística Aplicada, que compartilharam e dividiram comigo esta etapa tão especial de minha vida.

QUESTÃO DE PONTUAÇÃO

Todo mundo aceita que ao homem
cabe pontuar a própria vida:
que viva em ponto de exclamação
(dizem: tem alma dionisíaca);
viva em ponto de interrogação
(foi filosofia, ora é poesia);
viva equilibrando-se entre vírgulas
e sem pontuação (na política):
o homem só não aceita do homem
que use a só pontuação fatal:
que use, na frase que ele vive
o inevitável ponto final.

(João Cabral de Melo Neto)

SILVA, Anderson Cristiano da. **A pontuação e os efeitos de sentido: um estudo sob o viés bakhtiniano**. 2009. 147 f. Dissertação de Mestrado – Curso de Mestrado em Linguística Aplicada do Departamento de Ciências Sociais e Letras da Universidade de Taubaté, Taubaté – SP.

RESUMO

A presente pesquisa objetiva problematizar a ação dinâmica dos sinais de pontuação no texto midiático impresso, neste aspecto, discutir a pertinência deste conteúdo para a constituição de sentidos. Em consonância com tais colocações, esse estudo almeja mostrar uma abordagem produtiva para o ensino e aprendizagem da pontuação, diferenciando das colocações prescritivas, de ordem sintática, encontradas em livros didáticos e manuais de gramática. Dessa forma, este trabalho também contribui para o campo investigativo da Linguística Aplicada, introduzindo maior flexibilidade e alterando a maneira de se olhar o processo de ensino e aprendizagem dos sinais de pontuação. O referencial teórico-metodológico dessa investigação tem como aporte os pressupostos bakhtinianos, principalmente a dialogia constitutiva da linguagem, além de alguns conceitos da análise do discurso, naquilo que contribuem para a perspectiva enunciativa, tais como: *ethos* e heterogeneidade discursiva. Neste arcabouço teórico, recorreremos principalmente à concepção bakhtiniana de linguagem, da qual utilizamos os conceitos de enunciado e dialogismo. Segundo esta perspectiva, a constituição dialógica se dá no diálogo entre locutor e interlocutor; além disso, há também a inclusão de outras vozes na enunciação, causando desdobramentos no discurso. Para efeito de análise, utilizamos um *corpus* constituído de quatro artigos de opinião de dois colunistas do jornal *Folha de S. Paulo*, no período correspondente ao segundo semestre de 2007 e primeiro semestre de 2008. Ao analisar os artigos, procuramos discorrer, por meio das marcas lingüístico-discursivas, as possibilidades de intercâmbio e também mudanças de posicionamento de determinadas pontuações, considerando os efeitos desta interação. Especificamente nesta análise, discutimos o emprego das vírgulas e dos parênteses, sendo considerados marcas relevantes na constituição dos sentidos. Como resultado, observamos que a ação dos sinais de pontuação contribui para revelar traços de subjetividade, bem como a dialogia constitutiva da linguagem. Sob outra perspectiva, tal análise expõe possibilidades de intercâmbio entre pontuações, visto que essas trocas e também ausências podem modificar os sentidos. Vislumbramos, a partir destas reflexões, contribuir para utilização didática mais

consistente sobre o emprego da pontuação, levando docentes e futuros docentes à compreensão mais aprofundada e crítica desse tema em textos do cotidiano.

Palavras-chave: sinais de pontuação, dialogismo, mídia impressa, constituição de sentidos, viés bakhtiniano.

ABSTRACT

THE PUNCTUATION AND THE EFFECTS OF SENSE: A STUDY UNDER BAKHTINIAN BIAS

The present research aims to bring to discussion the dynamic action of the punctuation marks in the text mediatic printed; in this aspect, to discuss the pertinence of this content to the constitution of senses. In consonance with these placements, this study aims to show a productive approach to the teaching and learning of the punctuation, differentiating the prescriptive placements, of syntactic order, found in didactic books and manuals of grammar. Thus, this work also contributes to the investigative field of Applied Linguistics, introducing greater flexibility and changing the way to look at the process of teaching and learning of the punctuation marks. The referential theoretical-methodological of this investigation has as apport Bakhtin's principles, mainly the constituent dialogism of the language; beyond some concepts of discourse analysis, in what they contribute for enunciative perspective, such as: *ethos* and discursive heterogeneity. In this theoretical framework, we resort principally to the bakhtinian conception of language, in which we use the concepts of enunciation and dialogism. According to this perspective, the dialogical constitution occurs in the dialogue between speaker and interlocutor; in addition, there is also the inclusion of other voices in the enunciation, causing unfoldings in the discourse. For effect of analysis, we used a *corpus* consisting of four newspaper articles of two contributors of the *Folha de S. Paulo* newspaper, in the period corresponding to the second half of 2007 and first half of 2008. In analyzing the articles, we try to discuss, by means of the linguistic-discursive marks, the possibilities for interchange and also changes of positioning of determined punctuations, considering the effects of this interaction. Specifically in this analysis, we discuss the use of commas and brackets, being considered relevant marks in the constitution of the senses. As a result, we observe that the action of the punctuation marks contributes to reveal traces of subjectivity and dialogue constitutive of language. From another perspective, this analysis shows possibility of interchanging of punctuations, and as these changes and also absences can modify the senses. We glimpse, from these reflections, to contribute for the didactic utilization more consistent about the employment of the punctuation, leading teachers and future teachers to the deeper and critical comprehension of this theme in texts of the quotidian.

Keywords: punctuation marks, dialogism, printed media, constitution of senses, bakhtinian bias.

RÉSUMÉ

LA PONCTUATION ET DES EFFETS DE SENS : UNE ÉTUDE PAR LE BIAIS BAKHTINIEN

Cette recherche a pour problématique l'action dynamique des signes de ponctuation dans le texte médiatique imprimé; et sous cet angle, se propose d'établir la pertinence de ce contenu dans la constitution de sens. En accord avec ces propositions, cette étude prétend montrer une approche productive dans l'enseignement et apprentissage de la ponctuation, en différenciant des règles normatives d'ordre syntaxique, trouvées dans des livres didactiques et des manuels de grammaire. De cette façon, ce travail contribue aussi à la recherche dans le domaine de la Linguistique Appliquée, en introduisant une plus grande flexibilité et en modifiant la manière de regarder le processus d'enseignement et apprentissage des signes de ponctuation. Le référentiel théorique-méthodologique de cette recherche a pour support les présupposés bakhtiniens, surtout la dialogie constitutive du langage; ainsi que quelques concepts de l'analyse du discours, en ce qui contribue à la perspective énonciative, tels que: l'*ethos* et l'hétérogénéité discursive. Nous recourons principalement à la conception bakhtinienne du langage, dont nous utilisons les concepts d'énoncé et de dialogisme. Selon cette perspective, la constitution dialogique s'élabore dans le dialogue entre le locuteur et l'interlocuteur; à cela s'ajoute, l'inclusion d'autres voix à l'énonciation, ce qui cause des dédoublements dans le discours. Pour cette analyse, notre *corpus* est constitué de quatre articles d'opinion de deux contributeurs du journal *Folha de São Paulo*, parus dans le deuxième semestre 2007 et le premier semestre 2008. Par l'analyse de ces textes, nous cherchons à examiner, par le biais des marques linguistic-discursives, les possibilités de substitution et aussi de changements de positionnement de certaines ponctuations, tout en considérant les effets de cette interaction. Plus spécifiquement pour cette analyse, nous nous penchons sur l'emploi des virgules et des parenthèses, considérées marques importantes dans la constitution du sens. Comme résultat, nous observons que l'action des signes de ponctuation contribue à révéler des traces de subjectivité et aussi le dialogisme constitutif du langage. Sous une autre perspective, une telle analyse expose des possibilités d'échanges entre des ponctuations, vu que ces échanges et aussi des absences peuvent modifier le sens. Nous prétendons, à partir de ces réflexions, contribuer à une utilisation didactique plus consistante de l'emploi de la ponctuation, amenant de enseignants et de futurs enseignants à la compréhension plus approfondie et critique de ce sujet dans des textes du quotidien.

Mots-clé: signes de ponctuation, dialogisme, média imprimée, constitution de sens, biais bakhtinien.

SUMÁRIO

| | |
|---|----|
| RESUMO | 05 |
| ABSTRACT | 07 |
| RÉSUMÉ | 08 |
| INTRODUÇÃO | 12 |
| | |
| CAPÍTULO 1 – PRESSUPOSTOS TEÓRICOS | |
| 1-Apresentação do capítulo..... | 17 |
| 1.1 Os conceitos bakhtinianos: contribuições para pesquisa lingüística..... | 17 |
| 1.1.1 O caráter dialógico do texto: uma perspectiva bakhtiniana..... | 19 |
| 1.1.2 A concepção de enunciado e a caracterização do dialogismo..... | 21 |
| 1.1.3 A subjetividade dos enunciados: as marcas dos (inter)locutores..... | 27 |
| 1.1.4 Artigo opinativo da mídia impressa: a noção de gênero..... | 33 |
| 1.2 A heterogeneidade presente nos textos midiáticos..... | 45 |
| | |
| CAPÍTULO 2 – PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS | |
| 2-Apresentação do capítulo..... | 49 |
| 2.1 A relevância dos textos opinativos..... | 49 |
| 2.2 A mídia como fonte de estudo..... | 52 |
| 2.2.1 Reflexões sobre a mídia..... | 54 |
| 2.2.2 A mídia e o discurso..... | 57 |
| 2.2.3 O <i>ethos</i> discursivo: exteriorização dos sujeitos no discurso..... | 61 |
| 2.3 A esfera jornalística..... | 63 |
| 2.4 <i>Folha de S. Paulo</i> e a pontuação no texto opinativo: expressões de subjetividade..... | 65 |

CAPÍTULO 3 – OS SINAIS DE PONTUAÇÃO: UM ESTUDO SOBRE O USO DOS PARÊNTESES E DA VÍRGULA

| | |
|--|----|
| 3-Apresentação do capítulo..... | 70 |
| 3.1 Um breve percurso histórico..... | 71 |
| 3.2 A pontuação sob o viés normativo..... | 75 |
| 3.3 Os sinais de pontuação: marcas que explicitam a movimentação discursiva..... | 79 |
| 3.4 A funcionalidade dos sinais de pontuação..... | 82 |
| 3.5 O uso dos parênteses: uma marca de interação no discurso..... | 83 |
| 3.6 A vírgula sob diferentes perspectivas..... | 86 |
| 3.7 A pontuação e a constituição de sentidos: uma proposta discursiva..... | 92 |

CAPÍTULO 4 – PONTUAÇÃO E MÍDIA IMPRESSA: ANÁLISE DO *CORPUS*

| | |
|---------------------------------|-----|
| 4-Apresentação do capítulo..... | 99 |
| 4.1 Análise 1..... | 99 |
| 4.2 Análise 2..... | 111 |
| 4.3 Análise 3..... | 121 |
| 4.4 Análise 4..... | 128 |

| | |
|----------------------------------|------------|
| CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 139 |
|----------------------------------|------------|

| | |
|--|------------|
| REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS..... | 144 |
|--|------------|

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa insere-se em conformidade aos preceitos bakhtinianos de linguagem, embasados também por alguns princípios da análise do discurso, naquilo que contribuem para a perspectiva enunciativa.

Cabe, além disso, ressaltar que este trabalho faz parte de um projeto¹ cuja temática aborda a análise do discurso midiático impresso como subsídio ao ensino de Língua Portuguesa.

Em consonância com a linha teórica na qual se ancora esta dissertação, não há preocupação em estabelecer uma verdade inquestionável sobre o emprego da pontuação, mas problematizá-la de maneira a proporcionar uma reflexão crítica sobre o papel que este conteúdo exerce na constituição de sentidos.

Dessa forma, faz-se necessário explicitar, de forma breve: a justificativa, os objetivos e as perguntas de pesquisa que justificam a investigação do tema e sua relevância para o campo epistemológico da Lingüística Aplicada; pois acreditamos que essa pesquisa possa contribuir na concepção crítica de (futuros) docentes, para que adquiram domínio sobre este importante instrumento de organização textual.

Verificamos em nossa prática docente que muitos educandos, em diferentes níveis de escolaridade, não têm uma compreensão fundamentada sobre o emprego dos sinais de pontuação, além de não terem noção de sua importância e conseqüência para a construção do texto escrito.

¹ PROJETO 7 (Coordenado pela Profa. Dra. Miriam Bauab Pozzo) – Análise e discussão do processo lingüístico-discursivo, centrado na dialogia, polifonia, intertextualidade presentes na mídia impressa, como recurso persuasivo e como responsável para criação de mitos sociais, constituídos na linguagem. Estudo do jogo lingüístico que se dá nesse discurso bem como os efeitos de sentido decorrentes, para levar futuros docentes à compreensão mais profunda e crítica desse discurso.

Percebemos também que o ensino e aprendizagem da pontuação continuam atrelados apenas a funções de ordem sintática e suas inúmeras nomenclaturas, o que compromete uma aprendizagem efetiva.

Também notamos que esta prática está associada a prescrições dos manuais de gramática e de livros didáticos que valorizam as inúmeras regras e ignoram a presença do sujeito produtor do discurso, sujeito este que constrói ou altera o sentido a partir de sua constituição subjetiva.

Dessa maneira, propusemo-nos refletir sobre as abordagens que regem o ensino e aprendizagem dos sinais de pontuação, tendo como escopo a apresentação de novas perspectivas para o uso deste conteúdo dentro do campo investigativo da Linguística Aplicada.

Para alcançar tais objetivos, procuramos responder às seguintes perguntas de pesquisa: como proporcionar aos (futuros) docentes uma visão crítica sobre a importância do emprego da pontuação? Como trazer uma abordagem produtiva ao ensino e aprendizagem da pontuação?

Na tentativa de solucionar tais questões, trabalhamos em uma perspectiva discursiva, trazendo exemplos da linguagem em uso e, para tal finalidade, escolhemos utilizar textos da esfera jornalística veiculados em uma mídia impressa de grande circulação (*Folha de S. Paulo*).

A análise e a reflexão sobre o uso da pontuação em textos midiáticos tornam-se pertinentes, pois levam os participantes do discurso a perceberem a importância do uso e os efeitos de sentido que estes signos ideográficos (DAHLET, 2006) exercem na materialidade linguística.

A isto, soma-se o papel social da esfera midiática e sua importância na constituição de leitores fluentes e críticos. A análise da pontuação através de textos de mídia impressa

justifica-se pela relevância deste meio, uma vez que proporciona um material muito rico para investigação da linguagem em uso e a observação da constituição de sentidos (PUZZO, 2007).

Para organização desta pesquisa, a dissertação organiza-se dividida em quatro partes dialogicamente entrelaçadas:

O primeiro capítulo tem por objetivo discutir o quadro teórico que embasa este trabalho dentro de uma perspectiva bakhtiniana, tendo como foco a importância do estudo dos sinais de pontuação numa abordagem discursiva.

Com base nos pressupostos teóricos (dentro da perspectiva bakhtiniana), o segundo capítulo apresenta a metodologia utilizada em nossa pesquisa, focalizando o estudo da pontuação e sua relação com textos jornalísticos da mídia impressa.

Sendo assim, o *corpus* da pesquisa constitui-se de textos opinativos retirados do jornal *Folha de S. Paulo* entre o segundo semestre de 2007 e primeiro semestre de 2008. A escolha dos textos deste jornal para análise justifica-se por sua importância no contexto nacional, sendo considerado um dos maiores periódicos do país.

Além disso, os textos midiáticos representam material importante para análise discursiva devido à riqueza lingüística que os constituem; por isso, é preciso destacar a relevância desses textos como material investigativo.

Sob outro aspecto, há uma dualidade no discurso presente na escola, referente ao ensino e aprendizagem dos sinais de pontuação; uma vez que nos parece não haver um ensino eficaz para este conteúdo.

A relação da pontuação com as nomenclaturas sintáticas não parece tão produtora, pois antes de aprender a pontuar, seria necessário um domínio maior das estruturas sintáticas, estando um conteúdo atrelado ao outro.

Se não houver essa relação de aprendizagem, os educandos ficam fadados a pontuarem sem nenhum parâmetro, dessa maneira, recorrem à intuição ou a regras pouco ortodoxas.

Desse modo, este tipo de prática ratifica nossa proposta de pesquisa, pois procuramos desvincular a idéia do ensino e aprendizagem da pontuação, única e exclusivamente, a nomenclaturas de ordem sintática.

A partir destas constatações, achamos necessário buscar materiais que nos permitissem observar as diferentes perspectivas que englobam este assunto. Nesse sentido, o trabalho com exemplos da mídia impressa e a análise contrastiva entre os diversos autores que trabalham com pontuação são justificativas para o desenvolvimento deste estudo.

O terceiro capítulo desta dissertação constitui-se da discussão e reflexões sobre o emprego dos sinais de pontuação, com o objetivo de auxiliar no entendimento da análise de nosso material de pesquisa.

Num primeiro momento, discorremos de modo breve sobre o percurso teórico dos sinais de pontuação a fim de esclarecer as práticas contemporâneas existentes sobre o assunto. Na seqüência, apresentamos a concepção e as regras que regem o uso da pontuação em alguns manuais de gramática.

Na segunda parte deste capítulo, discorremos sobre o papel que a pontuação exerce na explicitação do heterogêneo da língua; nesse ponto, tratamos mais especificamente sobre os parênteses as vírgulas. Para efeito de análise, finalizamos este capítulo refletindo com mais ênfase a questão da constituição de sentidos e as manifestações estilísticas do sujeito proporcionadas pelos sinais de pontuação.

No quarto capítulo, analisamos quatro textos opinativos de dois colunistas do jornal *Folha de S. Paulo*. Na primeira análise, discutimos um artigo do colunista Vinícius Torres Freire (junho/2007 – Caderno Dinheiro); já nas outras três análises, discorremos sobre artigos opinativos do articulista Clóvis Rossi (outubro/2007; janeiro/2008; março/2008 – Caderno Opinião). Dessa forma, objetivamos discorrer sobre a constituição de sentidos que podemos visualizar através dos sinais de pontuação.

Junto com o desenvolvimento dessa nova proposta, nosso desafio é destacar a relação dialógica que os enunciados mantêm com o momento sócio-histórico de produção e as possíveis atitudes responsivas sugeridas na inter-relação entre o locutor e público leitor.

Dessa forma, escapa-se de uma análise exclusivamente centrada na materialidade lingüística e apoiada em nomenclaturas sintáticas; mas apoiados nesta apreciação, espera-se ampliar os horizontes sobre o emprego da pontuação a partir da perspectiva discursiva proposta por Bakhtin.

CAPÍTULO 1

PRESSUPOSTOS TEÓRICOS

1. Apresentação do capítulo

O presente capítulo tem por objetivo discutir o quadro teórico que embasa este trabalho dentro de uma perspectiva bakhtiniana, tendo como foco central a importância do estudo dos sinais de pontuação numa abordagem discursiva, a partir de um *corpus* oriundo da mídia impressa.

Em acordo com a fundamentação teórica adotada nesta dissertação, nossa preocupação não é constituir uma verdade única sobre a utilização dos sinais de pontuação, mas discutir modos de proporcionar uma reflexão crítica sobre este conteúdo e sua relevância para a constituição de sentidos no texto escrito.

Para tanto, partimos da perspectiva bakhtiniana, referente aos conceitos de: texto, dialogismo, enunciado e gênero discursivo. Também contamos com a colaboração de outros conceitos de linha discursiva, naquilo que contribuem para a perspectiva enunciativa.

1.1 Os conceitos bakhtinianos: contribuições para pesquisa lingüística

Este estudo propõe-se a explicitar a contribuição da teoria bakhtiniana para a área das pesquisas em ciências humanas e, em especial, na área lingüística. A partir da perspectiva teórica adotada, discutiremos e utilizaremos alguns pressupostos bakhtinianos.

Os subsídios que Bakhtin trouxe para área de pesquisa em Lingüística Aplicada são de fundamental importância atualmente, tendo seu papel de destaque no avanço das pesquisas em ciências humanas. Dessa forma, apoiamo-nos em diversos autores (OLIVEIRA, 2002;

AMORIM, 2003; AMORIM, 2004) para correlacionarmos os conceitos bakhtinianos com a inserção neste campo de estudo, cuja temática articula e amplia a discussão relativa à materialidade lingüística, relacionando-a ao contexto.

Num primeiro momento, a concepção de língua, entendida como instrumento de comunicação, foi um dos pressupostos que serviu de contraponto para as novas idéias discutidas pelo círculo de Bakhtin. Nesse contexto, “os estudos produzidos pelos autores deste círculo não estão inseridos nos marcos de uma visão de mundo idealista, nem em uma concepção positivista da produção do conhecimento” (OLIVEIRA, 2002, p.108).

Além disso, seria preciso ainda acentuar a peculiaridade do caminho traçado pelos autores do círculo, mais especificamente por Bakhtin, para chegar a propor uma concepção de linguagem, mais conhecida no âmbito dos estudos lingüísticos como a concepção dialógica da linguagem. (OLIVEIRA, 2002, p. 109).

Conforme o excerto acima, as concepções bakhtinianas são essenciais para o desenvolvimento de pesquisas no campo das ciências humanas, pois a visão que se tinha de língua (como instrumento) foi alterada com a inserção de novos conceitos, considerando o caráter social, histórico e ideológico da linguagem.

Ao propormos analisar a constituição de sentidos a partir do emprego dos sinais de pontuação, temos que considerar que os signos lingüísticos não são os únicos elementos na construção dos significados, mas fazem parte de um processo discursivo integrado a um contexto sócio-histórico, centrado nos sujeitos que o constituem.

Na seqüência, explicitamos os principais conceitos utilizados para o arcabouço teórico desta investigação. Nesse ponto, faz-se pertinente a ambientação dos conceitos bakhtinianos empregados na dissertação, tais como: texto, dialogismo, enunciado e gênero discursivo.

1.1.1 O caráter dialógico do texto: uma perspectiva bakhtiniana

Ao discutirmos a questão da pontuação, estamos necessariamente nos referindo ao texto escrito, pois estes são indissociáveis. Os sinais de pontuação só têm função a partir da escrita e, dessa forma, precisamos deixar explícita a perspectiva sobre a concepção de texto adotada em nossa pesquisa.

Segundo alguns estudiosos, o texto pode ser denominado como discurso ou enunciado, idéia esta que se distancia da visão de texto tomado como objeto e como algo acabado. Essa nova concepção mudou a visão das ciências humanas, entendendo o texto como produto da interação humana.

Dessa concepção decorre que o homem não só é conhecido através dos textos, como se constrói enquanto objeto de estudos nos ou por meio dos textos, o que distinguiria as ciências humanas das ciências exatas e biológicas que examinam o homem “fora do texto”. Bakhtin propõe, para cada ciência humana, um objeto textual específico, pois pontos de vista diferentes sobre o texto constroem “textos” e, portanto, objetos também diferentes. (BARROS, 1997, p. 28).

Desse modo, podemos observar a inserção do homem dentro dos estudos lingüísticos. Até então, nas ciências humanas, o sujeito não era considerado parte integrante no estudo da linguagem, pois esta abordagem igualava as práticas desenvolvidas por outras áreas.

As contribuições bakhtinianas vieram apresentar uma nova maneira de fazer pesquisa no campo das ciências humanas, uma vez que não dissocia o homem da linguagem. Nesta nova visão, podemos visualizar o princípio do dialogismo, já que:

Ao tratar, em seus escritos, do texto como objeto das ciências humanas, Bakhtin aponta já as duas diferentes concepções do princípio dialógico, a do diálogo entre interlocutores e a do diálogo entre discursos, pois considera que nas ciências humanas o objeto e o método são dialógicos. (BARROS, 1997, p. 28).

Ainda sobre a concepção de texto, Barros destaca quatro itens para defini-lo. Sendo assim, o texto pode ser compreendido como: 1. objeto significativo; 2. produto da criação ideológica; 3. processo dialógico; 4. algo único, não reproduzível.

A autora também caracteriza o método nas ciências humanas fazendo uso das afirmações de Bakhtin, das quais afirma “que se trata da **compreensão respondente**: procura-se conhecer **um objeto**, nas ciências naturais, **um sujeito** – produtor de textos –, nas ciências humanas” (BARROS, 1997, p.29).

Por sua vez, Bakhtin diz que “o texto representa uma realidade imediata (do pensamento e da emoção), a única capaz de gerar essas disciplinas e esse pensamento” (BAKHTIN, 1992, p.329). A partir desta afirmação, observamos que a leitura de determinado texto implica outras leituras atravessadas por várias vozes que o constituem.

O que nos interessa, nas ciências humanas, é a história do pensamento orientada para o pensamento, o sentido, o significado do outro, que se manifestam e se apresentam ao pesquisador somente em forma de texto. Quaisquer que sejam os objetivos de um estudo, o ponto de partida só pode ser o texto. (BAKHTIN, 1992, p. 330).

Inserido nessa proposta, dois fatores colaboram para que um texto seja considerado como enunciado: seu projeto (intenção) e a execução desse projeto. Em síntese, o que queremos ressaltar é que, para Bakhtin (1992), a problemática do texto está relacionada à intenção do autor que o constrói e também da atitude responsiva dos interlocutores.

Como exemplo, podemos pensar em um articulista de um grande jornal, que deve ter um bom domínio lingüístico e, conseqüentemente, um bom conhecimento sobre outros mecanismos que engendram o texto escrito, como é o caso dos sinais de pontuação. Além disso, o autor tem que pressupor também um interlocutor que dialogará com seu enunciado.

Dessa forma, para que haja interação de sentidos pressupõe-se o caráter dialógico do texto. Segundo Bakhtin (1992), o texto dialoga com diversos textos já constituídos que resultam em novos textos numa rede interminável.

A partir destas constatações, faz-se necessária a explanação mais aprofundada sobre dois conceitos importantes em nossa investigação, que é a concepção de dialogismo e de enunciado.

1.1.2 A concepção de enunciado e a caracterização do dialogismo

Antes de discorrermos sobre os enunciados e a caracterização do dialogismo, cabe-nos discutir duas questões que envolvem as análises de nossa pesquisa e que faz parte de todo enunciado: o tempo e o espaço.

A complexa relação que se estabelece na interação verbal requer um acabamento que só pode vir do exterior através do olhar do outro; mas muitas vezes a “ponte” que liga os (inter)locutores materializa-se em outro tempo/espaço.

Existe uma analogia quase total entre significados das fronteiras temporais e espaciais na autoconsciência e na consciência do outro. O exame fenomenológico e a descrição do autovivenciamento e do vivenciamento do outro, tendo em vista que a genuinidade dessa descrição não é turvada pela inserção de generalizações e leis teóricas (em linhas gerais, o homem é uma equação do *eu* e do *outro*, um desvio em face das significações axiológicas), revelam nitidamente a diferença essencial que tem o significado do tempo na organização do meu autovivenciamento e do vivenciamento do outro por mim. O outro está mais intimamente ligado ao tempo (não se trata, claro, do tempo elaborado pela matemática nem pelas ciências naturais, pois isto subentenderia uma generalização correspondente do homem), está por inteiro inserido no tempo como o está inteiramente no espaço, no vivenciamento dele por mim nada perturba a temporalidade contínua de sua existência. Eu não estou para mim mesmo inteiramente no tempo, mas “minha maior parte” é vivenciada intuitivamente por minha própria pessoa fora do tempo, eu disponho de um apoio imediatamente dado no sentido. (BAKHTIN, 2003, p. 99-100).

Neste contexto, Bakhtin vem nos trazer a noção de cronotopia (tempo) e exotopia (espaço), cujos conceitos são imprescindíveis para se analisar um *corpus* sob a perspectiva bakhtiniana.

Quando se propõe analisar a constituição de sentidos através da pontuação, ao mesmo tempo considera-se também o acabamento do enunciado. Este acabamento é um ato no qual o tempo e espaço são fatores importantes para análise discursiva que nos propusemos discutir.

Compreendido o caráter central que exercem os conceitos engendrados por Bakhtin em nosso trabalho, consideramos relevante a delimitação dos conceitos de enunciado e dialogia, uma vez que a condição do sentido está atrelada a estes postulados.

O teórico russo “antecipa de muito as principais orientações da lingüística moderna, principalmente no que respeita aos estudos da enunciação, da interação verbal e das relações entre linguagem” (BARROS, 1994, p.1). Nessa perspectiva, o enunciado concilia abordagens externas e internas da linguagem, tornando-se um objeto social e histórico.

Sob outro aspecto, só se pode compreender a relação dialógica como algo interacional pelo deslocamento do conceito de emissor. Para Bakhtin, o emissor é visto como sujeito discursivo, pois é formado pelos discursos nos quais estão presentes diferentes vozes sociais.

Os limites de cada enunciado concreto como unidade de comunicação discursiva são definidos pela *alternância dos sujeitos do discurso*, ou seja, pela alternância dos falantes. Todo enunciado – da réplica sucinta (monovocal) do diálogo cotidiano ao grande romance ou tratado científico – tem, por assim dizer, um princípio absoluto e um fim absoluto: antes do seu início, os enunciados de outros; depois do seu término, os enunciados responsivos de outros (ou ao menos uma compreensão ativamente responsiva silenciosa do outro ou, por último, uma ação responsiva baseada nessa compreensão). O falante termina o seu enunciado para passar a palavra ao outro ou dar lugar à sua compreensão ativamente responsiva. (BAKHTIN, 2003, p.275).

Quando se escreve, o locutor tem dentro de si a imagem de um leitor. Dessa forma, no ato da escrita, o enunciatador tem como interlocutor o possível leitor e em função dessa imagem elabora seu enunciado pressupondo uma atitude responsiva. No instante da redação, a escolha pelos sinais é definida em função desse diálogo.

Dessa forma, os postulados bakhtinianos levam-nos à compreensão do “papel do outro na constituição do sentido ou sua insistência em afirmar que nenhuma palavra é nossa, mas traz em si a perspectiva de outra voz” (BARROS, 1994, p.3).

Desse modo, a alternância dos sujeitos do discurso, que emoldura o enunciado e cria para ele a massa firme, rigorosamente delimitada dos outros enunciados a ele vinculados, é a primeira peculiaridade constitutiva do enunciado como unidade de comunicação discursiva, que o distingue da unidade da língua. (BAKHTIN, 2003, p.279-280).

Nesse caso, as vozes que dialogam têm posições diferentes, por meio das quais o discurso se constrói na soma dessa alternância entre sujeitos, representando a linguagem em funcionamento. Convém reiterar que estes postulados trazidos pelo teórico russo são de extrema importância e contribuem para pesquisas de base discursiva.

Em consonância com tais colocações, nosso estudo também recorre ao conceito de dialogismo, pois “a investigação é necessariamente um diálogo e que a compreensão se instaura a partir da atuação de duas consciências, de dois sujeitos discursivos” (BARROS, 1994, p.13).

Dessa maneira, os enunciados podem ser analisados e interpretados de diferentes maneiras, dado o caráter subjetivo dos indivíduos.

Entretanto, essa incompletude interna, mais do que um arcabouço teórico inacabado, é uma postura científico-filosófica, uma forma de investigação que aponta para uma totalidade aberta em que o discurso, forma histórica e falante, faz-se ouvir através de suas inúmeras vozes, dirige-se a um interlocutor e impõe uma atitude dialógica, a fim de que os vários sentidos, distribuídos entre as vozes, possam aflorar. Nessa perspectiva, o discurso, o seu concerto de incessante produção de efeitos de sentido, não é jamais um objeto pacífico e passível de submissão ao monologismo de uma teoria acabada. (BARROS, 1994, p.16).

Com relação ao diálogo entre enunciados, Barros (1997) ratifica que a interação da linguagem dá-se pelos interlocutores, e estes são seres sociais constituídos por diversos enunciados historicamente constituídos.

Sob outro aspecto, o dialogismo constitui-se como um dos elementos unificadores do pensamento bakhtiniano, com esse conceito funda-se a propriedade dialógica da língua. Essa propriedade manifesta-se através da relação entre enunciados, uma vez que:

Todo enunciado é um elo na cadeia de comunicação discursiva. É a posição ativa do falante nesse ou naquele campo do objeto e do sentido. Por isso cada enunciado se caracteriza, antes de tudo, por um determinado conteúdo semântico-objetival. A escolha dos meios lingüísticos e dos gêneros de discurso é determinada, antes de tudo, pelas tarefas (pela idéia) do sujeito do discurso (ou autor) centradas no objeto e no sentido. É o primeiro momento do enunciado que determina as suas peculiaridades estilísticas-composicionais. (BAKHTIN, 2003, p.289).

Sendo assim, ao analisarmos os sentidos advindos do texto jornalístico e a suposta neutralidade deste meio, temos que levar em consideração a questão dialógica, pois a compreendemos como parte inerente de qualquer enunciado.

Ao pensarmos que o discurso presente nos jornais exhibe diferentes perspectivas, qualquer assunto que esteja sendo abordado também passará pela visão do outro. Em decorrência dessa alteridade, pode-se notar a característica de todo e qualquer enunciado. Nesse aspecto, cabe-nos discorrer mais a fundo sobre o dialogismo e seu princípio de constituição.

Segundo o construto bakhtiniano, o dialogismo se constitui a partir da relação de três elementos: a relação entre enunciados, a forma composicional e o princípio de constituição dos sujeitos do discurso.

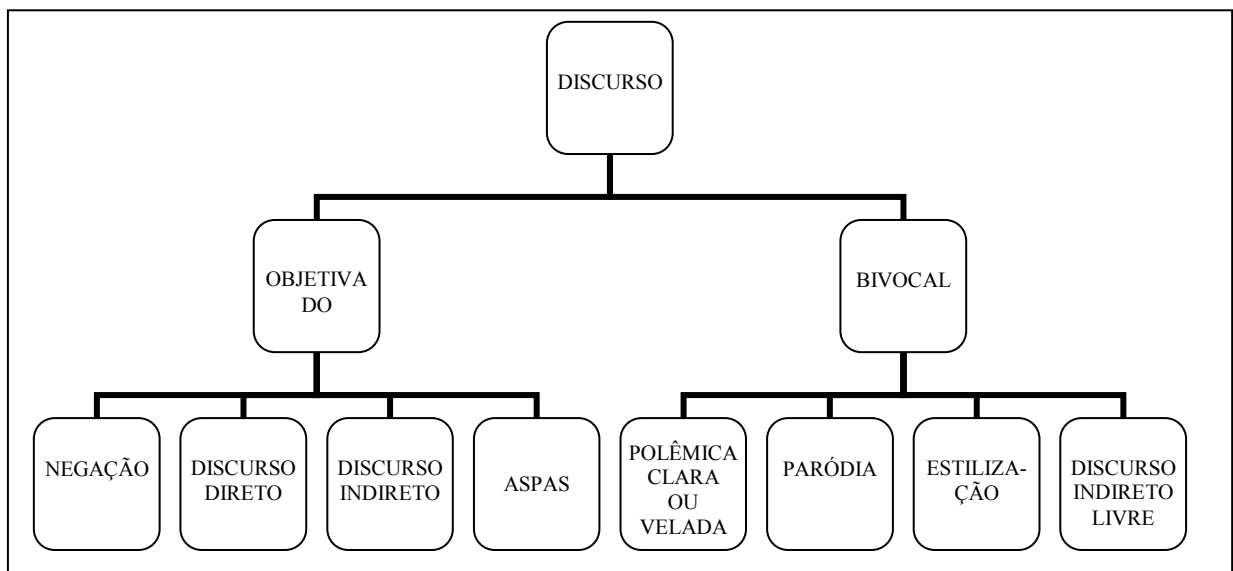
No primeiro elemento caracterizador do dialogismo, Fiorin reafirma o caráter interacional do enunciado, considerado seu princípio constitutivo; além de representar o modo de funcionamento real da linguagem no qual o enunciado bakhtiniano revela-se sempre heterogêneo. De acordo com este autor, o enunciado revela duas posições: a de quem enuncia e uma oposição à qual ele se constitui.

Outro ponto importante nessa primeira caracterização de dialogismo é a distinção do vocábulo diálogo, uma vez que existe a possibilidade de um equívoco conceitual. Portanto, deve-se dissociar a idéia de dialogismo à de diálogo, tendo em vista que este carrega a idéia de solução de conflitos.

A relação contratual com um enunciado, a adesão a ele, a aceitação de seu conteúdo fazem-se no ponto de tensão dessa voz com outras vozes sociais. Se a sociedade é dividida em grupos sociais, com interesses divergentes, então os enunciados são sempre o espaço de luta entre vozes sociais, o que significa que são inevitavelmente o lugar da contradição. O que é constitutivo das diferentes posições sociais que circulam numa dada formação social é a contradição. O contrato se faz com uma das vozes de uma polêmica. (FIORIN, 2006, p. 25).

O segundo item na constituição do dialogismo trata-se da inclusão do enunciador na voz de outros enunciadores. Dessa forma, existem marcas perceptíveis que explicitam as diferentes vozes no discurso.

Há duas possibilidades de inserir o discurso do outro no enunciado: o discurso objetivado (discurso alheio demarcado) e o discurso bivocal (discurso alheio não demarcado). Para ilustrar algumas formas de observação do outro no discurso, colocamos abaixo os agrupamentos propostos por Fiorin (2006).



Quadro 1 – Organograma com exemplos de discurso objetivado e bivocal

Em consonância com o quadro acima, existem diferentes modos de observar a diversidade de enunciados presentes em um determinado discurso. Entre as possibilidades citadas, ratificamos a existência de outras vozes nas quais podemos observar a demarcação explícita da heterogeneidade na superfície textual, e com elas as variações de tom presentes no discurso.

No que tange ao tema dessa pesquisa, as aspas (citadas no organograma acima) também são recursos possíveis para a revelação da presença discursiva de outrem.

Acreditamos que outros sinais de pontuação (os quais analisaremos) também possam colaborar no apontamento das múltiplas vozes presentes na materialidade lingüística.

Na terceira parte da conceituação sobre dialogismo, observa-se a inserção do sujeito e a construção da consciência (na qual as vozes são compreendidas de diferentes maneiras).

Sobre esta última,

A consciência constrói-se na comunicação social, ou seja, na sociedade, na História. Por isso, os conteúdos que a formam e a manifestam são semióticos. Isso explica a importância que tem a linguagem no projeto bakhtiniano de construção de uma teoria das superestruturas. A apreensão do mundo é sempre situada historicamente, porque o sujeito está sempre em relação com outro(s). O sujeito vai constituindo-se discursivamente, apreendendo as vozes sociais que constituem a realidade em que está imerso, e, ao mesmo tempo, suas inter-relações dialógicas. Como a realidade é heterogênea, o sujeito não absorve apenas uma voz social, mas várias, que estão em relações diversas entre si. Portanto, o sujeito é constitutivamente dialógico. (FIORIN, 2006, p. 55).

Como podemos ver, na concepção de dialogismo, o sujeito tem um papel fundamental na dinâmica dialógica da linguagem. Nesse processo, a consciência torna-se fator essencial para assimilação das diferentes vozes.

Ao propormos analisar a contribuição que os sinais de pontuação exercem na constituição de sentidos, há a necessidade de expormos as relações dialógicas entre enunciados, que têm no dialogismo o ponto nodal para nossas reflexões; tendo em vista o caráter interativo do enunciado concreto, no qual os sinais de pontuação contribuem para o fluxo de sentido.

Em consonância com o ambiente teórico exposto, trabalharemos em nossas análises com a concepção dialógica de enunciado, sendo considerados estes como unidades reais de comunicação. De acordo com esta linha de raciocínio, não são as unidades da língua dialógicas, mas os enunciados.

Para explicitar essa diferença, reproduzimos algumas características que diferem o enunciado das unidades da língua.

| UNIDADES DA LÍNGUA | UNIDADES REAIS DE COMUNICAÇÃO |
|---|---|
| Sons, as palavras, as orações | Enunciados |
| Repetíveis | Irrepetíveis, uma vez que são acontecimentos únicos |
| Não pertencem a ninguém, não têm autor | Têm autor |
| São completas, mas não têm um acabamento que permite uma resposta | Têm um acabamento específico que permite uma resposta |
| São neutras | Carregam juízos de valor e emoções |
| Não são dirigidas a ninguém | Têm um destinatário |
| Têm significado, que é apreendida da relação com outras unidades da mesma língua ou de outros idiomas | Têm sentido, que é sempre de ordem dialógica |

Quadro 2 – enunciado bakhtiniano a partir dos apontamentos de Fiorin.

A partir deste pressuposto bakhtiniano, objetivamos trabalhar com as unidades reais de comunicação (enunciados), pois elas nos ajudam a entender a constituição de sentidos produzidos pela dinâmica existente entre a pontuação e os textos da mídia impressa, em especial os textos opinativos.

1.1.3 A subjetividade dos enunciados: as marcas dos (inter)locutores

Sob a perspectiva delineada anteriormente, as idéias de Brandão (1997) vêm corroborar e ratificar nossa compreensão sobre o caráter dialógico dos enunciados, pois também discorre sobre o caráter subjetivo da língua e explicita a relação intrínseca entre emissor e discurso.

A construção dos significados é decorrente da constituição subjetiva de cada sujeito, pois quem dá e atribui sentido nas relações textuais é o homem. A idéia de subjetividade vem contra as concepções do sujeito cartesiano, compreendido como autor consciente do próprio discurso.

O nascimento da subjetividade, sob a égide do cartesianismo, vai implicar, dessa forma, uma transformação no conhecimento da realidade: o real passa a ser apreendido pela consciência. A realidade deixa de ser algo que se manifesta por sua força interna e que possui em si mesma a inteligibilidade. Há uma separação entre Sujeito e Objeto, tidos agora como termos independentes. Considerando como uma exterioridade, o objeto passa a ser algo que é representado por um Sujeito que lhe confere sentido. (BRANDÃO, 1997, p. 282-283).

As concepções filosóficas a respeito do sujeito colaboram para uma visão mais centrada no campo da linguagem. Como a subjetividade faz parte das relações dialógicas, a crença de que há um sentido único e verdadeiro não se sustenta. A preocupação sob o ponto de vista cartesiano era a comprovação da verdade no enunciado. Em torno desta visão,

Um enunciado era verdadeiro se correspondesse a um estado de coisas existentes. Mobilizando o conceito de verdade, a preocupação estava voltada para as formas de representação do real; um real constituído por um sujeito que separa, elimina o contraditório, classifica, nomeia, detentor de certezas, marcado pela preocupação da transparência e da unidade.

Essa concepção de língua sofre um deslocamento na epistemologia moderna que, opondo-se ao tradicional paradigma clássico, faz emergir uma nova maneira de ver a língua apreendendo-a no seu funcionamento concreto. Nessa nova tendência, a linguagem passa a ser considerada o lugar da constituição da subjetividade. É pela linguagem que o homem se constitui enquanto subjetividade, porque abre o espaço para as relações intersubjetivas e para o reconhecimento recíproco das consciências. (BRANDÃO, 1997, p. 287).

Como vimos, a subjetividade é um fator de extrema importância, pois está relacionada com a constituição de sentido, seja do texto oral ou do texto escrito.

No texto oral, a atribuição de sentidos pode acontecer em decorrência de diversos fatores, como: a entonação, os gestos e até o olhar. Todos estes elementos são exemplos que contribuem para o fluxo de sentido no discurso.

No texto escrito, os sinais de pontuação tornam-se um dos elementos colaboradores para a constituição de sentidos; pois, além das escolhas lexicais a presença de determinados sinais de pontuação ou até mesmo a ausência deles pode influenciar os interlocutores a atribuírem sentidos.

Esta marcação explícita na materialidade lingüística é uma das evidências da heterogeneidade discursiva, pois são constituídos por outros discursos provenientes de diferentes emissores a partir das escolhas lingüísticas adotadas.

Seguindo este raciocínio, Authier-Revuz apresenta-nos uma proposta de análise para observarmos a heterogeneidade constitutiva no fio do discurso. Segundo esta autora, existem marcas na heterogeneidade discursiva que (d)enunciam a alteridade no texto escrito.

Impossibilitado de fugir da heterogeneidade constitutiva de todo discurso, o falante, ao explicitar a presença do outro, através das marcas da heterogeneidade mostrada, expressa, no fundo, seu desejo de dominância. Em outras palavras, segundo Authier-Revuz, existe uma negociação entre a heterogeneidade mostrada na linguagem e a heterogeneidade constitutiva da linguagem em que o falante, o sujeito, movido pela ilusão do centro, pela ilusão de ser fonte do discurso, por um processo de denegação, localiza o outro e delimita o seu lugar para circunscrever o próprio território. (BRANDÃO, 1997, p. 285).

As marcas que revelam os locutores no discurso, sejam elas explícitas ou não, tornam-se importantes para compreensão da leitura em textos de grande circulação, pois se tornam instrumentos de reflexão numa abordagem discursiva.

Com isto, o arcabouço teórico delineado até aqui nos serve de base para análise de nosso *corpus*, no qual os interlocutores não estão presentes, mas cuja presença se revela através da relação dialógica. Dessa forma, a relação entre leitor e escritor, como explicita Brandão, é construída desde a origem de um texto.

Um texto traz, portanto, em seu bojo, desde o momento inicial de sua concepção/produção, uma preocupação com seu destinatário.

O leitor se institui no texto em duas instâncias:

1- no nível pragmático: enquanto sujeito veiculador de mensagem, o escritor está atento em relação ao seu destinatário, mobilizando estratégias que tornem possível e facilitem a comunicação. Na perspectiva bakhtiniana, o outro na figura do destinatário se instala no próprio movimento de produção do texto na medida em que o autor orienta a sua fala, tendo em vista o público-alvo selecionado.

Para explicitar esse aspecto, lembremos como o discurso político, o discurso religioso, o discurso publicitário, por exemplo, trabalham a linguagem tendo em vista conquistar a adesão da sua audiência.

Além do outro explicitado na figura do destinatário, temos ainda o outro, na figura do interdiscurso, do diálogo que todo texto trava com outros textos. Cabe ao leitor mobilizar seu universo de conhecimento para dar sentido, resgatar essa interdiscursividade, fonte enunciativa desses discursos outros que atravessam o texto.

2- no nível lingüístico-semântico, o texto é, segundo Eco, uma “potencialidade significativa” que se atualiza no ato de leitura, levado a efeito por um leitor instituído no próprio texto, capaz de reconstruir o universo representado a partir das indicações lingüísticas que lhe são fornecidas. É o movimento da leitura, o trabalho de elaboração de sentidos feito pelo leitor que dá concretude ao texto. Em graus diferentes de complexidade, um texto é sempre lacunar, reticente. Apresenta “vazios” – implícitos, pressuposto, subentendidos que se constituem em espaços disponíveis a serem preenchidos pelo leitor. (BRANDÃO, 1997, p. 286-287).

Como vimos acima, o papel existente do emissor e da subjetividade são elementos integrantes para o melhor entendimento sobre o dialogismo e para compreensão da constituição de sentidos. Na seqüência, explicitaremos com mais propriedade a concepção de enunciador e de subjetividade, dentro de uma perspectiva discursiva.

Em contraste com as ciências naturais, podemos ver que o homem tem papéis diferentes dentro de determinado campo teórico. A partir das contribuições de Bakhtin, o homem começa a fazer parte das pesquisas lingüísticas, pois faz parte intrínseca da relação entre enunciados.

Esta relação do enunciador com o discurso faz parte da concepção dialógica de linguagem, na qual os (inter)locutores se relacionam na construção do enunciado. Barros explica que “em diferentes textos Bakhtin trata do diálogo entre interlocutores e, com essa questão, ingressa no campo dos estudos que hoje se desenvolvem sobre a interação verbal” (BARROS, 1997, p.20).

Esta autora ainda apresenta quatro características importantes na concepção dialógica entre os interlocutores:

- a – a interação entre interlocutores é o princípio fundador da linguagem (Bakhtin vai mais longe do que os lingüistas saussurianos, pois considera não apenas que a linguagem é fundamental para comunicação, mas que a interação dos interlocutores funda a linguagem);
- b – o sentido do texto e a significação das palavras dependem da relação entre os sujeitos, ou seja, constroem-se na produção e na interpretação dos textos;
- c – a intersubjetividade é anterior à subjetividade, pois a relação entre os interlocutores não apenas funda a linguagem e dá sentido ao texto, como também constrói os próprios sujeitos produtores do texto;
- d – as observações feitas podem conduzir a conclusões equivocadas sobre a concepção bakhtiniana de sujeito, considerando-a “individualista” ou “subjetivista”. Na verdade Bakhtin aponta dois tipos de sociabilidade: a relação entre sujeitos (entre os interlocutores que interagem) e a dos sujeitos com a sociedade. (BARROS, 1997, p. 30-31).

Conforme o excerto acima, a interação verbal “não deve mais ser pensada como um fenômeno de mão única, do emissor para o receptor, mas como um sistema reversível e interacional” (BARROS, 1997, p.32).

Dessa forma, pode-se também compreender que Bakhtin traz em sua teoria a concepção de locutor, concebido com um **eu** e um **outro** (grifo nosso), que estão intrinsecamente ligados e tem a linguagem como componente articulador. Sendo assim, ao trabalharmos com o enunciado, necessariamente falaremos das pessoas que enunciam, uma vez que os textos só existem em decorrência dos (inter)locutores.

Corroborando com esta linha de raciocínio, Bakhtin contrapõe à concepção histórica da Lingüística (século XIX), em que o papel do outro, isto é, do destinatário do discurso era compreendido como passivo de compreensão das idéias do locutor; desconsiderando assim a complexidade da interação verbal. Desta forma, “a linguagem é considerada do ponto de vista do locutor como se estivesse **sozinho**, sem uma forçosa relação com os outros parceiros da comunicação verbal” (BAKHTIN, 1992, p.289).

A imagem que a lingüística geral trazia do leitor/ouvinte como um mero receptor da linguagem não pode ser considerada mais, visto as novas perspectivas de análise. O teórico russo, em seus estudos, já tratava deste assunto numa abordagem direta, pois dizia que o ouvinte recebe e compreende o ato discursivo e apreende, de forma simultânea, com este discurso, como o próprio autor denomina, uma atitude responsiva ativa. Nestes termos,

A compreensão de uma fala viva, de um enunciado vivo é sempre acompanhada de uma atitude *responsiva ativa* (conquanto o grau dessa atividade seja muito variável); toda compreensão é prenhe de resposta e, de uma forma ou de outra, forçosamente a produz: o ouvinte torna-se o locutor. (BAKHTIN, 1992, p. 290).

Consoante às idéias bakhtinianas, é importante ressaltar que a comunicação verbal privilegia a interação existente neste processo, considerando o papel ativo de ambos os sujeitos no fluxo verbal.

A propósito de nossas discussões, pode-se pensar que um texto que tem grande circulação na sociedade é passível de inúmeras interpretações, uma vez que os sujeitos envolvidos acabam colocando sentidos diferentes dependendo das escolhas lexicais, também podemos inferir que as escolhas por determinada pontuação influenciam da mesma maneira a constituição de sentidos.

Dessa forma, como o enunciado é considerado uma unidade real de comunicação, as fronteiras deste objeto dão-se pela “alternância dos sujeitos falantes, ou seja, pela alternância dos locutores” (BAKHTIN, 1992, p. 294).

Esta atitude dialógica pode ser considerada em ambos os casos: tanto na ação verbal oral, em que os falantes estão presentes; como no caso do texto escrito em que os interlocutores estão separados por um suporte midiático. Nos dois casos, há uma complexa rede de comunicação, pois as vozes verbais constitutivas de ambos (inter)locutores entrelaçam-se para dar sentido ao enunciado em questão.

Num contexto de comunicação escrita, há uma restrição de elementos extralingüísticos que possam auxiliar, como no caso do oral, no entendimento único ou num sentido ideal entre os interlocutores. No entanto, é possível chegar a uma tentativa através das escolhas lingüísticas intencionais para que o maior número de interlocutores chegue a um sentido aproximado do enunciado proposto.

Muito embora os postulados bakhtinianos tenham sido elaborados através das obras literárias, podemos pensá-los também sob outros gêneros. Nesta interação dialógica entre os textos, os textos de mídia impressa tentam convencer o leitor de algo, a partir das marcas lingüísticas e de outros recursos que compõem o texto.

A obra, assim como a réplica do diálogo, visa a resposta do outro (dos outros), uma compreensão responsiva ativa, e para tanto adota todas as espécies de formas: busca exercer uma influência didática sobre o leitor, convencê-lo, suscitar sua apreciação crítica, influir sobre êmulos e continuadores, etc. A obra predetermina as posições responsivas do outro nas complexas condições da comunicação verbal.(BAKHTIN, 1992, p. 298).

Este processo reflete na prática do pesquisador em ciências humanas, pois traz em discussão a questão dialógica (AMORIM, 2004). Se pensarmos no processo de escrita, tanto na redação de um relato de pesquisa quanto de qualquer outro gênero, existe a presença de um outro. Por existir a presença desse outro, há também a probabilidade de alteração de sentidos e a presença de outras vozes que habitam o texto.

Em consonância com tais colocações, a dinâmica dos sinais de pontuação no discurso cotidiano é fundamental. Quando deixamos nossa linguagem no papel e com ela a pontuação, estamos já pensando no outro (o que representa o conceito de atitude responsiva de Bakhtin).

Esse *outro* é essencial em nossa pesquisa, pois se pensarmos na constituição de sentidos, temos que creditar este efeito ao outro e não ao texto, que é apenas um mediador entre, no mínimo, duas consciências.

1.1.4 Artigo opinativo da mídia impressa: a noção de gênero

No que tange ao tema desta pesquisa sobre a constituição de sentidos a partir do intercâmbio ou emprego de determinadas pontuações em artigos opinativos da mídia impressa, faz-se necessário o entendimento científico sobre a noção de gênero.

Partindo desta linha de raciocínio, o postulado bakhtiniano traz uma nova maneira de conceber a língua, pois a relaciona com todas as esferas da atividade humana. O autor afirma que “a utilização da língua efetua-se em forma de enunciados (orais e escritos), concretos e únicos, que emanam dos integrantes duma ou doutra esfera da atividade humana” (BAKHTIN, 1992, p.279).

Em tais esferas circulam gêneros discursivos, com forma mais ou menos estáveis, enquanto manifestação enunciativa oral ou escrita. É grande a quantidade de gêneros em circulação, uma vez que:

A riqueza e a variedade dos gêneros do discurso são infinitas, pois a variedade virtual da atividade humana é inesgotável, e cada esfera dessa atividade comporta um repertório de gêneros do discurso que vai

diferenciando-se e ampliando-se à medida que a própria esfera se desenvolve e fica mais complexa. (BAKHTIN, 1992, p.279).

O teórico russo ainda diferencia os gêneros no tocante à diversidade funcional, classificando-os em dois grandes grupos: gênero de discurso primário (simples) e gênero de discurso secundário (complexo). Sobre esta divisão, destaca a grande importância teórica para elucidação de enunciado em ambos os casos.

Ao referir-se ao gênero primário, Bakhtin orienta-nos a concebê-lo como todas as circunstâncias enunciativas espontâneas e cotidianas, que não precisam ter um momento formal de elaboração, tal como uma conversa de telefone ou diálogo. Por sua vez, os gêneros secundários necessitam de um processo de formação mais complexo, em que aparecem em circunstâncias de comunicação mais elaboradas.

Sob esta perspectiva, os gêneros secundários são textos mais complexos (romance, teatro, discurso científico e ideológico), nos quais as condições de produção e circulação são relativamente mais complexas. Já os gêneros primários (diálogo, carta pessoal, bilhete) abarcam situações de comunicação verbal espontânea.

Assim, os gêneros presentes na mídia impressa podem ser classificados como sendo de natureza secundária, pois as condições de produção e circulação abrangem uma complexa rede de enunciados.

Uma concepção clara da natureza do enunciado em geral e dos vários tipos de enunciados em particular (primários e secundários), ou seja, dos diversos gêneros do discurso, é indispensável para qualquer estudo, seja qual for a sua orientação específica. Ignorar a natureza do enunciado e as particularidades de gênero que assinalam a variedade do discurso em qualquer área do estudo lingüístico leva ao formalismo e à abstração, desvirtua a historicidade do estudo, enfraquece o vínculo existente entre a língua e a vida. (BAKHTIN, 1992, p.282).

Desse modo, para problematizarmos a questão da pontuação nos textos noticiosos da mídia impressa, necessariamente utilizaremos exemplos de gêneros existentes no suporte escolhido, no caso, um jornal de grande circulação na mídia.

Segundo Pinheiro (2002), para trabalharmos com os gêneros midiáticos precisamos levar em consideração dois aspectos: 1) desvincular a noção de gênero, conforme tradicionalmente é concebido na literatura; 2) apontar a noção de gênero nas pesquisas contemporâneas e sua relevância para a análise de textos midiáticos.

Neste ponto, acrescentamos à necessidade de deixar exposta qual definição de gênero iremos abordar durante a reflexão proposta.

As convenções genéricas são significados que os indivíduos utilizam e recriam para ler o texto a partir de papéis pré-determinados historicamente. As regras se repetem e se reproduzem, ultrapassando limites de espaço e tempo e, à medida que recorrem, sinalizam a existência de contratos, de acordos tácitos, perpetuados ou recriados, entre produtores e receptores, envolvidos pelas práticas sociais comuns a determinados grupos. (PINHEIRO, 2002, p. 260).

De acordo com esta autora, a evolução da noção de gênero inicia com Platão e Aristóteles, pois “desde a literatura clássica, há uma preocupação em reunir os textos que obedecem a uma tipologia geral” (PINHEIRO, 2002, p. 262). Atribui-se aos dois autores a reunião das três formas genéricas fundamentais: o lírico, o épico e o dramático.

No século 4, ao definir gêneros, Diomedes, sistematizando Platão, define-os segundo a representação que fazem do autor e dos personagens nas obras. Ao lírico pertencem as obras em que fala apenas o autor; ao épico, àquelas em que autores e personagens têm direito à voz e, ao dramático, estão associadas obras em que apenas os personagens falam. (PINHEIRO, 2002, p. 263).

Ao ambientarmos as questões sobre o gênero, tentamos explicitá-los para um entendimento mais claro, pois “embora seja relevante, a idéia consensual de gêneros clássicos deve ser afastada para que se desenvolva um estudo de gênero que comporte as características dos textos atuais, principalmente dos textos produzidos pela mídia” (PINHEIRO, 2002, p. 266).

Ao buscar uma definição de gênero adequada à análise de textos midiáticos, adotamos a perspectiva bakhtiniana em nossa pesquisa.

A amplitude da visão dinâmica e plural que organiza e estrutura os textos e os enunciados, na concepção bakhtiniana, permite que se adote uma concepção de gênero vinculada às formas estáveis: formas do querer-dizer

do produtor que se realizam, acima de tudo, na escolha de um gênero. Essa escolha é determinada por uma esfera da comunicação, pela necessidade de uma temática e pelo conjunto dos parceiros da comunicação, construído por produtores e receptores. (PINHEIRO, 2002, p. 267).

Dessa maneira, analisar textos midiáticos, na visão bakhtiniana torna-se uma opção adequada, “pois a flexibilidade de sua teoria permite a adequação e a transposição de seus fundamentos sobre a organização genérica às obras deste tempo, especialmente, aos textos midiáticos contemporâneos” (PINHEIRO, 2002, p. 267).

Consoante às idéias apresentadas, ao refletirmos sobre a importância que os sinais de pontuação exercem na constituição de sentidos dos textos de mídia impressa, necessariamente iremos trabalhar a relação entre texto escrito e pontuação a partir de um gênero discursivo específico.

Segundo Fiorin, “a teoria bakhtiniana leva em conta não somente as vozes sociais, mas também as individuais” (2006, p.26). Deste modo, ao pensarmos nos enunciados que constituem um gênero da mídia impressa, temos a presença do individual (do autor e dos leitores) e também do social (as vozes que os constituem).

Os conceitos de individual e de social, em Bakhtin, não são, porém, simples nem estanques. Em primeiro lugar, o filósofo mostra que a maioria absoluta das opiniões dos indivíduos é social. Em segundo, explica que todo enunciado se dirige não somente a um destinatário imediato, cuja presença é percebida mais ou menos conscientemente, mas também a um superdestinatário, cuja compreensão responsiva, vista sempre como correta, é determinante da produção discursiva. A identidade desse superdestinatário varia de grupo social para grupo social, de uma época para outra, de um lugar para outro: ora ele é a Igreja, ora o partido, ora a ciência, ora a “correção política”. Na medida em que toda réplica, mesmo de uma conversação cotidiana, dirige-se a um superdestinatário, os enunciados são sociais. (FIORIN, 2006, p. 27).

Considerando as afirmações acima, a aceitação das diferentes vozes dá-se pelo confronto de enunciados, nos quais acreditamos que a pontuação tenha um papel relevante. Se pensarmos em enunciados mais estruturados, de ordem escrita, os sinais de pontuação tornam-se elementos fundamentais na relação das diferentes vozes.

A relação dialógica que se estabelece entre os enunciados são informações fundamentais para compreensão dos gêneros de mídia impressa. Ao refletirmos sobre os textos presentes nos jornais de grande circulação, os mesmos têm um autor que precisa se ater na execução de seu projeto e precisará transpor para o papel seu pensamento através da materialidade lingüística. O autor deste texto também não pode esquecer que seu trabalho será lido por diversas pessoas que também irão relacionar com os inúmeros enunciados que as constituem.

Na referente questão, Bakhtin nomeia a alternância desta interação do discurso como acabamento do enunciado, para ele “o primeiro e mais importante dos critérios de acabamento do enunciado é a possibilidade de responder – mais exatamente, de adotar uma atitude responsiva para com ele” (BAKHTIN, 1992, p. 299).

De acordo com as idéias bakhtinianas sobre acabamento do enunciado, existe a divisão de três fatores determinantes: o tratamento exaustivo do objeto do sentido; o intuito, o querer-dizer do locutor; as formas típicas de estruturação e acabamento do gênero.

No que se refere aos fatores de acabamento, temos que estar cientes destes determinantes que compõem os enunciados, princípio básico de todo gênero. Até quando se tenta escrever um texto de forma neutra e objetiva, como no meio jornalístico, há intervenção de outros enunciados que constituem o discurso.

Para falar e escrever utilizamos uma gama de gêneros existentes, pois “todos os nossos enunciados dispõem de uma forma padrão e relativamente estável de estruturação de um todo. Possuímos um rico repertório dos gêneros do discurso orais (e escritos)” (BAKHTIN, 1992, p. 301).

Todas estas idéias colaboram para uma visão menos ingênua sobre o enunciado, pois considera os aspectos sócio-histórico-ideológicos na tessitura de enunciados existentes.

Nestes termos, a pontuação revela-se como fator relevante no texto, uma vez que é um elemento fundamental na disposição dos enunciados presentes na materialidade lingüística.

Dessa forma, a definição de enunciado, abordada pelo teórico russo, caracteriza-se pelo conjunto de texto utilizado em nossa pesquisa. “Conciliam-se, nessa concepção de texto ou na idéia de enunciado de Bakhtin, abordagens externas e internas da linguagem. O texto-enunciado recupera estatuto pleno de objeto discursivo, social e histórico” (BARROS, 1994, p.1).

Seguindo os fundamentos da teoria bakhtiniana, torna-se pertinente a explanação sobre gênero discursivo, uma vez que, ao problematizarmos a função e importância da pontuação, necessariamente, iremos abordar a relação com o gênero, pois é nele que os signos lingüísticos (texto) e ideográficos (pontuação) relacionam-se.

Neste ponto, cabe explicitar que a concepção de signo ideográfico advém de uma proposta de Dahlet (2006) para os sinais de pontuação; nesta perspectiva, deve-se ressaltar o caráter de silêncio responsável pelo ritmo da leitura que passa a ser significativo na constituição do sentido.

Os signos ideográficos diferem dos lingüísticos pela não associação ao fonema, pois não os atribuímos ao sistema alfabético. Na heterogeneidade da escrita, a materialidade gráfica dos sinais de pontuação remete ao significante, uma imagem que possibilita a pluralização dos sentidos.

Ao analisar a pontuação no texto midiático, temos que levar em consideração que a interação entre os signos lingüísticos e ideográficos dá-se por meio de enunciados e, por isso, necessitamos explicitá-los.

Para tal análise, utilizaremos a abordagem bakhtiniana e, em decorrência, a conceituação de enunciado concreto e enunciação; pois através desse aporte podemos discutir com mais propriedade a problemática da linguagem nos textos de mídia impressa.

A concepção bakhtiniana de enunciado/enunciação não é algo acabado, mas expressa algo resultante das diversas obras de Bakhtin e seu Círculo. Essas contribuições tornaram-se de extrema relevância para nossa proposta de análise, uma vez que:

As noções enunciado/enunciação têm papel central na concepção de linguagem que rege o pensamento bakhtiniano justamente por que a linguagem é concebida de um ponto de vista histórico, cultural e social que inclui, para efeito de compreensão e análise, a comunicação efetiva e os sujeitos e discursos nela envolvidos. (BRAIT; MELO, 2005, p. 65).

Em consonância com tais colocações, a abordagem bakhtiniana de enunciado só pode ser compreendida pela existência de um contexto extraverbal no qual os interlocutores estão em constante interação. De acordo com este raciocínio, refletir sobre o enunciado sugere não só aquilo que está incluído dentro dos fatores estritamente lingüísticos, mas solicita um olhar para outros elementos que o constituem.

Com base na teorização exposta, verificamos ainda uma distinção entre enunciado e enunciado concreto. Este último pode ser compreendido em duas partes: 1 – parte percebida ou realizada em palavras; 2 – parte presumida. Dessa forma, a característica distinta do enunciado concreto consiste precisamente no fato de que ele estabelece um grande número de conexões com o contexto extraverbal.

Correlacionando esta perspectiva, as autoras trazem como exemplificação um enunciado concreto, em que a pontuação tem papel de destaque (fato que chamou-nos atenção pelo viés adotado em nosso trabalho). Desse modo, reproduzimos na seqüência a situação discutida pelas autoras através de um questionamento.

Em que condições é possível considerar, da perspectiva bakhtiniana, a seqüência *Por que (não) ensinar gramática na escola* como um enunciado concreto?

Em primeiro lugar, e do ponto de vista ainda exclusivamente verbal, existe no texto uma marca de pontuação – parênteses abrigando o termo não – que instaura uma ambigüidade na produção do sentido, impedindo a exclusividade de leituras ou, por outro lado, promovendo, ao menos, a duplicidade. Não se pode compreender, simplesmente, *Por que não ensinar gramática na escola*, uma vez que estaríamos subtraindo um traço significativo dado pela pontuação. A idéia de *por que ensinar gramática na*

escola também está relativizada pelo fato de que o *não*, ainda que entre parênteses, atua sobre o sentido do todo.

Os parênteses que encerram o *não* instituem, portanto uma marca enunciativa, apontando para uma digressão em torno da negativa. Essa negativa relativizada pelos parênteses deve ser tomada, afinal de contas, como uma negativa ou não? Como considerar essa marca e sua interferência direta na produção de sentidos? Como deixar de compreendê-la como sinalização para o leitor, como uma provocação em torno do objeto da asserção? Como compreendê-lo sem levar em conta os fatores que possibilitam estabelecer as formas como o discurso verbal na vida se relaciona com a situação extraverbal que o engendra? (BRAIT; MELO, 2005, p. 68-69).

Discorrendo sobre o exemplo colocado na citação acima, observamos a necessidade da leitura e da relação antecipada de outros enunciados, pois na concepção bakhtiniana, estudar o enunciado constitui-se ir além das identificações na materialidade lingüística.

Para compreender o exemplo citado, as autoras explicitam três eixos fundamentais na compreensão do evento enunciativo: 1 – o horizonte espacial comum; 2 – o conhecimento e a compreensão; 3 – avaliação comum.

Essas informações, embora não suficientes, começam a dar a medida do *status* de enunciado bakhtiniano conferido a *Por que (não) ensinar gramática na escola*. A compreensão de seu sentido só pode se dar levando-se em conta: *o horizonte espacial comum* dos interlocutores, ou seja, de todos aqueles que participam de alguma forma do ensino de língua na escola; *o conhecimento e a compreensão* comum da situação por parte desses interlocutores, que se pode resumir no fato de que esse ensino enfrenta impasses; a *avaliação comum* dessa situação que requer uma reflexão sobre ensino, escola, gramática. (BRAIT; MELO, 2005, p. 70).

O enunciado deve ser compreendido em um momento histórico e em uma manifestação de concretude, desvinculando-se de uma visão exclusivamente lingüística. Além disso, este enunciado (pela perspectiva bakhtiniana) reflete e ao mesmo tempo refrata-se para diferentes lugares, o que estimula a mutabilidade de sentidos advindos deste deslocamento.

Sobre a constituição do enunciado, é necessário ainda ressaltar a relação existente entre interlocutores, uma vez que no fio do discurso criam-se índices voltados para o destinatário no momento de enunciação, o que reportamos ao princípio bakhtiniano de atitude responsiva.

Como interlocutor nem sempre é um parceiro real (face a face), o locutor precisa presumir seu destinatário, ou seja, ao engendrar seu discurso, o autor preocupa-se com as fronteiras espaços-temporais que seus enunciados possam circular até o momento de enunciação do outro.

Dessa maneira, a perspectiva bakhtiniana traz o enunciado como algo concomitante a enunciação, pois no momento de sua expressão existe uma atitude responsiva. O enunciado corresponde à materialidade lingüística (base da comunicação) que se torna visível para o outro.

Nesse processo, que podemos chamar de bivocal (duas vozes – eu e o outro), há uma interação dos signos lingüísticos e o material não-verbal (pontuação), determinando a constituição de sentidos do texto escrito.

Esses aspectos fazem muita diferença no sentido de conceber, por exemplo, marcas enunciativas como discursivas, ou seja, não apenas as deixadas verbalmente no enunciado, mas marcas da enunciação de um sujeito, de um lugar histórico e social, de uma posição discursiva, que circula entre discursos e faz circular discursos (BRAIT; MELO, 2005, p. 72).

A opção em trabalhar com este viés teórico torna-se um elemento importante em nossa pesquisa, pois a teoria do enunciado concreto vem contribuir na investigação dos sentidos advindos da interação entre a pontuação e os signos lingüísticos.

A concepção de enunciado, delineada até aqui, pode ser compreendida como a soma de diversos fatores constituintes da linguagem. Nestes termos,

A dimensão do criado reside na esfera do enunciado único e concreto, que tem um autor – um criador que se utiliza do dado (a língua, os outros enunciados), um destinatário – real ou virtual, um gênero do discurso relacionado com alguma atividade humana, um estilo e uma entonação determinadas no interior de um tema e em interação orgânica com esse gênero do discurso. (SOUZA, 2002, p.30).

Ao investigarmos as possibilidades de constituição de sentidos que os sinais de pontuação provocam nos textos noticiosos da mídia impressa, intrinsecamente estamos trabalhando com enunciados.

Sendo assim, dado o caráter social dos textos opinativos, pode-se compreender sua produção como algo único, no qual o enunciado possui um autor, tem um destinatário (real), além de ser concebido dentro de uma esfera discursiva.

Em consonância com tais colocações, o *corpus* que servirá de base para nossa investigação tem como fonte o material escrito, o enunciado de outrem. Desse modo, iremos analisar o discurso materializado em artigos opinativos vinculados a um grande periódico de circulação nacional.

Após a colocação das afirmações acima, ratificamos a utilização do enunciado bakhtiniano no embasamento teórico de nossa pesquisa; considerando também o contexto sócio-histórico em que todo gênero está envolto.

É a partir de uma concepção sociológica do enunciado concreto, como a realidade material da linguagem, ou seja, com um ato que se constitui organicamente de uma parte verbal – a língua – e uma parte extraverbal – a situação – que Bakhtin/ Volochinov/ Medvedev podem distinguir entre esse enunciado e o enunciado monológico isolado – a frase, a sentença, a oração – bem como conceber a criatividade lingüística não como um ato puramente individual, mas como uma criatividade sociológica e dialógica, realizada na interação verbal, ou seja, na dimensão do diálogo entre falantes de uma determinada comunidade lingüística. (SOUZA, 2002, p.68).

Com base na teorização exposta, o estudo das mídias impressas compreende a consideração dialógica dos enunciados, atentando as perspectivas dos interlocutores, conforme a posição sócio-histórica em que estão situados.

De acordo com Souza (2002), a constituição dialógica dos enunciados concretos se estabelece pela união de três partes concomitantes.

| ENUNCIADO | DIÁLOGO | TEMPO |
|-----------------------------------|--|---|
| interior exterior de outrem | micro-diálogo diálogo grande-diálogo | pequena temporalidade imediate grande temporalidade |

Quadro 3 – Esquema dialógico do enunciado concreto

Em síntese, o que queremos ressaltar é que, o enunciado concreto representa um conceito abrangente e complexo. Dentro de um contexto bivocal, o enunciado constitui-se pela existência de um autor (real), nele compreende-se a possibilidade de uma réplica (atitude responsiva), cada leitor vai receber a mensagem de uma forma diferente, pois o sentido só vai se concretizar a partir da competência de cada leitor.

Seguindo este raciocínio, percebemos explicitamente a relação da palavra (texto) como algo resultante do social.

Toda palavra serve de expressão a *um* em relação ao *outro*. Através da palavra, defino-me em relação ao outro, isto é, em última análise, em relação à coletividade. A palavra é uma espécie de ponte lançada entre mim e os outros. Se ela se apóia sobre mim numa extremidade, na outra apóia-se sobre o meu interlocutor. A palavra é o território comum do locutor e do interlocutor. (BAKHTIN, 1997, p. 113).

Na obra de Bakhtin, percebemos a tentativa de relacionar explicitamente a linguagem e a sociedade, atribuindo ao signo como produto da interação social. Dessa maneira, os atos discursivos são considerados como parte de um processo comunicativo ininterrupto em que, tanto o discurso oral quanto o escrito, podem ser analisados a partir de um contexto sócio-histórico, portanto ideológico. Dessa maneira,

Um produto ideológico faz parte de uma realidade (natural ou social) como todo corpo físico, instrumento de produção ou produto de consumo; mas, ao contrário destes, ele também reflete e refrata uma outra realidade, que lhe é exterior. Tudo que é ideológico possui um *significado* e remete a algo situado fora de si mesmo. Em outros termos, tudo que é ideológico é um *signo*. (BAKHTIN, 1997, p. 31).

Os signos surgem a partir do processo de interação entre consciências, nas quais refratam e refletem a realidade. Sendo assim, “A consciência só se torna consciência quando se impregna de conteúdo ideológico (semiótico) e, conseqüentemente, somente no processo de interação social” (BAKHTIN, 1997, p.34).

Segundo a visão bakhtiniana, essa interação social dá-se de diferentes maneiras e se pensarmos no caso da relação entre signos lingüísticos e ideográficos, podemos perceber a

interação que há entre a palavra e a pontuação. Neste contexto, os sinais de pontuação são elementos constitutivos do texto escrito e possuem uma grande importância na constituição dos sentidos.

Podemos perceber a construção dos significados através da materialidade lingüística, pois na superfície textual observam-se diferentes índices de interação, dos quais nos delimitamos ao estudo da pontuação. A partir deste material, podemos apreender também a relação entre locutor e interlocutor num processo organizado de reciprocidade.

Nesta relação organizada, temos também que levar em conta a questão do horizonte social no momento de enunciação, pois os sentidos podem mudar conforme a época e o grupo social.

Cada enunciação, cada ato de criação individual é único e não reiterável, mas em cada enunciação encontram-se elementos idênticos aos de outras enunciações no seio de um determinado grupo de locutores. São justamente estes traços *idênticos*, que são assim normativos para todas as enunciações – traços fonéticos, gramaticais e lexicais –, que garantem a unicidade de uma dada língua e sua compreensão por todos os locutores de uma mesma comunidade (BAKHTIN, 1997, p.77).

A questão referente ao locutor também tem que ser considerada dentro de qualquer análise discursiva, pois o enunciado possui um ponto de vista da perspectiva do autor e do receptor. Neste caso, cada posição em relação ao(s) sentido(s) de um texto implica um processo dinâmico e ativo entre (inter)locutores.

Sendo assim, reafirmamos que a enunciação é o resultado desta interação entre (inter)locutores socialmente organizados e, mesmo que não haja uma relação direta, podem-se estabelecer vínculos pressupostos entre os participantes da ação verbal.

Em nosso caso, se pensarmos num articulista que escreve para um jornal de grande circulação, este tem uma visão aproximada de quem são seus eventuais interlocutores. A partir desta percepção, o locutor constrói seu discurso.

A estrutura da enunciação e da atividade mental a exprimir são de natureza social. A elaboração estilística da enunciação é de natureza sociológica e a própria cadeia verbal, à qual se reduz em última análise a realidade da

língua, é social. Cada elo dessa cadeia é social, assim como toda a dinâmica da sua evolução (BAKHTIN, 1997, p. 122).

Com base nestas discussões e em consonância com a Linguística Aplicada contemporânea, pretendemos discorrer sobre as possibilidades de sentido permitidas também pelos sinais de pontuação, sem deixar de analisar os fatores relacionados ao momento de enunciação.

Corroborando com esta perspectiva, Authier-Revuz (2004) apresenta-nos a idéia de heterogeneidade marcada que, em contribuição, soma-se à visão adotada em nosso trabalho. Neste ponto, acreditamos que a materialização da dialogia possa ter aporte na concepção de heterogeneidade discursiva proposta por esta autora francesa.

1.2 A heterogeneidade presente nos textos midiáticos

Antes de discorrermos sobre este arcabouço teórico, cabe-nos fazer um aparte preliminar. A inserção de Authier-Revuz nesta pesquisa justifica-se por sua ligação com Bakhtin. A autora engendra seu postulado sobre heterogeneidade discursiva também a partir do pensamento bakhtiniano.

Desse modo, em confluência com os pressupostos que norteiam esta dissertação, explicitaremos a questão da heterogeneidade que pode ser percebida até pelo uso dos sinais de pontuação. Nesse sentido, valemo-nos das palavras da autora para explicitar as origens de seu construto.

Para propor o que chamo de heterogeneidade constitutiva do sujeito e de seu discurso, apoiar-me-ei, de um lado, nos trabalhos que tomam o discurso como produto de interdiscursos ou, em outras palavras, a problemática do dialogismo bakhtiniano; de outro lado, apoiar-me-ei na abordagem do sujeito e de sua relação com a língua permitida por Freud e sua releitura por Lacan. (AUTHIER-REVUZ, 1990, p.26).

No que se refere ao excerto acima, nossa proposta de investigação sobre os sinais de pontuação não aborda questões de ordem psicanalítica, mas parte do conceito bakhtiniano de dialogismo. Sendo assim, o enfoque desta investigação delinea-se essencialmente pelo social,

sem tratar da questão do inconsciente. A teoria de Authier-Revuz interessa-nos, neste caso, pelo desdobramento observado na constituição do sujeito.

Segundo esta autora, as manifestações discursivas que explicitam os diversos tipos de negociação entre (inter)locutores podem ser percebidas através da heterogeneidade discursiva. Dessa forma, o texto não pode ser apreendido como algo homogêneo, mas ao contrário, ele é heterogêneo por natureza e estas diferenças são evidenciadas na materialidade lingüística.

Ao observarmos o funcionamento da produção discursiva, fica evidente a ilusão que se tem do sujeito como fonte de seu discurso, quando muito é apenas a base e o efeito. Nesta complexidade enunciativa, o locutor deixa transparecer a heterogeneidade em seu enunciado.

De acordo com este raciocínio, ao discorrermos sobre a heterogeneidade presente no texto, precisamos descrever a heterogeneidade explicitada como recursos lingüísticos de representação das diversas formas de negociação entre as diferentes vozes do discurso.

Sob esse aspecto, também os sinais de pontuação auxiliam a perceber estas vozes e com elas a constituição de sentidos.

O que Bakhtin designa por saturação da linguagem constitui uma teoria da produção do sentido e do discurso: coloca os outros discursos não como ambiente que permite extrair halos conotativos a partir de um nó de sentido, mas como um “centro” exterior constitutivo, aquele do já dito, com o que se tece, inevitavelmente, a trama mesma do discurso. (AUTHIER-REVUZ, 1990, p. 27).

Sendo assim, na materialidade discursiva, um enunciador produz certas formas linguisticamente detectáveis no fio do discurso, onde podemos perceber a presença de um outro.

A progressão linear do texto manifesta-se através de diferentes enunciados, o que podemos conceber como um processo complexo e dinâmico no qual o homem constitui-se enquanto emissor do discurso.

Neste caso, a aparente independência do locutor é desconstruída no próprio discurso, pois as marcas deixadas na materialidade lingüística (d)enunciam uma gama variada de discursos.

As marcas que ajudam a tornar evidente as outras vozes são expressas de diferentes maneiras, dentre elas, as aspas, para as quais a autora reserva parte de suas reflexões. Este tipo de pontuação é uma forma de ilustrar a heterogeneidade discursiva, ressaltando palavras ou textos explicativos. Apesar de não encontrarmos referência a outros sinais, acreditamos que outras pontuações também auxiliem na identificação da heterogeneidade nos textos escritos.

Desta forma, partindo também da conceituação sobre heterogeneidade discursiva, apoiamo-nos e reforçamos o aporte de nossas análises sobre a pontuação e a constituição de sentidos em textos da mídia impressa.

Em consonância com tais colocações, não podemos apreender o enunciado como algo homogêneo, pois Bakhtin estabelece uma maneira dialógica de conceber o texto. Dessa maneira, “o sentido de um texto não está, pois, jamais pronto, uma vez que ele se produz nas situações dialógicas ilimitadas que constituem suas leituras possíveis: pensa-se evidentemente na leitura ‘plural’”. (AUTHIER-REVUZ, 2004, p.26).

Segundo esta autora, “a articulação do lingüístico e do extralingüístico, que reúne os trabalhos ‘enunciativos’, pragmáticos, discursivos, textuais, encontra-se, dessa maneira, claramente formulada várias vezes em Bakhtin” (AUTHIER-REVUZ, 2004, p.28). Os sinais de pontuação podem ser considerados articuladores, ao mesmo tempo, lingüístico e extralingüístico, pois só existem em decorrência dos signos lingüísticos.

Complementando as afirmações anteriores, não podemos esquecer que todo discurso é direcionado a um interlocutor, não necessariamente um sujeito próximo (face a face), mas a um leitor virtual.

O outro é, para o locutor, de qualquer modo, apreendido como discurso: mais precisamente, a compreensão é concebida não como uma recepção

“decodificadora”, mas como um fenômeno ativo, especificamente dialógico de “resposta”, por um “contradiscurso”. Isso quer dizer que todo discurso é compreendido nos termos do diálogo interno que se instaura entre esse discurso e aquele próprio ao receptor; o interlocutor compreende o discurso através do seu próprio discurso. Visando à compreensão de seu interlocutor, o locutor integra, pois, na produção de seu discurso, uma imagem do “outro discurso”, aquele que ele empresta a seu interlocutor.(AUTHIER-REVUZ, 2004, p. 42).

Deste modo, analisar o texto escrito em sua materialidade lingüística, não representa só olhar os vocábulos e o contexto de produção, mas ir além e considerar o mais importante: as pessoas; pois são elas que atribuem sentido.

Sob este aspecto, percebemos o princípio bakhtiniano de responsividade. Ao engendrar seu enunciado, o locutor pressupõe uma atitude responsiva por parte do interlocutor. Nesta situação, até mesmo os sinais de pontuação auxiliam na composição responsiva inerente a todo enunciado.

Por conseguinte, é também através das pontuações que podemos perceber com mais clareza a heterogeneidade no discurso, uma vez que no momento da enunciação, os locutores ao mesmo tempo em que se revelam, revelam também a presença de outro(s). Dessa maneira:

O interlocutor não é somente este outro que pode recusar-se a co-enunciar um termo, é também aquele em que o enunciadador pode encontrar a alteridade enquanto intérprete das palavras que lhe são dirigidas; a não-coincidência interlocutiva é aqui a do não-um no nível do sentido, entre o que o um “quer dizer” dizendo X e o que o outro compreende recebendo X. (AUTHIER-REVUZ, 2004, p. 98).

Com base na teorização exposta, os interlocutores são fundamentais no processo enunciativo, pois são eles que compartilham o momento da enunciação, onde quem enuncia esforça-se para que o outro possa, até certa medida, entendê-lo.

Em síntese, existe um jogo em que a heterogeneidade enunciativa nos faz refletir sobre a opacidade do discurso, entendido como algo trançado por vários fios (o fio do discurso). Deste jogo, os fios atuam no discurso ao mesmo tempo como elo e ruptura; pois unem, mas não conseguem esconder a multiplicidade de enunciados que os constitui.

CAPÍTULO 2

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

2. Apresentação do capítulo

Com base nos pressupostos teóricos já abordados (dentro de uma perspectiva bakhtiniana), o segundo capítulo tratará da metodologia utilizada, tendo como foco a importância do estudo da pontuação e sua relação com textos jornalísticos da mídia impressa.

O *corpus* da pesquisa constitui-se de artigos opinativos retirados do jornal *Folha de S. Paulo* entre o segundo semestre de 2007 e o primeiro semestre de 2008. A escolha dos textos deste jornal justifica-se por sua importância no contexto nacional, sendo considerado um dos maiores periódicos do país.

Além disso, os artigos opinativos da mídia impressa representam um material importante para análise discursiva devido à riqueza de informações que os constituem, por isso, é preciso destacar a relevância desses textos como material investigativo.

Dessa maneira, o trabalho aqui entendido constitui-se da discussão e das reflexões sobre a atuação dos sinais de pontuação e a relação com os signos lingüísticos, sem deixar de considerar o contexto sócio-histórico. Para atingir tal objetivo, abordaremos as características do *corpus*, tentando descrever como os dados foram organizados e os procedimentos de análise utilizados.

2.1 A relevância dos textos de comunicação

Analisar textos de comunicação é uma atividade complexa, pois requer um embasamento teórico cuja finalidade é a leitura crítica. Essa habilidade deveria ser uma característica de todo leitor, principalmente de educadores de língua materna.

Desta forma, refletir a respeito dos textos comunicativos de mídias impressas torna-se relevante para compreensão de qualquer abordagem lingüística. Sob a perspectiva de uma análise discursiva, a:

Análise de textos de comunicação traz a marca da contemporaneidade – pela natureza dos textos que analisa, principalmente, da publicidade e da imprensa – e, ao mesmo tempo, a ancoragem em uma tradição intrínseca à produção do autor – a abordagem do texto enquanto discurso. (MAINGUENEAU, 2001, p. 15).

Corroborando com excerto acima, os enunciados eram considerados como unidades estáticas de sentido, ou seja, mantinham um sentido estável e visavam um receptor idealizado que interpretaria a mensagem de acordo com a intencionalidade do locutor.

Sob a perspectiva da análise de textos comunicativos, esta idéia não se sustenta, uma vez que a comunicação é uma atividade assimétrica.

Com efeito, todo ato de enunciação é fundamentalmente **assimétrico**: a pessoa que interpreta o enunciado reconstrói seu sentido a partir de indicações presentes no enunciado produzido, mas nada garante que o que ele reconstrói coincida com as representações do enunciador. Compreender um enunciado não é somente referir-se a uma gramática e a um dicionário, é mobilizar saberes muito diversos, fazer hipóteses, raciocinar, construindo um contexto que não é um dado preestabelecido e estável. A própria idéia de um enunciado que possua um sentido fixo fora de contexto torna-se insustentável. (MAINGUENEAU, 2001, p. 20).

Nesta abordagem comunicativa, o emprego da pontuação é um elemento importante para a atribuição de sentido, pois a escolha por determinado sinal de pontuação pode levar a várias interpretações.

Aparentemente não há um único sentido para o enunciado e é necessário que o interlocutor reconstrua alguns processos para interagir com o momento de enunciação em que um locutor escreveu seu texto.

Os textos comunicativos são discursos interativos e, como tais, são ações verbais que utilizam os sinais de pontuação para sua organização. Esta atividade interativa deve ser considerada, mesmo quando os interlocutores não estão próximos, pois os suportes midiáticos permitem que muitas pessoas tenham acesso à mesma informação.

A manifestação material do discurso dá-se através de um suporte para sua difusão, que é denominada mídia. De acordo com as informações de Maingueneau, o discurso é manifestado por diferentes meios, e o meio impresso tem características próprias. Segundo este autor, “o escrito não é uma mera representação do oral, nem o impresso uma simples multiplicação do escrito. Oral, escrito e impresso são regimes de enunciação distintos, que supõem civilizações muito diferentes” (MAINGUENEAU, 2001, p. 79).

Sobre as especificidades do discurso comunicativo escrito e impresso, compreendem-se algumas propriedades evidentes do texto escrito, tais como: o nível de abrangência que pode alcançar, além da diversidade de público a ser atingido sem a necessidade de ser alterado a cada leitura.

Em consonância com tais colocações, acreditamos que o locutor não tenha controle total sobre a recepção de seu enunciado; portanto, é obrigado a elaborar um texto escrito compreensível. Sendo assim, existe uma relação dialógica entre enunciador/enunciado/co-enunciador no intuito de constituir os sentidos.

Ratificando nosso raciocínio, acreditamos que nos textos de mídia impressa, a pontuação tenha lugar de destaque, tendo em vista sua função organizacional.

Um enunciado que não proferido por um locutor presente ou que não circula num ambiente restrito de pessoas que se conhecem deve conter tudo aquilo que é necessário para ser decifrado. Faz-se necessária uma pontuação unívoca e minuciosa quando o leitor não participa ou participa muito pouco do universo do autor, quando a convivência entre eles é fraca. (MAINGUENEAU, 2001, p. 81).

Após esta explanação, espera-se que nos textos de comunicação os interlocutores sejam considerados como elementos inerentes e relevantes para qualquer análise, pois os sentidos não são imanentes ao texto, mas dependem dos sujeitos para se constituírem.

Dito isto, acreditamos que a mídia tenha um papel importante na constituição subjetiva de cada indivíduo, por isso, discutiremos com mais ênfase o papel da mídia no processo de aprimoramento e compreensão da língua materna.

2.2 A mídia como fonte de estudo

A partir das reflexões iniciadas por outros estudiosos, ratificamos a predileção por este trabalho em tomar a mídia impressa como suporte para objeto de estudo. Conforme observado, “a mídia impressa oferece um material bastante rico para investigação da linguagem e seus efeitos de sentido” (PUZZO, 2007, p.123).

Se considerarmos que os textos impressos de ampla circulação têm grande influência na formação de opinião e também como referência de língua padrão, temos que refletir sobre o assunto que está sendo abordado. Sob este aspecto, a pontuação tem grande importância, pois de acordo com sua colocação ou ausência, as constituições de sentido podem ser alteradas.

A despeito do assunto, mostra-se pertinente o estudo e a reflexão dos sinais de pontuação, tanto pelos pesquisadores quanto pelos profissionais da área de educação; porém, o que se pode notar com essa discussão é ainda a pouca importância dada a este recurso lingüístico. Podemos também perceber que num momento em que os gêneros discursivos estão sendo tão discutidos, a pontuação tem papel de destaque e precisa ser analisada com mais acuidade.

Sob outro aspecto, a relação de proximidade entre a linguagem oral e a escrita, é recorrente em diversos autores que trabalham com os sinais de pontuação. Entretanto, os estudos lingüísticos atribuem à fala uma modalidade diferente do seu registro escrito.

Desse modo, no estudo da língua, a pontuação também passa a ter um tratamento diferenciado, visto não mais como uma mera reprodução do oral, mas funcionando num plano de organização lógica do pensamento, como uma forma de sinalização na interpretação do texto, passando a ter, por isso, um valor significativo ao se associar aos outros elementos lingüísticos, sintáticos e semânticos. (PUZZO, 2007, p. 126).

Estas informações vêm contribuir na escolha do tema de nossa pesquisa, pois este é um caso que vem sendo pouco estudado em comparação a outros temas em discussão e pesquisa, tais como os gêneros discursivos.

No que tange a estas reflexões, podemos concluir que a pontuação, quando bem empregada, pode evitar ambigüidades ou desvios de leitura e, ao mesmo tempo, representar um importante recurso de interpretação textual.

Neste contexto, ao refletir sobre a pertinência da pontuação no texto, recorreremos a um exemplo de Puzzo que trabalha com manchetes de 1ª página do jornal *Folha de S. Paulo*. A autora faz alguns comentários sob o ponto de vista gramatical, mas sua principal abordagem são as questões decorrentes do emprego do ponto-e-vírgula. De acordo com ela:

A interrupção imposta pela pontuação é significativa na condução da leitura e em sua conseqüente interpretação [...]. Por isso a pontuação é relevante na constituição de sentido. No caso do ponto-e-vírgula, há a sinalização de que os fatos pertencem a um mesmo enunciado, o que de certo modo cria entre eles um vínculo mais estreito. Ao escolher esta forma de associação, há a interferência do sujeito na elaboração do enunciado, principalmente se os fatos não forem simplesmente diferentes, mas contrastantes. (PUZZO, 2007, p. 128-129).

Nestas reflexões, podemos constatar que nos textos de mídia impressa não existe uma objetividade absoluta, pois num contexto sócio-histórico, há constituições de sentidos que emergem dos textos midiáticos, revelando traços de subjetividade. Sob esta perspectiva, a pontuação também acaba contribuindo como fator de diversidade para os efeitos de sentido.

Ao analisarmos exemplos de textos opinativos em mídia impressa, percebemos que a pontuação está ligada intimamente aos sentidos implícitos de tais textos, servindo-se como instrumento útil para leitura e produção dos enunciados.

Sendo assim, a análise do emprego da pontuação nos meios midiáticos constitui um material importante para o trabalho em sala de aula, driblando um pouco a aridez dos mecanismos meramente gramaticais para demonstrar a linguagem em seu funcionamento, com todas as suas implicações. (PUZZO, 2007, p. 144).

Dessa forma, não só os materiais didáticos devem ser fontes para o ensino e aprendizagem de tópicos da língua materna, mas os gêneros existentes no cotidiano devem ser inseridos no ambiente escolar para a prática de ensino.

Neste aspecto, a mídia destaca-se por seu papel de abrangência, além de seu poder de persuasão, destaca-se também por ser um recurso útil na reflexão dos usos da pontuação. A partir destas contribuições, acreditamos ser pertinente uma reflexão mais aprofundada sobre a esfera midiática.

2.2.1 Reflexões sobre a mídia

Ao elegermos textos provindos da mídia impressa como objetos de estudo, faz-se necessário um olhar mais crítico sobre a mídia, dada a sua relevância em nosso cotidiano. As pessoas estão sempre em contato com o ambiente midiático, mas muitas vezes não dão importância à intensidade de interferência que a mídia pode causar na sociedade.

Na contemporaneidade, o espaço midiático é algo que se apresenta em todas as esferas. Sendo assim,

[...] nossa mídia é onipresente, diária, uma dimensão essencial de nossa experiência contemporânea. É impossível escapar à presença, à representação da mídia. Passamos a depender da mídia, tanto impressa como eletrônica, para fins de entretenimento e informação, de conforto e segurança, para ver algum sentido nas continuidades da experiência e também, de quando em quando, para as intensidades da experiência. (SILVERSTONE, 2002, p. 12).

No que tange ao excerto acima, estas experiências retratam até que ponto a mídia afeta nossas vivências. Segundo este autor, o estudo da mídia mostra-nos o quão fundamental é para nossa vida cotidiana, pois ajuda-nos a perceber a onipresença deste meio.

Em nossa sociedade, a mídia já é parte integrante da vida cotidiana e, como tal, é algo dinâmico como instrumento de mediação da linguagem. Portanto,

Precisaremos examinar a mídia como um processo, como uma coisa em curso e uma coisa feita, e como uma coisa em curso e feita em todos os

níveis, onde quer que as pessoas se congreguem no espaço real ou virtual, onde se comunicam, onde procuram persuadir, informar, entreter, educar, onde procuram, de múltiplas maneiras e com graus de sucesso variáveis, se conectar umas com as outras. (SILVERSTONE, 2002, p. 16 -17).

De acordo com este excerto, o entendimento da mídia como um processo dinâmico também compreende nosso reconhecimento do poder que possui através de seu alcance e velocidade. Hoje, o processo de mediação pode ser apreendido também como algo político, no qual se reconhece o poder e prestígio de certos grupos empresariais.

A partir destas constatações, Silverstone apresenta-nos algumas indagações sobre a mídia, tais como: “ O que medeia a mídia? E como? E com quais conseqüências? Como entender a mídia como conteúdo e forma, visivelmente caleidoscópica, invisivelmente ideológica?” (SILVERSTONE, 2002, p.18-19).

Estes questionamentos ajudam-nos a elucidar o quão complexo é o estudo da mídia ou reflexões a partir dela. Nesse intuito, estudar a pontuação sob o suporte de uma mídia requer que pensemos também nas questões propostas anteriormente por Silverstone.

Neste aspecto, perceber a ideologia que envolve o meio midiático em análise e como isto influencia os participantes do discurso; além disso, quais as conseqüências para a constituição de sentidos a partir do ambiente midiático em que o enunciado está envolto.

Este ambiente midiático é algo intrínseco em nossa sociedade, pois nos permite exprimir e interagir das mais variadas maneiras. Nesse sentido, também os textos presentes na esfera jornalística representam formas de interação entre interlocutores.

Ligar a televisão ou abrir um jornal na privacidade de nossa sala é envolver-se num ato de transcendência espacial: um local físico identificável – o lar – defronta e abarca o globo. Mas tal ação, ler ou ver, possui outros referentes espaciais. Ela nos liga aos outros, a nossos vizinhos, conhecidos e desconhecidos, que estão simultaneamente fazendo a mesma coisa. (SILVERSTONE, 2002, p.24).

O estudo de textos midiáticos compreende o reconhecimento do caráter material e simbólico no qual eles estão inseridos; além disso, requer a reflexão da mutabilidade espaço-temporal a partir do deslocamento enunciativo.

Estes fatores (espaço/tempo) contribuem na inter-relação de sentidos da qual escritor e leitor fazem parte. Como é de consenso, a aceitação ou não de determinado discurso depende da constituição subjetiva, pois “nossas respostas à mídia, tanto em particular como em geral, variam por indivíduo e segundo os grupos sociais de acordo com sexo, idade, classe, etnia, nacionalidade, assim como ao longo do tempo” (SILVERSTONE, 2002, p. 27).

Este processo de reflexão sobre a mídia não visa à mera compreensão dela, mas das conseqüências advindas dessa mediação.

Para tanto, é necessário perceber que a mídia se estende para além do ponto de contato entre os textos midiáticos e seus leitores ou espectadores. É necessário considerar que ela envolve os produtores e consumidores de mídia numa atividade mais ou menos contínua de engajamento e desengajamento com significados que têm sua fonte ou seu foco nos textos mediados, mas que dilatam a experiência e são avaliados à sua luz numa infinidade de maneiras.

A mediação implica o movimento de significado de um texto para outro, de um discurso para outro, de um evento para outro. Implica a constante transformação de significados, em grande e pequena escala, importante e desimportante, à medida que textos da mídia e textos sobre a mídia circulam em forma escrita, oral e audiovisual, e à medida que nós, individual e coletivamente, direta e indiretamente, colaboramos para sua produção. (SILVERSTONE, 2002, p.33).

A interação entre escritor e leitor passa pelo suporte midiático e isso abre margem para riscos, pois representa refletir sobre a constituição de sentidos e a opacidade dos meios pelos quais o enunciado circula.

Neste questionamento sobre a mídia, os meios de comunicação de massa representam um espaço onde os significados não são estáveis, pois os enunciados são transpostos e isso acarreta alteração na constituição de sentidos.

Nossa preocupação com a mediação como um processo é, portanto, essencial à questão de saber por que devemos estudar a mídia: a necessidade de focar no movimento dos significados através dos limiares da representação e da experiência. De estabelecer os lugares e fontes de distúrbio. De compreender a relação entre significado público e privado. (SILVERSTONE, 2002, p. 42-43).

Os significados almejados pelos produtores dos textos esbarram na constituição subjetiva de cada indivíduo, o que confirma a delicada relação entre significados públicos e

privados, mencionado por Silverstone, uma vez que as comunicações midiáticas transpõem as demarcações face-a-face. Desta constatação, devemos considerar o discurso como algo inerente à mídia.

2.2.2 A mídia e o discurso

Ao propormos analisar a constituição de sentidos em textos midiáticos impressos a partir do emprego da pontuação, há também a necessidade de compreendermos o complexo sistema que se estabelece na construção social dos discursos elaborados através da mídia.

Charaudeau, ao discorrer sobre os discursos midiáticos, estabelece a distinção entre os termos **informação** e **comunicação** (grifos do autor), pois “são noções que remetem a fenômenos sociais; as mídias são um suporte organizacional que se apossa dessas noções para integrá-las em suas diversas lógicas” (CHARAUDEAU, 2006, p.15).

Quanto à distinção significativa das palavras *informar*² e *comunicar*³, o importante é ter ciência da relação dialógica entre os termos presentes no discurso e, principalmente, os efeitos advindos das escolhas lexicais presentes em textos midiáticos.

A função social da mídia já é uma informação de senso comum, mas no que tange à perspectiva epistemológica, há necessidade de compreensão de seu caráter quanto ao poder de informar ou comunicar, que por sua vez está intrínseco na formação identitária de cada indivíduo. Conforme o próprio autor afirma:

[...] a constituição dos vínculos sociais nas comunidades modernas sob a influência das mídias; do mundo educativo que se pergunta sobre o lugar que as mídias devem ocupar nas instituições escolares e de formação profissional, de modo a formar um cidadão consciente e crítico com relação às mensagens que os rodeiam; enfim, do próprio mundo midiático que, preso a um jogo de espelhos (ele reflete o espaço social e é refletido por este), é levado a observar-se, estudar-se e autojustificar-se. (CHARAUDEAU, 2006, p. 16).

² **Informar** = dar conhecimento ou notícias a; contar, participar; tomar conhecimento de; inteirar-se, cientificar-se, fazer-se ciente. (Dicionário de Português. Editora Melhoramentos, 2002).

³ **Comunicar** = fazer saber; participar; pôr em contato ou ligação; propagar-se, transmitir-se. Consulta realizada. (Dicionário de Português. Editora Melhoramentos, 2002).

Sobre o excerto acima, a relação entre os signos pode construir significações diversas sobre determinados assuntos e estes podem influenciar na formação de opinião de um grande número de pessoas, tendo em vista o poder social de circulação em que os textos são proferidos.

Conforme estas afirmações, vivemos em um ambiente, no qual a circulação de diferentes esferas comunicativas é essencial na constituição de opiniões, mas há que se considerar a complexidade sobre o estudo do sentido social, em que os gêneros de mídia impressa influenciam.

Muitos definem a mídia como um **quarto poder** (grifo nosso), pois ao mesmo tempo em que é um espaço democrático de comunicação, é também um lugar de manipulação que pode ser usado a favor ou contra uma pessoa ou determinado segmento da sociedade.

As mídias manipulam tanto quanto manipulam a si mesmas. Para manipular, é preciso um agente da manipulação que tenha um projeto e uma tática, mas é preciso também um manipulado. Como o manipulador não tem interesse em declarar sua intenção, é somente através da vítima do engodo que se pode concluir que existe uma manipulação. A questão, então, é saber que é o manipulado, fato que, para as mídias, remete à questão de saber quem é o alvo da informação. Para quem fala ou escreve o jornalista? Se, numa primeira aproximação, informar é transmitir um saber a quem não o possui, pode-se dizer que a informação é tanto mais forte quanto maior é o grau de ignorância, por parte do alvo, a respeito do saber que lhe é transmitido. (CHARAUDEAU, 2006, p. 18-19).

Sob o olhar das ciências humanas, o discurso das mídias é a materialização lingüística dos enunciados em determinadas condições de produção, nessa complexa rede de enunciação. Há de se considerar a relação com o público em que determinado discurso é escrito para atingi-lo. Charaudeau (2006) ratifica esta idéia, quando indaga sobre a correspondência de sentido no ato de comunicação em que os efeitos enunciados não são atingidos, visto não existir um receptor ou leitor ideal.

Seguindo este raciocínio, o ato de comunicação é baseado na troca de duas instâncias: a de produção e de recepção. Como o próprio Charaudeau afirma, o resultado do ato

comunicativo depende das intenções que se estabelecem entre estas duas instâncias, uma vez que:

Isso determina três lugares de pertinência: o da instância de produção, submetida a certas condições de produção; o da instância de recepção, submetida a condições de interpretação; o do texto como produto, que se acha, enquanto tal, submetido a certas condições de construção. (CHARAUDEAU, 2006, p. 24).

Num primeiro momento, as idéias sobre o lugar das condições de recepção, podemos notar que o alvo da comunicação é um ser idealizado, i.e., um destinatário ideal. Não há um receptor único e muito menos livre de ideologias; há sim, um interlocutor envolto pelo ambiente midiático e que atribui significado a partir do contexto de recepção.

Sob esse ponto de vista, a pontuação torna-se um elemento de extrema importância na constituição significativa, visto a necessidade da colocação de sistemas icônicos que possibilitem o sentido desejado, mesmo com a expressiva heterogeneidade dos interlocutores e a opacidade em que se constitui a mídia.

É esse o lugar em que todo discurso se configura em texto, segundo uma certa organização semiodiscursiva feita de combinação de formas, umas pertencentes ao sistema verbal, outras a diferentes sistemas semiológicos: icônico, gráfico, gestual. O sentido depende, pois, da estruturação particular dessas formas, cujo reconhecimento pelo receptor é necessário para que se realize efetivamente a troca comunicativa: o sentido é o resultado de uma *co-intencionalidade*. (CHARAUDEAU, 2006, p.27).

De acordo com estas observações, pode-se concluir que a informação não está correlacionada unicamente à intenção do locutor, nem tampouco pelo interlocutor, mas resulta de uma co-intencionalidade que desponta nos enunciados os efeitos desejados, possíveis e produzidos.

Além disso, a interpretação é um fenômeno social e, como tal, deve ser analisado com critério, pois abarca a linguagem manifestada dentro de um determinado gênero e de uma determinada situação de comunicação.

Mesmo quando se tenta fazer um texto transparente, a escolha do léxico e da própria pontuação já denota um tipo de posicionamento frente a um assunto, pois somos seres de

linguagem, estamos submetidos às ideologias e também somos atravessados por diferentes vozes, o que nos constitui como sujeitos heterogêneos.

Esta heterogeneidade que nos constitui pode aparecer de forma constitutiva ou mostrada (AUTHIER-REVUZ); no caso da mostrada, são elementos materiais que acabam evidenciando a posição de produtor do discurso.

O *receptor* é considerado implicitamente capaz de registrar e decodificar “naturalmente” a informação que lhe é transmitida, sem que seja levantado o problema da interpretação, nem o do efeito produzido sobre o receptor. (CHARAUDEAU, 2006, p.35).

Este receptor, segundo as discussões de Charaudeau, não pode ser visto como um ser assujeitado, pois além de ser constituído de ideologias, está envolto em vozes sociais que o atravessam e formam sua consciência, dessa forma produz sentidos diferentes daqueles pretendidos. Como o próprio autor afirma,

[...] a questão é saber o que ele é e como atingi-lo, pois, como dissemos, receptor nunca é apenas o alvo ideal visado pelo fornecedor da informação. Sendo assim, é conveniente, na análise de todo ato de informação, distinguir efeito visado e efeito produzido, e, por conseguinte, levantar uma nova série de questões: que efeito é visado quando se quer informar e que tipo de destinatário é o alvo? (CHARAUDEAU, 2006, p. 37).

De acordo com esta posição, produtor e receptor são sujeitos do discurso que constituem uma relação dialógica do sentido. Este é o principal motivo que nos impulsiona a discutir o impacto das escolhas e até mesmo das ausências de determinadas pontuações no discurso, uma vez que os sentidos são construídos a partir da interação entre os participantes do discurso num determinado contexto sócio-histórico.

Quando se imagina um texto que terá uma grande circulação, há de se esperar que haja a construção de diferentes sentidos, pois “a informação midiática fica prejudicada porque os efeitos visados, correspondentes às intenções da fonte de informação, não coincidem necessariamente com os efeitos produzidos no alvo” (CHARAUDEAU, 2006, p.59).

A imprensa escrita, como um dos aparelhos de formação ideológica, tem uma grande responsabilidade social e precisa ser analisada de forma consciente tanto pelas áreas afins, quanto pelos cidadãos de forma geral, pois:

A imprensa é essencialmente uma área escritural, feita de palavras [...], essa mídia numa tradição escrita que se caracteriza essencialmente por: uma relação distanciada entre aquele que escreve e aquele que lê, a ausência física da instância de emissão para com a instância de recepção; uma atividade de conceitualização da parte das duas instâncias para representar o mundo, o que produz lógicas de produção e de compreensão específicas. (CHARAUDEAU, 2006, p. 113).

Após explicitarmos algumas questões essenciais sobre a mídia, abordaremos questões relacionadas à esfera jornalística, entre elas a questão do *ethos* discursivo que também se faz presente na mídia impressa e, conseqüentemente, nas análises de nosso *corpus*.

2.2.3 O *ethos* discursivo: exteriorização dos sujeitos no discurso.

A representação de si no ato enunciativo acaba deixando transparecer o tom no discurso. Desse modo, como a pontuação apresenta-se como um recurso textual importante, é também através dela que conseguimos perceber as nuances de tom.

Todo texto escrito mesmo que o negue, tem uma “vocalidade” que pode se manifestar numa multiplicidade de “tons”, estando eles, por sua vez, associados a uma caracterização do corpo do enunciador (e bem entendido, não o corpo do locutor extradiscursivo), a um “fiador”, construído pelo destinatário a partir de índices liberados na enunciação. O termo “tom” tem a vantagem de valer tanto para o escrito como para o oral. (MAINGUENEAU, 2008, p. 17-18).

No caso específico de nossa análise, iremos nos ater a questão do escrito, cujo enfoque é a reflexão desses índices liberados na enunciação, tendo especificamente a preocupação com o estudo da pontuação.

Ao suscitarmos as questões ligadas ao emissor do texto escrito, como a presença do tom e a constituição dialógica dos enunciados, também não podemos deixar de considerar a questão da representação de si que o próprio locutor engendra em seu discurso. Neste caso,

nas análises da materialidade lingüística, a percepção do *ethos* é um recurso que nos ajuda a entender as questões relacionadas aos fenômenos discursivos na mídia impressa.

Se um jornalista, por exemplo, emprega vários parênteses em seu artigo, este ato discursivo não parece ser mera coincidência ou uma forma despropositada de articular o texto. Nesta situação, o locutor adota certo tom de voz que podemos distinguir pelo uso da pontuação, no qual a pretensa imparcialidade dá lugar à subjetividade do enunciador.

Neste contexto, podemos citar a posição de um jornalista ou articulista de uma grande mídia impressa, como é o caso da *Folha de S. Paulo*. No caso, o locutor é privilegiado por um espaço fixo no jornal, no qual constrói uma imagem através de suas palavras e na pontuação empregada para articulação de seu texto.

Sendo assim, ao emitir qualquer opinião, o emissor do discurso aproveita de seu privilégio na mídia para tecer seu discurso e, deste modo, convidar seus interlocutores a compartilharem de sua visão.

A maneira de dizer autoriza a construção de uma verdadeira imagem de si e, na medida que o locutário se vê obrigado a apreendê-la a partir de diversos índices discursivos, ela contribui para o estabelecimento de uma inter-relação entre o locutor e seu parceiro. Participando da eficácia da palavra, a imagem quer causar impacto e suscitar a adesão. Ao mesmo tempo, o *ethos* está ligado ao estatuto do locutor e à questão de sua legitimidade, ou melhor, ao processo de sua legitimação pela fala. (AMOSSY, 2005, p. 16-17).

Em consonância com esta linha de raciocínio, a noção do *ethos* permite-nos refletir sobre a adesão dos interlocutores em uma determinada posição discursiva, pois a persuasão argumentativa é construída através da materialidade lingüística, onde se encontram signos lingüísticos e também ideográficos. Sobre estes últimos, os sinais de pontuação apresentam-se como recursos necessários na constituição dos sentidos.

No caso específico de nosso trabalho, analisar os textos opinativos advindos da *Folha de S. Paulo* nos obriga a considerar vários fatores além da palavra escrita e das pontuações que as acompanham.

Na realidade, o poder das palavras deriva da adequação entre a função social do locutor e seu discurso: o discurso não pode ter autoridade se não for pronunciado pela pessoa legitimada a pronunciá-lo em uma situação legítima, portanto, diante dos receptores legítimos. É assim com o sermão, com a entrevista coletiva, com o poema; enfim, com todas as formas de discurso que circulam em uma sociedade. (AMOSSY, 2005, p. 120).

Além do aspecto interacional entre os participantes do discurso, temos também que considerar a perspectiva institucional em que o locutor está vinculado. Dessa maneira, ao analisar um texto opinativo deve-se considerar o autor pessoa e o autor da *Folha de S. Paulo* (visto que a posição discursiva de um mesmo sujeito pode influenciar nas relações dialógicas e na constituição de sentidos). Enfatizamos ainda que, por se tratar de um *corpus* provindo da FSP, estaremos discutindo o *ethos* do enunciador desse jornal.

Sendo assim, o discurso veiculado na esfera jornalística depende de fatores simultâneos que escapam a qualquer manual normativo, uma vez que “não se pode separar o *ethos* discursivo da posição institucional do locutor, nem dissociar totalmente a interlocução da interação social como troca simbólica” (AMOSSY, 2005, p. 136).

Após esta breve explanação sobre o *ethos* discursivo e as nuances de tom presentes no discurso, cabe-nos discorrer sobre a esfera em que se encontra nosso *corpus* de pesquisa.

2.3 A esfera jornalística

Ao problematizarmos a questão da importância da pontuação e a constituição de sentidos no discurso, temos que encontrar exemplos reais e de relevância social. Dada a problemática, elegemos a esfera jornalística como canal legítimo e corrente na observação do uso das pontuações nas análises de nosso trabalho.

A esfera jornalística, veiculada em mídia impressa, torna-se um instrumento pertinente no diálogo existente entre a vida real e a vida escolar. Corroborando com nosso posicionamento,

Muito se tem comentado atualmente acerca da inserção da linguagem midiática no contexto escolar. Fala-se da necessidade de a escola incorporar o discurso de circulação subterrânea dos alunos, provenientes das diferentes

mídias, no conteúdo ministrado nas mais variadas disciplinas, a fim de que possa haver uma maior aproximação entre o conhecimento sistematicamente organizado e as informações que nos chegam diariamente pela mídia. (BRITO, 2006, p. 149).

A autora discorre sobre o trabalho da linguagem midiática na perspectiva da Lingüística Aplicada e abre caminho para novas pesquisas, a mesma também afirma ser possível a discussão em várias vertentes, possibilitando-nos o estudo sistematizado de acordo com os objetivos traçados.

Temos então como objetivo refletir sobre o papel da pontuação no discurso das mídias impressas e para tanto, faremos uso de um gênero discursivo presente na esfera jornalística, tento em vista o pressuposto de que toda comunicação humana é expressa através de um gênero (BAKHTIN, 2003).

Nesse ponto, o jornal é um suporte que proporciona ao leitor contato com diferentes gêneros e a possibilidade de reflexões entre os signos lingüísticos e ideográficos.

Os sinais ideográficos (pontuação) em interação com os signos lingüísticos permitem a atribuição de sentido no discurso; esta leitura, que não é concebida como única e verdadeira, só é possível de acordo com a pessoa que está lendo. Desta forma, não é possível afirmar que exista uma única forma de ler ou atribuir significado.

Ora, sabemos que não existe uma única leitura autorizada. Todo texto abre um leque de possibilidades de interpretação, que, obviamente, apresenta pontos de convergência ou de intersecção, pois não é possível atribuir sentidos ao texto sem que haja do processo intelecção textual, ou seja, do processo de construção de sentidos. (BRITO, 2006, p.159).

A partir destas considerações, explicitaremos com mais tenacidade a questão da subjetividade presente na esfera jornalística. Acreditamos que em nossas pesquisas e análises, os sinais de pontuação possam (d)enunciar a impossibilidade de um texto da mídia impressa ser totalmente objetivo, muito menos ter um único sentido possível.

2.4 A *Folha de S. Paulo* e a pontuação nos textos opinativos: expressões de subjetividade

Como o enfoque de análise deste trabalho são os artigos opinativos publicados na *Folha de S. Paulo*, interessa-nos discutir sobre as características do ambiente midiático que envolvem este gênero.

Explicitadas estas ponderações, consideramos importante refletir sobre alguns aspectos desta mídia impressa, uma vez que trabalhar com linguagem remete-nos analisar todos os elementos que influenciam as possibilidades de constituição de sentidos.

Para o escopo deste estudo, a compreensão do texto opinativo como um gênero discursivo que compõe o jornal impresso é bastante enriquecedor, pois através deste conhecimento, podemos refletir com mais criticidade o papel que os sinais de pontuação exercem no enunciado.

De acordo com Nascimento (2003), também temos que considerar o meio em que os textos são constituídos e onde são publicados, pois estes fatores também influenciam na constituição dos sentidos. Desta maneira, não pretendemos discorrer de forma simplista sobre a presença de determinadas pontuações; mas neste complexo processo enunciativo, precisamos levar em conta outros aspectos, tais como as condições de produção, circulação e recepção.

No que tange ao estudo deste gênero, os textos opinativos impressos e divulgados pela *Folha de S. Paulo* possuem um histórico editorial e marcas ideológicas que influenciam o perfil de seus assinantes e leitores. Os articulistas deste periódico também são constituídos por estas implicações, o que se revela pela subjetividade presente na materialidade lingüística.

A partir da constatação de que não existe uma objetividade absoluta nos textos impressos, mas verdades aproximadas, cabe ao pesquisador o trabalho de fornecer subsídios teórico-metodológicos para pesquisas que tratam das manifestações lingüístico-discursivas.

Desse modo, cabe ao lingüista aplicado a investigação no campo da linguagem, visando, a um só tempo, construir verdades e destruir dogmas, que se apresentam como se sua natureza não fosse outra senão a imanência da verdade imutável e inquestionável, fazendo prevalecer o conhecimento científico sobre outros tipos de conhecimento. (NASCIMENTO, 2003, p. 49).

Com relação a este trabalho, o questionamento proposto é o de refletir sobre a importância que os sinais de pontuação exercem na construção de sentidos, sendo que nosso enfoque são textos opinativos veiculados pela *Folha de S. Paulo*.

Cabe-nos explicitar de forma rigorosa as análises feitas em nosso *corpus*, tentando desprender de resultados meramente especulativos ou exclusivamente normativos. Sendo assim, através do enunciado, que é único e ao mesmo tempo múltiplo, pretendemos mergulhar nas diversas possibilidades de sentido que ele nos proporciona.

O que pretende aqui é que os princípios da responsividade e da interação sejam determinantes tanto para o pesquisador quanto para o público a que se destina esta pesquisa: jornalistas, professores, alunos e usuários da língua em geral que se utilizem do jornal como veículo de comunicação e formação de opinião. Portanto, nesse sentido, à passividade contemplativa que resulta na prostração do homem diante do real, contrapõe-se a de um ser que vê, analisa, investiga a realidade e age sobre ela na perspectiva de sua transformação. (NASCIMENTO, 2003, p. 50-51).

Corroborando com este excerto, Bagno (2002) discorre sobre o vigor tradicional da língua na mídia contemporânea, o que contribui para uma visão mais abrangente de nosso suporte de análise. Embora este autor se destaque nas investigações sobre variação lingüística e preconceito lingüístico, algumas de suas reflexões são pertinentes à nossa pesquisa. Conforme diz o autor:

Apesar de encontrarmos abundantes exemplos da utilização do português brasileiro culto na prática dos jornalistas [...], a grande imprensa vocifera um discurso prescritivista que se revela mais conservador e tradicionalista que o dos gramáticos profissionais. Trata-se de um caso curioso de “dupla personalidade lingüística”: de um lado, um discurso gramatical extremamente conservador; do outro, a produção textual dos jornalistas, que preferem obedecer à própria intuição de falantes cultos do português brasileiro. (BAGNO, 2002, p. 41).

Sobre as afirmações acima, observamos um ponto que contribui na percepção do texto midiático como resultado de ações subjetivas dos locutores. Ao afirmar sobre a preferência dos jornalistas pela intuição ao escrever, Bagno retrata um fato inerente não só a mídia contemporânea, como também a outras situações de comunicação escrita.

Neste ponto, os sinais de pontuação também podem revelar traços de subjetividade, pois a escolha por determinado sinal não depende apenas das normas instituídas, mas estão ligadas às escolhas estilísticas de cada indivíduo.

Seguindo este raciocínio, observamos que os manuais que regem a maneira de escrever dos grandes periódicos não dão conta da dinâmica em que a língua materna é proferida e, nisso, incluímos as possibilidades de pontuação que um texto pode apresentar.

Um bom mostruário dessa postura prescritivista conservadora se encontra nos manuais de redação e estilo das grandes empresas jornalísticas brasileiras. Uma análise cuidadosa desses livros revela que os responsáveis pela determinação do que está “certo” e do que está “errado” na produção dos textos da imprensa desprezam completamente não só os volumosos resultados da pesquisa lingüística no Brasil há décadas como também as concessões feitas até mesmo pelos gramáticos profissionais diante da inelutável pressão da mudança lingüística. (BAGNO, 2002, p. 42).

Seguindo este raciocínio, acreditamos que também muitos jornalistas e pessoas que trabalham com a mídia impressa sintam esta dicotomia em aceitar passivamente a prescrição dos manuais de redação. Mesmo no caso de uma aceitação das regras, o texto constitui-se também a partir da subjetividade de cada indivíduo.

Dada à heterogeneidade de seus leitores, o jornal *Folha de S. Paulo* preza por um texto de fácil leitura, pois o periódico tem um público alvo, mas por ser um veículo de massa, pode ser lido por qualquer pessoa (independente da classe social ou formação acadêmica).

Segundo o manual da *Folha* (1987), os colaboradores do jornal devem poupar trabalho ao leitor, tentando deixar o texto o mais claro possível, sem imaginar, supor ou julgar um conhecimento prévio que o leitor possa ter sobre o assunto em discussão.

Mesmo com esta intenção padronizadora, existem elementos que escapam a qualquer prescrição de manuais de redação e é sobre este aspecto que nos propomos a refletir em nossa pesquisa.

O manual de redação da *Folha* admite também a inexistência de uma objetividade em textos jornalísticos, pois reconhece a presença da subjetividade no processo de criação; tendo em vista que “ao redigir um texto e editá-lo, o jornalista toma uma série de decisões que são em larga medida subjetivas, influenciadas por suas posições pessoais, hábitos e emoções” (FOLHA DE S. PAULO, 1987, p. 34).

De outro modo, o periódico orienta os colaboradores a procurarem uma objetividade possível através de vários procedimentos, dessa forma o possível não significa uma objetividade absoluta, mas uma busca por ela.

A partir destas constatações, os sinais de pontuação estão inseridos no texto de acordo com determinada ordem das frases, pois o manual da *Folha* prescreve a ordem canônica do português brasileiro (Sujeito – Verbo – Objeto). Especificamente sobre a pontuação, o manual cita somente casos com quatro tipos de pontuação, que podemos observar no excerto abaixo:

Aspas – as aspas são usadas em citações textuais. Quando é uma frase incompleta usam-se as aspas antes do ponto final (João disse que acha “absurda a maneira como são feitas as casas”). Quando a frase é completa, as aspas são usadas depois do ponto final (“Acho absurda a maneira como são feitas as casas.”).

Ponto-e-vírgula – é uma pausa de uma certa duração que pode separar duas orações que tenham algum tipo de ligação entre si.

Vírgula – é uma pausa curta que pode separar orações, aposto, vocativo e palavras enumeradas. A vírgula não pode jamais separar o sujeito do verbo.

Travessão – o travessão serve para destacar alguns termos da oração, tendo às vezes o mesmo papel da vírgula. (FOLHA DE S. PAULO, 1987, p. 132).

Dentre as pontuações citadas, as diretrizes de redação reservam um espaço específico para as aspas e a vírgula, mas um fato curioso é a parte destinada ao ponto de exclamação⁴, que também está no manual, porém vem com restrições para seu uso, tornando-se um sinal quase inutilizável no texto jornalístico.

Segundo o manual da *Folha* (1987), as aspas são utilizadas para destacar palavras estrangeiras e alguns títulos para destaque; no caso das vírgulas, o manual só orienta pela não colocação entre o sujeito e o predicado. “Recomenda-se usar poucas vírgulas e reservá-las para quando forem indispensáveis à compreensão do texto” (FOLHA DE S. PAULO, 1987, p.100).

Como vimos acima, não há uma recomendação que abarque os vários usos da pontuação em textos jornalísticos impressos, pelo menos neste periódico. Dessa forma, os casos que fogem às regras prescritas pelo manual da *Folha* (1987) ficam a critério e discernimento dos locutores, o que nos revela inúmeras possibilidades de análise e evidencia ainda mais os traços de subjetividade no discurso.

⁴ **Ponto de exclamação** – O ponto de exclamação quase nunca é necessário em textos jornalísticos. Pode ser usado entre aspas na reprodução literal de uma declaração enfática. Exemplo: “Vossa Excelência não pode me ofender mais!”, gritou o deputado. (manual da Folha de S. Paulo, p. 94).

CAPÍTULO 3

OS SINAIS DE PONTUAÇÃO: REFLEXÕES SOBRE O USO DOS PARÊNTESES E DA VÍRGULA

3. Apresentação do capítulo

Após discorrermos sobre o embasamento teórico-metodológico que ancora esta pesquisa, achamos por bem explicitar as diferentes concepções que se creditam aos sinais de pontuação, este capítulo justifica-se pela necessidade de análise do *corpus* por um viés bakhtiniano. Para tanto, necessitamos apresentar algumas visões e práticas existentes para contrapor a outras abordagens existentes sobre o ensino e aprendizagem dos sinais de pontuação.

Sobre a dualidade do discurso presente no ambiente escolar, acreditamos não existir uma abordagem enunciativa discursiva a respeito do assunto. A relação da pontuação com as nomenclaturas sintáticas não parece tão produtora, pois antes de aprender o conteúdo sobre a pontuação, seria necessário um domínio maior das estruturas sintáticas, estando um conteúdo atrelado ao outro.

Se não houver um processo de conscientização a respeito do tema, os sujeitos ficam fadados a pontuarem sem nenhum parâmetro, dessa maneira, recorrem à intuição ou a regras pouco ortodoxas. Este tipo de prática ratifica nossa proposta de pesquisa, pois procuramos desvincular a idéia de ensino e aprendizagem da pontuação, única e exclusivamente, a nomenclaturas de ordem sintática.

Sendo assim, o capítulo em questão constitui-se da discussão e reflexão sobre o emprego dos sinais de pontuação, com o objetivo de auxiliar no entendimento da análise de nosso material de pesquisa.

3.1 O percurso teórico da pontuação

Na busca de apresentar novas maneiras de olhar os sinais de pontuação, precisamos voltar na história para entendermos um pouco os motivos que delinearam a atual concepção que se apregoa sobre o emprego da pontuação.

Nesse caso, nosso objetivo não será fazer um estudo aprofundado sobre o percurso histórico da pontuação, mas explicitar uma breve retrospectiva do sistema de pontuação (ROCHA, 2007a) no intuito de esclarecer nosso posicionamento sob a luz da perspectiva discursiva.

Segundo Rocha (2007a), os sinais de pontuação raramente são objetos de discussão. Ratificando nossa posição, esta autora afirma que a maior parte dos escritos sobre este assunto é de cunho prescritivo, o que nos motiva a pesquisar e problematizar o emprego dos sinais de pontuação sob outras perspectivas.

De acordo com a autora, estudar a história da pontuação remete-nos refletir sobre a sua trajetória, embora os sinais de pontuação tenham sido introduzidos de modo lento e tardio.

A origem da pontuação remonta aos textos sagrados, feitos para serem recitados oralmente, apresentando-se sob a forma de "indicadores para respirar" na leitura em voz alta. Mas foi apenas na Idade Média, com o surgimento da Imprensa, que a pontuação se disseminou. (ROCHA, 2007a)⁵.

Complementando o excerto acima, durante séculos não houve uma segmentação sistematizada na língua escrita, tampouco marcas gráficas de pontuação, pois a leitura cultivada era expressa em voz alta.

Para o povo grego, os sinais de pontuação eram atribuídos pelo leitor/orador que se preocupava com a interpretação do texto, a fim de evitar ambigüidades (ROCHA, 2007a). Inspirados pelos gregos, os povos romanos também começaram a usar este dispositivo como

⁵ Todas as citações literais (ROCHA, 2007a; ROCHA, 2007b) em que não houver indicação de número de páginas são retiradas de publicações eletrônicas, em que os artigos não são paginados.

forma de facilitar a leitura, mas o uso destas marcas não era padrão. Em ambos os povos, via-se a preocupação em reforçar e explicitar a sintaxe, possibilitando indicações de sentido e permitindo também a respiração dos leitores.

Na idade média, os sinais de pontuação foram difundidos sob duas orientações: a lógico-gramatical e a ritmo respiratório. Conforme Rocha (2007a), já neste período, começou-se a utilizar a pontuação sob a função semântica e também prosódica. Além disso,

A passagem do manuscrito para a imprensa constituiu uma revolução tecnológica sem precedentes na história da humanidade. A descoberta da composição e da impressão com caracteres móveis provocou a estandarização do texto escrito e a massificação da leitura visual. E com elas veio a imposição do uso de signos de pontuação de domínio público. O advento da imprensa trouxe consigo caracteres e marcas inequívocas da pontuação, fazendo aparecer, de forma explícita, uma série de funções até então ao arbítrio dos escribas e pedagogos. Agora não era mais possível ignorar a segmentação, pois que havia uma marca de espaço programada no aparato para imprimir o texto. Assim também os signos de pontuação empregados passaram a ser cunhados em metal, não deixando dúvidas quanto à sua necessidade. Outros recursos gráficos de apresentação e formato também vieram a compor o arsenal utilizado no ato de imprimir em *prensa* ou em *prelo*, dando maior legibilidade ao texto. (ROCHA, 2007a).

Dessa forma, a cultura de massa proporcionou uma revolução na maneira de conceber a pontuação, atribuindo-lhe importância no texto escrito. Os fatos decorrentes ao longo dos séculos contribuíram para herança do pensamento que se tem hoje sobre os sinais de pontuação.

No que se refere à história da pontuação na Idade Moderna, sobre as orientações que vigoravam entre os séculos XVII e XVIII, Rocha (2007a) afirma que as idéias de pausa eram mais difundidas, mas as funções relacionadas à gramática ganharam espaço na época.

Os sinais de pontuação tiveram suas regras delineadas através da sintaxe, mas para muitos autores, ainda vigorava a dependência relacionada às funções respiratórias. Entretanto, a partir do século XX, começou-se a discutir a pontuação sob um viés mais científico no qual gramáticos e lingüistas, na tentativa de normatizar o uso dos sinais de pontuação, estabeleceram critérios de acordo com as funções sintáticas.

Sob outro aspecto, Rocha (2007a) também discorre sobre a maneira como a pontuação é apresentada, pois para esta autora, os sinais de pontuação têm sido empregados de forma simplista, sem considerar a complexidade do assunto.

A literatura corrente sobre linguagem escrita e sistemas escritos tem pouco a dizer sobre a pontuação, seja do ponto de vista histórico ou teórico. Do ponto de vista descritivo também há poucos dados sobre como os sistemas de pontuação das línguas são usados atualmente. A maioria das publicações (manuais de pontuação) se atém aos aspectos normativos. (ROCHA, 2007a).

Em consonância com tais informações, a lacuna que há entre as regras normatizadoras e o uso cotidiano da pontuação precisa ser mais discutida e problematizada. Não se trata de tentar sistematizar o uso corrente dos sinais de pontuação, mas dar atenção aos fatos da língua que os manuais não conseguem abarcar.

Como lingüistas aplicados, também nos preocupamos com o estudo da pontuação; por isso, permitimo-nos abranger e ampliar nosso conhecimento sobre o assunto. Para tal fim, precisamos discutir as possibilidades de pontuação sob o aspecto estilístico e também sintático.

Segundo Rocha, “A maneira de pontuar muda não só de uma época para outra, mas entre autores de mesma época. E até os povos parecem ter diferentes estilos de pontuar” (2007b). Dessa maneira, até mesmo a forma de leitura dominante de uma época (seja ela mais oral ou silenciosa) interfere na pontuação.

Por exemplo, se pensarmos no período trovadoresco em que os textos eram declamados através de cantigas e se contrapormos a leitura contemporânea, em que as pessoas lêem apenas com os olhos, podemos entender estas maneiras diferentes de leitura marcada por épocas diferentes.

Além do modo de leitura, a concepção de escritores também foi delineando-se durante os séculos. Hoje, “apesar da tendência atual de pontuar de forma mais gramatical (sintática)

que prosódica, ao comporem um texto, os escritores são particularmente sensíveis ao ritmo” (ROCHA, 2007b).

Assim sendo, caberia ao escritor do texto a escolha por pontuar pelo ritmo ou pela gramática. De acordo com estas informações, podemos encontrar nos textos literários e jornalísticos os melhores exemplos de estilos de pontuar. Como modelo, Rocha (2007b) cita as obras de Saramago nas quais encontramos uma maneira peculiar de pontuação. Podemos perceber esta afirmação, observando o seguinte trecho:

O cego ergueu as mãos diante dos olhos, moveu-as, Nada, é como se estivesse no meio de um nevoeiro, é como se tivesse caído num mar de leite, Mas a cegueira não é assim, disse o outro, a cegueira dizem é negra, Pois eu vejo tudo branco, Se calhar a mulherzinha tinha razão, pode ser coisa de nervos, os nervos são o diabo, Eu bem sei o que é, uma desgraça, sim, uma desgraça, Diga-me onde mora, por favor, ao mesmo tempo ouviu-se o arranque do motor. (SARAMAGO, 1995, p. 13).

O excerto em questão refere-se à obra *Ensaio sobre a cegueira*, na qual a população de um determinado lugar é subitamente acometida de uma cegueira coletiva; uma cegueira branca diferente das conhecidas pela medicina. Neste livro, Saramago utiliza esta deficiência para discorrer sobre as mazelas e fraquezas humanas.

Especificamente sobre sua escrita, José Saramago, além de ser um renomado escritor português, destaca-se por uma maneira diferente de pontuar. Como verificamos no trecho citado, a vírgula se faz presente em grande parte da obra. Nesse sentido, esta pontuação é colocada para marcar a presença dos discursos direto e indireto, substituindo outras pontuações que são comuns nestes tipos de estrutura, como: ponto final, aspas, travessão, dois pontos.

Este exemplo ilustra como a pontuação interage com os signos lingüísticos e também nos remete à relação existente entre locutor e interlocutor, pois os leitores desta obra precisam ter um conhecimento e uma bagagem para atribuir sentido ao discurso, distinguindo as vozes do narrador e das personagens.

Acreditamos que este tipo de ocorrência não fique apenas no campo literário, pois em outras esferas, os autores também se pautam pela subjetividade constituinte na construção do texto escrito.

Apesar dos autores de textos jornalísticos pautarem-se pelos manuais de orientação e pela gramática normativa, o estilo de cada autor acaba transparecendo na materialidade lingüística, da qual a pontuação faz parte.

3.2 A pontuação sob o viés normativo

[...] esse estudo nasceu também da perplexidade trazida pelas gramáticas descritivas ou normativas. Estas últimas seguem um modelo expositivo que, a nosso ver, dificilmente proporciona seja uma visão global e coerente da pontuação, seja o entendimento sobre o como empregar os respectivos sinais. O que se encontra em geral são nomenclaturas de estruturas gramaticais da frase e suas partes, a respeito das quais se afirma que é preciso a presença de tal sinal. Ou seja, as gramáticas se limitam oferecer um modelo a ser seguido. Decorrem dessa situação dificuldades para quem consulta uma gramática descritiva ou normativa. Primeiro, a maioria dos exemplos sendo de literatura, é pouco provável o usuário achar, quando escreve, uma identificação com os exemplos propostos. Segundo, as nomenclaturas, muito diversas, não possuem lógica senão a de requerer tal sinal de pontuação, o que é insuficiente. Enfim, acrescenta-se o fato de que, na falta de uma exposição sobre os processos semânticos e interacionais que resultam na escolha de um determinado sinal, o discurso acentua o caráter normativo, deixando a impressão que a pontuação é um objeto cuja aplicação fica pronta de antemão, e pode realizar-se de uma só maneira. (DAHLET, 2006, p. 23-24).

O que devemos notar na pesquisa em questão é que a preocupação de nosso estudo não são as regras dos manuais, mas uma análise que tenta dissociar a pontuação dos atos de comunicação. Dahlet confirma este pensamento dizendo que: “[...] pouquíssimos sinais de pontuação ficam regidos pela norma enquanto a maioria decorre da intenção de comunicação ou da interação estabelecida entre quem escreve e quem lê” (2006, p. 24).

Para tanto, cabe-nos discorrer brevemente como a gramática normativa concebe o assunto sobre os sinais de pontuação.

Desse modo, Cegalla (2000) define ser tríplice a finalidade dos sinais de pontuação. De acordo como este autor, a pontuação serve para: assinalar as pausas e as inflexões da voz (a entonação) na leitura; separar palavras, expressões e orações que devem ser destacadas; esclarecer o sentido da frase, afastando qualquer ambigüidade.

Conforme este autor, não há uniformidade entre os escritores quanto ao emprego dos sinais de pontuação, não sendo possível traçar normas rigorosas sobre a matéria, o mesmo trata em seu manual sobre o uso que vem sancionando na atual língua escrita. Na seqüência, discorreremos sobre dois tipos de pontuação que se encontram no manual: a vírgula e os parênteses.

Sobre o uso da vírgula, constatamos uma variedade de regras sobre o emprego deste sinal pautado em geral por conceitos sintáticos. Ao todo foram observados catorze casos, descritos na seqüência.

De acordo com Cegalla (2000), emprega-se a vírgula para: 1. separar palavras ou orações justapostas assindéticas; 2. separar vocativos; 3. separar apostos e certos predicativos; 4. separar orações intercaladas e outras de caráter explicativo; 5. separar certas expressões explicativas ou retificativas; 6. separar orações adjetivas explicativas; 7. separar orações adverbiais desenvolvidas; 8. separar orações adverbiais reduzidas; 9. separar adjuntos adverbiais; 10. indicar elipse de um termo; 11. separar certas conjunções pospositivas; 12. separar elementos paralelos de um provérbio; 13. separar termos que desejamos realçar; 14. separar, nas datas, o nome do lugar.

Sobre o uso dos parênteses, encontramos apenas duas recomendações, uma relacionada ao uso para isolamento de palavras, locuções ou frases intercaladas no período; outra, relacionada à possibilidade de substituição da vírgula ou do travessão.

De maneira diferente, podemos encontrar outra definição que a pontuação recebe. Conforme descrição de um dicionário gramatical, a pontuação é concebida como:

Sistema de sinais gráficos que serve, entre outros, para: 1. marcar as diversas modalidades de entonação da língua oral. 2. marcar a intenção do autor. 3 orientar o leitor, na língua escrita, no relacionamento entre frases, períodos e o texto como um todo. 4. separar no discurso direto e no diálogo as falas do narrador e/ou do(s) personagem (ns). 5. separar e/ou realçar palavra, expressão, frase. (GIACOMOZZI et al., 2004, p.229).

Observando o enfoque sobre o conteúdo, pode-se observar a preocupação com outras questões que remetem diretamente sobre a constituição dos sentidos apresentando assim diferenças com relação à outra gramática exposta anteriormente (CEGALLA, 2000).

Com intuito de uma análise comparativa, iremos apresentar a definição das pontuações, delimitadas nesta pesquisa através da vírgula e dos parênteses. Segundo abordagem de Giacomozzi et al. (2004), vírgula é o sinal gráfico empregado no texto escrito para marcar pequena pausa entre as palavras de uma oração e desta no período composto. Condicionadas, muitas vezes, a fatores enfáticos e estilísticos, o emprego da vírgula pode variar de um autor para outro.

Com relação aos parênteses, o manual prescreve quatro orientações para o emprego deste sinal: 1) a separação de elementos intercalados do restante da frase; 2) a marcação, no teatro, do que o ator deve fazer; 3) a inserção de citações; 4) indicação que a palavra ou frase foi escrita ou proferida daquela forma, contrariando a norma culta ou a opinião do escritor.

Ao trazermos a contribuição de outros autores, observamos que a proposta para o emprego dos sinais de pontuação não distancia muito das formas observadas nos manuais e outras obras gramaticais, pois traz muitas regras, sempre atreladas às questões sintáticas.

De acordo com Lauria (1989), pontuar é como dirigir; pois para o desenvolvimento desta habilidade, necessitamos saber certas regras para nos locomover. Do mesmo modo, cada um tem uma maneira de guiar ou dirigir, também há diferentes estilos de pontuar; mas tanto em um como em outro exemplo, há determinadas regras que precisam ser seguidas.

Dessa maneira, na investigação que nos propusemos a fazer, acreditamos que para alcançar certo domínio sobre as regras de pontuar há necessidade das pessoas reconhecerem a

importância que os sinais de pontuação exercem em toda estrutura textual. Além disso, “Nem tudo se pode ensinar em matéria de pontuação, exatamente porque ela tem muito de pessoal, de gostos, de predileções” (LAURIA, 1989, p.2).

Apesar das contribuições de Lauria (1989) terem como finalidade a exposição e exemplificação dos sinais de pontuação da língua materna, observamos que suas colocações são bem claras e explicitam de forma direta o assunto.

A partir dessas possibilidades, não podemos deixar de remeter ao locutor e sua subjetividade, pois é ele que pontua e atribui sentido a partir do texto e da pontuação nele empregada. Ainda sobre este raciocínio, a autora diz:

Alguém deverá estar pensando agora que muita gente – escritores, jornalistas, estudantes – pontua sem obedecer a esses tais princípios gerais da estrutura da frase. Isso é verdade, até certo ponto, como é verdade que uns motoristas têm mais aptidões do que outros para dirigir pequenas motos ou caminhões de muitas toneladas.

Daí se concluir que, se há pessoas que têm certo “jeito” de usar corretamente os pontos, as vírgulas, os travessões, os parênteses, há outras que, sem o conhecimento dos princípios básicos e lógicos da pontuação, escrevem de modo confuso, com frases arrastadas ou quilométricas, que fazem os leitores sentirem-se até sem fôlego... (LAURIA, 1989, p.2).

Sendo assim, nossa pesquisa pretende ser uma alternativa para problematizar essa questão e também pensar em outros aspectos não contemplados pela perspectiva gramatical.

De acordo com a proposta de Lauria, a pontuação subdivide-se em dois grupos: os destinados à marcação de pausas e os que marcam a melodia e a entonação. A partir desta divisão, permitimo-nos observar como esta autora apresenta certas formas de pontuação que estamos analisando.

Sobre a vírgula, encontramos mais de quinze regras ou recomendações sobre o modo de empregar este sinal de pontuação, o que acaba não auxiliando aos que têm dificuldade em colocar este tipo de sinal.

Entre todos os sinais de pontuação existentes, a vírgula, é, sem dúvida, aquele que aparece nas mais diversas situações do discurso escrito: enumera palavras, ordena idéias, separa expressões, indica supressão. Nesse sentido, podemos dizer que a vírgula constitui um caso à parte no universo da pontuação. (LAURIA, 1989, p.5).

Do mesmo modo que a vírgula, observarmos que Lauria discorre sobre os parênteses através das regras normativas; além disso, faz uma breve explicação, a qual acreditamos ser insuficiente para abarcar as possibilidades que esta pontuação exerce no discurso.

De qualquer modo, fica evidente o reconhecimento do estilo de cada sujeito e também as possibilidades de pontuação pautadas pela constituição subjetiva de cada locutor.

As perspectivas apresentadas (CEGALLA, 2000; GIACOMOZZI, 2004; LAURIA, 1989) comprovam que os sinais de pontuação continuam sendo vistos atrelados estritamente por conceitos sintáticos, muitas vezes complexos, o que acabou resultando numa aprendizagem improdutiva e ineficaz.

Entretanto, existem pesquisadores que tentam discutir, na esfera acadêmica, uma abordagem discursiva para o ensino e aprendizagem da pontuação.

3.3 Os sinais de pontuação: marcas que explicitam a movimentação discursiva

Os estudos de Chacon (2007) vêm corroborar para um melhor entendimento da atuação dos sinais de pontuação no discurso, pois as nuances de tom podem ser percebidas pelo ritmo propiciado também pelo emprego da pontuação.

Segundo este autor, há pouco material que se propõe a discutir as relações entre ritmo e pontuação. De acordo com ele, a abordagem intuitiva sobre os aspectos rítmicos vem apontar as características de disposição da linguagem.

A partir destas reflexões, observa-se que a enunciação pode ser fragmentada em unidades rítmicas, inter-relacionadas no fluxo discursivo.

Através da alternância dessas unidades, expressas através da materialidade lingüística, constatou-se que a pontuação é um recurso gráfico por meio do qual conseguimos perceber a

movimentação discursiva. Dessa forma, estas reflexões corroboram para uma percepção crítica no emprego dos sinais de pontuação, visto que:

Ainda em nossos dias, é bastante comum, no ensino da escrita, a pontuação ser tratada sob o enfoque normativo. Perde-se, com isso, a nosso ver, a compreensão do papel indiciador da pontuação, ou seja, perde-se a compreensão do papel que os sinais de pontuação têm de demarcar a organização rítmica da linguagem na escrita. (CHACON, 1998, p.283).

Nesse sentido, ratificamos a necessidade de pensar a pontuação sob outros aspectos, dos quais enfocamos o emprego da pontuação sob o viés discursivo.

Pela perspectiva de Chacon, os sinais de pontuação podem (d)enunciar a composição assimétrica que constitui o fio do discurso. A partir destas afirmações, somos levados a considerar que os sinais de pontuação são marcas importantes na delimitação das unidades estruturais escritas.

Segundo este autor, a pontuação também estabelece um contraste de sentido, uma vez que constitui uma alternância prosódico-semântica, evidenciando a delimitação das unidades lingüísticas.

[...] as marcas de pontuação cumprem o papel de delimitarem unidades rítmicas da escrita por critérios, ao mesmo tempo, gramaticais, fônicos e enunciativos, na medida em que o escrevente as constrói em função do leitor, como unidades dotadas simultaneamente de uma organização sintática característica e de matizes fônicos a partir dos quais elas devem ser representadas para que sejam decodificadas na atividade silenciosa de leitura. (CHACON, 1998, p. 111).

Ratificando as afirmações acima, ao provocar a fragmentação no discurso, a pontuação apresenta-se como uma ferramenta para desvelar a aparente homogeneidade do texto, o que confirma o postulado da heterogeneidade discursiva abordada por Authier-Revuz.

Também sob este processo de interlocução, o enunciador projeta-se no futuro, deslocando-se no espaço/tempo a partir da atitude responsiva de seus prováveis interlocutores, os quais necessitam perceber os recursos lingüísticos e não-lingüísticos deixados no texto.

Dessa forma, a pontuação fornece “pistas para a apreensão de como se dá a utilização da linguagem, de que modo os interlocutores estão representados nesse processo e de como o sentido é construído na atividade escrita” (CHACON, 1998, p.126).

Segundo estas informações, percebemos o quão importante para o sentido é o papel que a pontuação tem no processo de enunciação, constituindo-se como parte inerente deste processo.

Ao ressaltar a separação do fluxo enunciativo, Chacon (1998) também chama-nos atenção para a importância que leitor (implícito) tem na produção da escrita; pois, por meio das pausas, reformula-se o dizer pela preocupação que o escritor tem com a presença do outro em seu discurso.

Nessa heterogeneidade discursiva, as quebras no fio do discurso podem ser reconhecidas através do emprego dos sinais de pontuação, evocando assim na produção escrita os elementos que compõem o sujeito que escreve.

Aspectos rítmicos da atividade enunciativa estão, pois, subjacentes à seleção e à combinação que o sujeito faz desses fragmentos na escrita, uma vez que, ao demarcá – los por meio dos sinais de pontuação, o sujeito não apenas os individualiza, mas também (ou sobretudo) os alterna, estabelecendo, portanto, entre eles relações rítmicas. (CHACON, 1998, p. 146).

O envolvimento subjetivo do locutor com sua criação escrita pode revelar-se através de várias maneiras, mas acreditamos que entre as várias marcas utilizadas na construção do discurso, também a pontuação exerça um papel de destaque.

Após esta discussão, cabe-nos refletir sobre a funcionalidade dos sinais de pontuação. Para tanto, recorreremos a alguns estudiosos e pesquisadores para discutirmos, mais especificamente, a concepção e o uso dos parênteses e das vírgulas.

3.4 A funcionalidade da pontuação

Além de ser parte da leitura, a pontuação é um instrumento importante, pois agiliza a compreensão de acordo com o que o autor pretende dizer, além disso, os sinais de pontuação dão ritmo ao texto e permitem a fluidez na leitura.

Segundo Durrenmatt, “ a pontuação causa medo por estar presente em tudo e também por sua aparente insignificância” (2000, p.3, tradução nossa). Este pensamento permite-nos refletir sobre a onipresença dos sinais de pontuação no texto escrito, pois a aparente insignificância não se faz correspondente, como ressaltamos até aqui.

O que nos preocupa é a falta de importância que se dá aos sinais de pontuação, já que eles estão presentes em todo texto escrito e representam algo fundamental para a constituição de sentidos. Além disso, a pontuação também é:

Instrumento ou agente do ritmo, do poder, do silêncio em todas as suas dimensões, a pontuação resiste, reclama que se escreva sua história, que se precisem as táticas; que se mostre como suas nuances são constituidoras de toda interrogação sobre a língua[...] (DURRENMATT, 2000, p.3, tradução nossa).

Consoantes ao excerto acima, pretendemos trazer à tona a discussão sobre as nuances de tom pelo uso da pontuação na língua escrita, limitando-nos a refletir sobre os parênteses e as vírgulas.

Conforme Laurens, os parênteses são uma das maneiras de representar a essência de um escritor, delegando a estes sinais a forma figurada de alma do texto. De acordo com a autora:

Os parênteses compreendem tudo o que ainda não foi dito (ou tão mal), tudo o que não corresponde ao sentido, tudo o que é necessário ir buscar longe, atrás das aparências. Os parênteses, como as palmas em volta de um rosto amado, inserem então o que conta mais que tudo: a imaginação, o desejo, o humor, o inconsciente, o inusitado. (LAURENS, 2000, p. 231, tradução nossa).

Nesse sentido, os parênteses (d)enunciam a aparente homogeneidade do texto, porque “penetram na fala em um sentido mais profundo, mais verdadeiro, mais justo; rompendo a aparente facilidade da linguagem, eles fazem surgir o que não se esperava, mas, ao qual se dá valor: um sopro de ar, uma respiração nova” (LAURENS, 2000, p.231, tradução nossa).

Os sinais de parênteses vêm contribuir para o entendimento da materialidade lingüística, podendo ser comparado a um órgão do corpo humano que trabalha em harmonia com outros órgãos para manutenção da vida.

Eles se abrem e se fecham, de fato, tais como pulmões em atividade, alimentando o pensamento que ameaçava enfraquecer-se; eles injetam ao texto o oxigênio necessário à sua densidade – a dúvida, a hesitação, o detalhe: o parêntese é a apoteose da nuança, aqui está sua força e seu gênio. (LAURENS, 2000, p. 231, tradução nossa).

Dessa forma, uma das funções dos parênteses está na capacidade que eles têm de dar liberdade à escrita, possibilitando explicitar hesitações, informações fora do texto ou mesmo indicando modos de sentir e perceber os fatos sem comprometer a objetividade do texto em si.

Sob este aspecto, é fato que o enunciador também trabalha seus pontos de subjetivação através dos sinais de pontuação. Nesse aspecto, as marcas deixadas por este recurso da língua deixam transparecer a incompletude da linguagem.

3.5 O uso dos parênteses: uma marca de interação no discurso

Na seqüência, iremos refletir o uso específico dos parênteses e sua interação no discurso a partir das contribuições de Jubran. Apesar dos subsídios desta autora dissociarem um pouco de nosso enfoque, pois propõem uma forma de modalização dos parênteses; acreditamos ser importante os aportes que a pesquisadora apresenta sobre o caráter interativo, a concepção e o emprego dos parênteses.

De acordo com Jubran, o interacional é inerente ao lingüístico e a interação verbal resulta do exercício de uma competência comunicativa que se concretiza por meio de textos.

Dessa maneira,

os parênteses são vistos como um dos recursos pelos quais os interlocutores articulam o texto falado, manifestando, na sua materialidade lingüística, as posições que assumem na situação de enunciação e o correlativo envolvimento com o ato de fala que executam. Através de procedimentos parentéticos, são explicitadas avaliações que os interlocutores fazem do quadro sócio-comunicativo no qual interagem, pondo à mostra, assim, o processamento discursivo. (JUBRAN, 1999, p. 131).

Os parênteses são sinais de pontuação “relativamente fáceis” em sua utilização (se comparados a outros sinais de pontuação), porém observamos que a definição dada em manuais de gramática não conseguem abarcar toda a funcionalidade deste sinal.

Nesta perspectiva, observamos a divisão de tipologias para os sinais de parênteses, nas quais consideramos ser formas mais abrangentes de conceber este tipo de pontuação. Segundo Jubran, existem

quatro grandes classes de parênteses, que envolvem fatores discursivos implicados pela perspectiva textual-interativa aqui assumida, e que enfocam: (a) a construção tópica do texto, (b) o locutor, (c) o interlocutor e (d) o ato comunicativo. A disposição das classes nessa ordem reflete os graus sucessivos de maior proximidade ao tópico discursivo e menor explicitação verbal do pragmático no texto (classe a), passando por classes intermediárias (b e c), em que se acentua, na materialidade lingüística do texto, a presença dos interlocutores, provocando um desvio para a instância de enunciação, até chegar ao afastamento tópico máximo e à aproximação maior do ato interacional em si (classe d). (JUBRAN, 1999, p. 133).

A primeira classe de parênteses (construção tópica do texto) é subdividida em três casos, onde os parênteses são relacionados: (1) ao conteúdo tópico; (2) a formulação lingüística e (3) a construção textual.

No primeiro caso (1), apreendemos o emprego dos parênteses em diversas situações, pois servem para fazer esclarecimentos, analogias, justificativas; além disso, são utilizados também para o desdobramento dos enunciados (o que nos remete a questão do tom).

Sobre os parênteses relacionados com a (2) formulação lingüística, observa-se a função metalingüística do sinal; já no terceiro caso (3), os parênteses exercem uma função metadiscursiva, uma vez que colocam em evidência a própria estrutura textual.

Na segunda classe proposta por Jubran (Classe b – Parênteses com foco no locutor), a autora discorre sobre sua função dos parênteses, dizendo que:

Integram esta classe as inserções parentéticas pelas quais o falante se introjeta no texto que produz, focalizando representações suas a respeito de seu papel discursivo de locutor-instanciador do discurso, bem como caracterizando o foco enunciativo a partir do qual são perspectivados os tópicos abordados no texto. Essa introjeção provoca desvios do tópico em curso para elementos do espaço discursivo gerador do texto, que repercutem no que é dito. Isto porque os dados enunciativos revelados entre parênteses têm papéis importantes no estabelecimento da significação proposicional, de base informacional, que constrói a centração tópica. (JUBRAN, 1999, p. 146).

Como vimos, os sinais de parênteses são instrumentos importantes na construção do sentido; pois em sua função, os parênteses permitem que observemos com mais ênfase a perspectiva e a proposta do autor no texto escrito.

Em outro caso, Jubran descreve a função da terceira classe de parênteses (foco no interlocutor) explicitando que:

Nesta classe estão os parênteses que materializam a presença do interlocutor no texto falado e fazem referência a condições enunciativas do discurso que garantem a possibilidade de intercâmbio. Preenchem uma função fática e são, sob esse aspecto, acentuadamente interacionais. Apresentam, assim, um grau maior de manifestação do processo interativo na superfície textual, relativamente aos parênteses da classe anterior, sem, contudo, deixarem de ter implicações no que diz sobre os tópicos discursivos. (JUBRAN, 1999, p. 150)

Nesta classe, podemos observar a função textual-interativa dos parênteses que também permitem o intercâmbio de sentido entre os interlocutores. Sua descrição tem foco no texto falado, mas pode ser adaptado ao escrito, tendo em vista as muitas possibilidades desta pontuação na mídia impressa.

Na última classificação de parênteses (que focalizam o ato comunicativo em si), estes sinais provocam um deslocamento maior no fio do discurso, uma vez que introduzem informações aparentemente não interligadas no contexto discursivo.

Parênteses dessa categoria promovem um desvio tópico em grau máximo, visto que provocam uma mudança de planos da centração sobre um tópico discursivo para o ato de interagir verbalmente. Os dados introduzidos pelo segmento parentético não são nem relevantes nem concernentes com as proposições tópicas precedentes e seqüentes ao parêntese. (JUBRAN, 1999, p. 155).

Enfim, no que tange ao emprego dos parênteses, pode-se concluir que sua função não se restringe as definições encontradas nos manuais de gramática, mas é um sinal que auxilia na construção dos sentidos.

3.6 A vírgula sob diferentes perspectivas

O emprego correto da pontuação e, principalmente da vírgula, é muito valorizado por todas as pessoas letradas, porém seu emprego e também a concepção de ensino vêm há muitos anos sendo tratados na perspectiva sintática.

O que é constatado, em muitos casos, é que mesmo pessoas que têm uma formação escolar mais elevada não sabem empregar corretamente, tampouco observar os efeitos desta pontuação no texto.

De outro modo, empregam as vírgulas numa conceituação de ouvido, i.e., não se pautam por questões sintáticas, mas relacionadas à respiração e pausa (na maior parte de forma intuitiva). Este tipo de atitude leva muitas vezes a resultados desastrosos no ato de comunicação, pois afeta a construção dos sentidos.

De acordo com Luft, não se pode associar o emprego da vírgula ao nível da audição, que o próprio autor afirma ser uma forma bisonha para colocação deste sinal. O autor descreve que em muitas gramáticas a vírgula corresponde a uma pausa, porém nem toda pausa corresponde a uma vírgula:

Essa ligação entre pausa e vírgula deve ser a responsável pela maioria dos erros de pontuação. E penso que está mais do que na hora de desligar as duas coisas. No entanto, mesmo em gramáticas recentes, e de autores bem conceituados, persiste a ilusão. (LUFT, 1998, p. 7).

As afirmações deste autor sobre o emprego da vírgula, em parte são verdades, mas temos que levar em consideração que só tem noção clara deste emprego quem tem bases sólidas de conceitos sintáticos da língua e isso nem sempre acontece, pois há um número elevado de regras e nomenclaturas que não são totalmente conhecidas ou apreendidas.

Precisamos ter consciência da função da vírgula dentro do texto, pois ela não é apenas um efeito estético, mas um instrumento importante na constituição de sentidos. Dessa forma, não se pode empregar as vírgulas de qualquer maneira, pois mostra-se uma falta de critério no uso desta pontuação.

O que ainda constatamos é a aprendizagem da pontuação vinculada estritamente a termos sintáticos, o que leva não apenas o educando de Ensino Médio, mas também de níveis mais elevados de escolaridades a não se apropriarem devidamente da utilização desta pontuação. Este problema tem que ser amplamente discutido e visto sob outras perspectivas teóricas, para que possamos encontrar maneiras mais produtivas para refletir a importância deste sinal no discurso.

Para refletirmos sobre o emprego da vírgula, precisamos compreender sua definição em diferentes visões; para Luft a vírgula é um “sinal de pontuação que indica falta ou quebra de ligação (regente + regido, determinado + determinante) no interior das frases” (1998, p.9). Ele dá alguns exemplos e coloca os termos sintáticos em suas definições, mas o importante é saber a funcionalidade deste ponto, pois como afirma:

A vírgula pode parecer, à primeira vista, um risquinho supérfluo, inútil. No entanto, em muitos casos, ela exerce importante função distintiva, quando transposição gráfica de pausas e tons da fala. Pausa e tom – elementos importantes para desfazer ambigüidades. (LUFT, 1998, p. 10).

Sobre as regras do emprego da vírgula, o autor divide numa forma básica sobre a ordem das orações, em que chama de **casa** (grifo nosso), ele define em quatro casos: casa 1 –

sujeito; casa 2 – verbo; casa 3 – complementos; casa 4 – as circunstâncias (tempo, lugar, modo e outras).

Além disso, dá vários exemplos sobre as ocorrências em que a ordem dos termos é trocada e há a necessidade da colocação da vírgula. Este autor, ainda explicita através de diversos modelos esta inversão de termos e coloca a maneira certa e errada; mas de forma geral, podemos notar que há necessidade que a pessoa tenha um domínio mínimo dos termos essenciais da nomenclatura sintática.

Luft comenta também sobre os erros de estudantes de Ensino Médio, com relação à colocação das vírgulas. O autor diz que a impressão que se tem é que ou não lhe ensinaram ou ensinaram e eles não aprenderam.

De acordo com ele, muitos alunos do Ensino Médio ultrapassam a barreira do vestibular e chegam a ser doutores sem dominar corretamente o emprego da vírgula, que para muitos é apenas um “risquinho” insignificante. Entretanto, o próprio autor afirma da vital importância que este pequeno “risquinho” dá as qualidades do ensino da língua escrita:

Da virgulação é que se pode depreender a consciência, o grau de consciência que tem, quem escreve, do pensamento e de sua expressão, do ir-e-vir do raciocínio, das hesitações, das interpretações das idéias, das seqüências e interdependências, e, lingüisticamente, da frase e sua constituição. As vírgulas erradas, ao contrário, retratam a confusão mental, a indisciplina do espírito, o mau domínio das idéias e do fraseado. (LUFT, 1998, p.16-17).

Segundo Luft, a culpa dos alunos não saberem pontuar está na deficiência docente, pois muitos dos educandos não foram ensinados de forma correta, ou simplesmente nunca estudaram este assunto.

Para o autor “exercita-se muito pouco o pensamento lógico, a arte do raciocínio e sua clara expressão falada e escrita” (LUFT, 1998, p. 18). Esta deficiência reflete-se no emprego inadequado da pontuação que se torna um atestado da falta de domínio da sintaxe e, por conseguinte da articulação do texto escrito.

Luft discorre sobre a utilização da vírgula, colocando diferentes nomenclaturas sintáticas, mas sua principal crítica no que tange ao sinal é saber que as pessoas associam o uso da vírgula à fala.

Concordamos com as afirmações do autor, porém a experiência mostra que é necessário que os educandos saibam um mínimo de nomenclatura sintática; mas o principal, é que saibam escrever de forma correta e tenham consciência dos efeitos de sentido que a pontuação pode provocar no discurso.

Se associarmos o emprego das vírgulas a inúmeras nomenclaturas da gramática, corremos o risco de, além de não aprenderem os termos da sintaxe, também não se apropriarem da utilização correta da vírgula, que a nosso ver é o caso mais complexo desta pontuação.

Analisando as idéias de Luft, podem-se constatar diversos exemplos sobre a vírgula, são no mínimo dez casos relacionados ao emprego deste sinal. Porém todos os casos estão relacionados ao domínio da sintaxe e, de forma geral, a pontuação deveria estar ligada ao sentido e não a termos exclusivamente sintáticos.

A sintaxe tem seu valor na língua, isto é inegável, porém a quantidade de regras associadas ao emprego da pontuação faz com que as pessoas utilizem outros critérios como é a justificativa da pausa, provinda da consulta de ouvido. Sobre isso, Luft (1998, p.51) afirma que “não vale consultar o ouvido: ouvido não entende de pontuação. Sobretudo em falante que respira mal e faz pausas a torto e a direito”.

Ao invés de associarmos aos critérios sintáticos ou ao contrário, associarmos o emprego da vírgula a métodos totalmente intuitivos e inócuos, como é o caso das pausas, deveríamos nos embasar pela questão semântica, pois a finalidade de todo texto é expressar sentidos.

Nessa perspectiva, seriam evitados casos de excesso de vírgulas que levam ao erro. O próprio Luft adverte: “Economize vírgulas! O comum entre os que dominam mal a língua escrita é multiplicar as vírgulas” (1998, p. 83).

Há, no entanto, casos em que a vírgula pode ser substituída por outros sinais de pontuação, porém o sujeito tem que saber e dominar a colocação de outras pontuações. Luft afirma não ter nenhum problema nesses casos, pois significam intenções de efeito. O próprio autor dá alguns exemplos de uma frase que pode ter diferentes variações de pontuação:

(1) *“Batista está muito bem. E pode até voltar em 15 dias.”*

Certamente esta é a forma mais habitual:

(1a) *Batista está muito bem (,) e pode até voltar em 15 dias.*

Vírgulas em lugar de ponto e até sem vírgula.

E haveria ainda uma terceira e quarta possibilidade:

(1b) *Batista está muito bem: pode voltar em 15 dias.*

(1c) *Batista está muito bem. Pode voltar em 15 dias.* (LUFT, 1998, p. 84).

Podemos concluir que em muitos casos uma pontuação pode ser substituída por outra, mas isso só é possível de acordo com as intenções do locutor, o tipo de suporte utilizado para o texto, além das questões de circulação deste texto. A obra de Luft (1998) contribui, de forma ímpar, para a propagação da correta pontuação; no entanto, não podemos desprezar outras maneiras que podem ser até mais producentes para o ensino e aprendizagem dos sinais de pontuação.

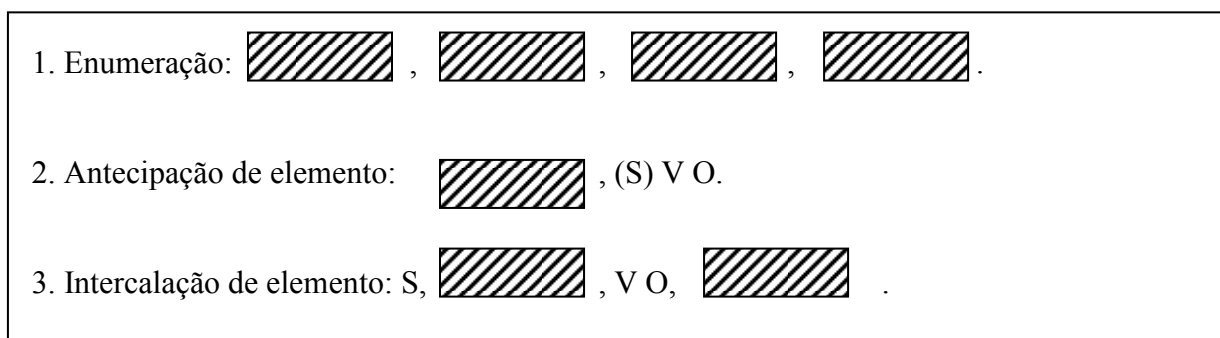
Contrapondo a uma visão estritamente sintática, na qual o número excessivo de nomenclaturas atrapalha uma aprendizagem produtiva, Lopes Rossi (2001) propõe uma nova visão na maneira de ensinar/aprender pontuação. A autora discorre sobre determinados aspectos de disposição sintática que originam boa parte das regras da gramática normativa a respeito do uso da vírgula.

Estudos variacionistas e gerativistas sobre o português do Brasil, tais como Lira (1986) e Duarte (1995), mostram que a ordem direta dos termos da oração – sujeito (S), verbo (V), objeto (O), ou seja, SVO, é mais freqüente, por isso considerada a natural, canônica. Lira (1986) constatou que a ordem SV ocorre em 80% das frases da língua falada e que a ordem VS é limitada a verbos intransitivos e de ligação, como também atestam Kato et al (1996). A

ordem VSO não ocorre, a não ser num estilo muito elaborado, literário, o que certamente soará artificial. Outros constituintes da frase bastante comuns, os adjuntos adverbiais (Adv), ocupam duas posições na ordem canônica do português, dependendo do tipo. Os de afirmação, dúvida, intensidade e negação aparecem nas adjacências do V. Os três primeiros só são separados por vírgulas para marcação de forte ênfase. Os de tempo, modo, lugar, que correspondem aos complementos ou adjuntos circunstanciais (Circ) mais comuns, aparecem de forma mais natural depois do objeto. Intercalações nesse padrão “S V O Circ” são geralmente marcadas por vírgulas e esse é um processo importante para o ensino que propomos. (LOPES-ROSSI, 2001, p. 8).

Conforme as afirmações acima, Lopes-Rossi tenta organizar o uso da vírgula em três grupos “a partir da reflexão sobre a ordem canônica dos termos essenciais da frase no português e sobre as possibilidades de intercalações de elementos nessa estrutura (2001, p.8)”.

Para elucidar a visão da autora, reproduziremos no quadro abaixo esta proposta.



Quadro 4 – enumeração, antecipação e intercalação de elementos.

O exemplo acima vem mostrar uma nova direção na maneira de conceber a pontuação, pois acreditamos que o modelo seja uma alternativa e também um caminho norteador para a criação de propostas de ensino/aprendizagem dos sinais de pontuação sob uma abordagem discursiva, dando mais atenção ao uso do que as regras e nomenclaturas.

Dessa forma, a diminuição das regras através de agrupamentos menores facilitaria o aprendizado da pontuação, no caso específico, a vírgula. Ratificando nossa perspectiva, a autora ainda complementa:

A proposta apresentada orienta-se por uma perspectiva adequada aos PCN e corresponde a aproximadamente 80% dos casos de uso de vírgula nos textos de revistas e jornais de circulação nacional. Isso parece ser bem significativo para justificar um ensino baseado nesta proposta quando o objetivo for levar o aluno ao domínio do uso da vírgula para produção de texto escrito. (LOPES-ROSSI, 2001, p. 16).

Em Lopes-Rossi (2001), verifica-se uma proposta diferenciada das gramáticas normativas e livros didáticos. A pesquisadora propõe diversos exercícios que levam o aprendiz a refletir sobre os fatos da língua a partir de um conhecimento menos aprofundado sobre a sintaxe. No caso específico do uso da vírgula, os aspectos relevantes são relacionados principalmente com a ordem dos elementos na sentença.

Com relação à ordem destes elementos, podemos notar que outros pesquisadores também compartilham desta visão. Segundo Dahlet (2006), a pontuação se manifesta em três níveis: nível de palavra, nível de frase e nível de texto. A presente proposta destaca, em especial, a pontuação sob a perspectiva do nível de frase e de texto, observando a questão do uso e do sentido.

Conforme Dahlet (2006), esta abordagem não trata de regras e sim uma proposta de trazer à tona os processos que levam a escolha por determinados sinais de pontuação. A autora justifica que, em muitos casos, existe mais de uma possibilidade para pontuar.

Após discorrermos sobre os dois tipos de pontuação (vírgulas e parênteses) que iremos focar em nossa análise, tomamos por base as contribuições de Dahlet (1995, 1998, 2006) que traz uma visão diferente para o emprego das pontuações; além disso, trazemos para nossa pesquisa a noção de estilo (POSSENTI, 1993) que em muito relaciona a presença dos sinais de pontuação como recurso estilístico.

3.7 A pontuação e a constituição de sentidos: uma proposta discursiva

Ao explicitarmos a escolha por determinado sinal de pontuação nos textos da mídia impressa, não podemos deixar de refletir sobre o estilo de cada autor, pois subjetividade e estilo são constituintes do discurso.

No entanto, a noção de estilo é confusa e há algumas definições que tentam “depreender noções um pouco mais severamente controláveis com base nas respectivas concepções de gramática (ou língua)” (POSSENTI, 1993, p. 181).

O autor discorre sobre a concepção de estilo como algo separado da gramática, porém tenta compor uma idéia contrária a esta definição, pois afirma não haver divisão entre língua e estilo. Possenti ratifica sua posição quando diz: “um pouco mais adequados são os lingüistas que consideram o estilo como um fato de língua” (POSSENTI, 1993, p. 182).

Segundo ele, as definições apresentadas por alguns autores chamam-nos a atenção pelo fato de possibilidades de sentido da linguagem estarem associadas à constituição particular de cada sujeito.

De maneira geral, o estilo está ligado à subjetividade de cada (inter)locutor que não é da ordem consciente, pois o sujeito é ao mesmo tempo constituído de ideologia e atravessado pelo inconsciente.

O estilo acaba sendo uma forma de “manifestação” da subjetividade, pois a escolha (involuntária ou não) por determinado léxico, inversão de sintagmas ou, nesse caso, até mesmo a pontuação pode fazer parte das manifestações estilísticas.

Possenti (1993) não aborda o uso da pontuação como algo constituinte do estilo, mas acreditamos que a escolha por determinada pontuação, a ausência ou até mesmo a posição em que os sinais de pontuação são empregados possam fazer parte da manifestação subjetiva, deixando entrever as vozes que atravessam o texto, que podem influenciar a constituição de sentidos.

Para ilustrar tal proposição, segue um exemplo que tem como possibilidade a colocação de uma vírgula em duas posições diferentes. Dependendo da posição, os sentidos também se alteram.

“Se o homem soubesse o valor que tem a mulher andaria de rastos à sua procura.”

Quadro 5 – Exemplo de constituição de sentidos a partir da posição da vírgula

Como exemplo da constituição de sentidos, se colocássemos a vírgula depois do verbo “tem”, teríamos um sentido diferente do que se colocássemos a mesma pontuação depois da palavra “mulher”. Dessa maneira, o exemplo acima vem corroborar para uma abordagem diferente no uso da pontuação, pois o que está em jogo são os sentidos, não as nomenclaturas sintáticas.

Além da questão estilística, em nosso trabalho, refletir sobre pontuação significa, concomitantemente, trabalhar com a linguagem em uso. Nela consideramos as interações sociais, pois como os contextos são diferentes, eles também determinam diferentemente as escolhas.

De acordo com Dahlet, podemos entender que os sinais de pontuação são paradoxais, uma vez que não fazem parte do repertório dos signos lingüísticos, mas só existem em função deles num trabalho conjunto para a constituição de sentidos.

Segundo a autora, o sistema de pontuação adaptou-se a evolução sócio-histórica; porém, este recurso ainda continua subordinado à leitura em voz alta e, por conseqüência, à respiração.

Ela também descreve que só no século XVIII acrescentou-se justificativa de ordem semântica para o uso da pontuação; já no século seguinte, instalou-se uma nova maneira de conceber a pontuação:

O século XIX constitui época decisiva pois novos atores intervêm, no que respeita à pontuação, para se oporem aos decretos dos gráficos e aos arrazoados dos gramáticos: trata-se dos homens de letras, escritores, artesãos da língua, aqueles que, precisamente, trabalham a língua. Eles exigem de seus editores que respeitem a sua maneira de pontuar porque, dizem,

remanejar a pontuação acarreta alterar o seu estilo e, por via de consequência, retirar de sua obra um componente notável de sua especificidade. (DAHLET, 1995, p. 338).

Com perspectivas diferentes, em que os gramáticos e editores tentavam padronizar o emprego da pontuação, houve grupos que reivindicavam o emprego da pontuação sob sua dimensão pessoal, explica Dahlet. Outro fato importante ocorrido no século XIX, foi a mudança no modo de leitura, que foi substituída da vocalizada para a silenciosa.

Essa mudança se explica por uma melhor formação dos leitores cada vez mais numerosos, mas principalmente pela evolução sociológica do impresso de que aumenta cada vez mais o interstício entre o momento da redação e o da leitura. (DAHLET, 1995, p. 338).

Dahlet esclarece que a homogeneização da pontuação ocorreu pela contribuição dos acadêmicos (no século XX) que passaram a usar os sinais de pontuação de acordo com as gramáticas. Mas o que ocorria, e ainda ocorre, é que os manuais de gramática trazem um conteúdo sistematizado sobre o assunto, porém não conseguem abarcar a complexidade e funcionalidade destes sinais no discurso cotidiano.

Hoje, para além da diversidade das análises a refletir a plurifuncionalidade da pontuação – sintática, semântica, expressiva, supra-segmental até para alguns – há um apego em reconhecer-lhe como função principal a de facilitar a leitura, favorecer a legibilidade de um texto na medida em que as marcas de pontuação fornecem instruções de descodificação, ao mesmo tempo que bloqueiam, ou pelo menos restringem, os riscos de ambigüidades semânticas. (DAHLET, 1995, p.339).

A pontuação tem grande importância dentro do ato enunciativo, uma vez que não é mero sinal gráfico ligado à marcação de pausa na oralidade, como era concebido em épocas anteriores. A pontuação manifesta-se no estilo de cada escritor; mas, principalmente, na constituição de sentidos advindos do ato enunciativo.

Como forma de ilustrar este raciocínio, Dahlet coloca dois exemplos do emprego da vírgula que deixam claro os sentidos constituídos pela ausência, presença ou troca de pontuação: “Ele morreu naturalmente/ Ele morreu, naturalmente (de modo natural/evidentemente); [...] penso, logo existo (Descartes)/ penso: logo existo (Lacan)”

(DAHLET, 1995, p. 339). Dessa maneira, a representação conjunta dos signos lingüísticos e dos sinais de pontuação resultam na construção do sentido no âmbito da escrita.

Numa proposta diferente, a autora (DAHLET, 1998) apresenta duas definições para pontuar: a sintagmática e a polifônica; distinguindo uma terceira denominação: a pontuação textual (união das duas formas denominadas pela autora), na qual comenta sua função a despeito do enunciado.

Com relação a pontuação e os textos de mídia impressa, não podemos desprezar a presença dos signos lingüísticos, pois ambos são indissociáveis, ou seja, não podemos pensar em analisar a pontuação (signo ideográfico, cf. Dahlet) sem pensar em sua influência na materialidade lingüística. Corroborando com o foco desta pesquisa sobre a construção de sentidos, a autora diz:

Apesar de a pontuação ser um objeto lingüístico constitutivo da escrita, sua substância, todavia, é heterogênea em relação à ordem escritural, já que se compõe de um conjunto de signos ideográficos que entram em interação com os lingüísticos. O sentido se constrói em e pela interação dessas duas ordens cujos modos de interferência importa analisar. (DAHLET, 1998, p. 465).

Nos textos noticiosos impressos, além da escolha lexical, a pontuação é um recurso de extrema importância na construção dos sentidos. De acordo com Dahlet “a pontuação se designa como um dos meios de acesso ao sentido: ela é um vetor do legível e daquilo que é escrito” (1998, p. 466). A autora ainda ratifica esta idéia quando associa o enunciado como soma da interação entre a parte alfabética e ideográfica.

Dahlet explicita o conceito da pontuação sintagmática associando-o às funções sintáticas. Se pensarmos em elementos sintáticos na mesma ordem, podem-se obter sentidos diferentes a partir da pontuação utilizada, pela posição de sua presença ou até mesmo por sua ausência. Podemos perceber estas diferenças nos seguintes exemplos:

- (a.a) Os alunos que se atrasaram serão punidos.
- (a.b) Os alunos, que se atrasaram, serão punidos.
- (b.a) Ele morreu naturalmente.
- (b.b) Ele morreu, naturalmente.
- (c.a) Pedro encontrou Maria, Cláudio, Roberto.

(c.a) Pedro encontrou Maria; Cláudio, Roberto.
(DAHLET, 1998, p. 466).

Os exemplos acima ilustram os sentidos causados pela ausência ou presença de determinado sinal de pontuação. Sendo assim, podemos comentar o caso dos exemplos (c.a), em que a vírgula e o ponto-e-vírgula modificam totalmente o enunciado escrito.

Na primeira ocorrência (c.a), quando deixamos somente as vírgulas, há um sentido de enumeração de elementos (LOPES-ROSSI, 2001), pois entende-se que Pedro encontrou três pessoas. No entanto, a presença do ponto-e-vírgula no lugar da vírgula traz um novo significado para o enunciado, pois podemos entender que Pedro encontrou Maria e Cláudio encontrou Roberto; neste caso, a vírgula estaria marcando a elipse do verbo *encontrar*.

Desse modo, pode-se perceber que não só a sintaxe dos signos lingüísticos tem seu valor na produção do sentido, mas a pontuação também contribui para esta produção, uma vez que:

- 1) no caso de enunciados com ordem e conteúdo lexical idênticos (cf. os exemplos citados acima), a pontuação não indica a construção sintática, mas vai gerá-la, produzi-la, na medida em que ela intervém como único operador sintático;
 - 2) na produção de qualquer outro enunciado, a pontuação age simultânea e solidariamente com outros operadores sintáticos.
- Encontra-se de fato invalidada a premissa – que subjaz aos comentários dos gramáticos – segundo a qual a construção sintática seria dada anterior à, ou independentemente da pontuação. Trata-se aqui de uma inversão completa da perspectiva que restitui a parte efetiva da pontuação na construção do sentido e permite compreender melhor seu papel. (DAHLET, 1998, p. 466).

Dahlet também cita alguns exemplos de marcadores enunciativos, no intuito de exemplificar a dinâmica dos sinais de pontuação sob a perspectiva polifônica, “pois produzem um desdobramento do enunciador que, por um movimento de retorno ao seu discurso, o reorienta, o modifica e o perturba” (1998, p. 467).

Na seqüência, a autora dá um exemplo deste tipo de pontuação no intuito de esclarecer a função polifônica nomeada por ela. No exemplo (Ele está aí?), podemos notar

que o enunciado está completo na perspectiva sintática, mas como Dahlet (1998) afirma, há um pedido de resposta ou a necessidade de completude comunicativa.

Na observação destas duas perspectivas (sintagmática e polifônica), a autora explicita uma terceira definição para o emprego da pontuação e na qual identificamo-nos para a discussão de nosso *corpus*. Como ela explica:

Definiremos a pontuação textual, levando em conta a interação de sua dupla dimensão, intra e interfrásica. Ela engloba, por conseguinte, as pontuações sintagmática e polifônica, cuja operação co-orientadora e des-orientadora tratamos respectivamente. Assim, no que diz respeito à pontuação textual, estabeleceremos que ela trata, globalmente, de forma des-orientadora em relação à cadeia alfabética. Des-orientadora na medida em que exerce uma tensão, uma dinâmica, que, pelo fato de ela atravessar e deportar o sentido referenciado, o impede de significar de forma ao mesmo tempo plena e autônoma. (DAHLET, 1998, p. 469).

Com a análise em questão, tentamos mostrar as ações da pontuação dentro do enunciado e, com isso, ratificamos a contribuição dos sinais de pontuação na interação com os signos lingüísticos, com os quais atribuímos sentidos ao texto escrito.

Dahlet também discorre sobre o uso de diferentes pontos em alguns jornais, uma vez que acabam utilizando pontuações dúbias ou até mesmo falhas que acarretam muitas vezes a dupla interpretação.

A autora afirma que em algum momento todos acabam tendo hesitação ou dúvidas na hora de pontuar, porque “a pontuação se situa do lado da escrita e da leitura, isto é, da produção e da recepção de sentido, operando em conjunto para aperfeiçoar a legibilidade e a interpretação” (DAHLET, 2006, p.23).

CAPÍTULO 4

PONTUAÇÃO E MÍDIA IMPRESSA: ANÁLISE DO *CORPUS*

4. Apresentação do capítulo

Neste capítulo, analisaremos quatro artigos opinativos de dois colunistas do jornal *Folha de S. Paulo*. O *corpus* desta pesquisa constitui-se de materiais coletados entre o segundo semestre de 2007 e o primeiro semestre de 2008.

O que se pretende aqui é analisar a constituição de sentidos através da pontuação; desta maneira, reconhecer o dialogismo presente no discurso e também a heterogeneidade constitutiva na mídia impressa.

Além disso, antes de iniciar nossas discussões, queremos fazer uma distinção entre a posição do leitor pressuposto e o leitor intérprete.

Como nossa pesquisa não objetivou analisar a recepção do *corpus* por determinado grupo social, nas análises que se seguem é preciso considerar a posição do leitor, ou seja, a posição do pesquisador como intérprete do enunciado.

Dessa forma, ao discorrermos sobre os textos de Clóvis Rossi e Vinícius Torres Freire, deve-se levar em consideração o lugar de onde o pesquisador-intérprete fala.

4.1 Análise 1

Como os preceitos bakhtinianos postulam, não podemos analisar excertos de nosso *corpus* sem considerar o outro e também o contexto de produção. Então, antes de tecermos nosso discurso, reproduzimos na íntegra o artigo que constitui esta primeira análise:

BOATO DO MÊS: MAIS JUROS E INFLAÇÃO

Os BRASILEIROS bem de vida agora colocam mais dinheiro na Bolsa. Excetuados os negócios de especialistas no risco e de investidores qualificados (ricos), ações deveriam ser investimentos de médio e longo prazos, como diz o clichê financeiro, aliás correto. O cidadão mais comum corre o risco de ser depenado se entrar e sair desavisada e freqüentemente da Bolsa.

Mas como a razão é uma das coisas mais mal distribuídas do mundo, as pessoas comuns se dão a negócios de alta frequência e tomam decisões na base de um susto e uma corrida, causados por solavancos e euforias no mercado. Se querem entrar no jogo ou ao assisti-lo com menos ansiedade, têm então de aturar assuntos chatos como o que se passa pelos humores do mercado americano.

O cenário financeiro mudou desde março, abril. Os juros de dez anos subiram no mercado americano (da faixa de 4,5% para 5%). Os mercados futuros de juros dos EUA indicavam chances altas de o Fed dar três talhos na taxa básica de juros americanos até o início do ano que vem. Agora, a perspectiva é de uma alta até o final do ano. Aliás, em várias economias ou mercados financeiros grandes (Londres, Europa), os juros de dez anos sobem para o maior nível em cerca de quatro anos.

Em março havia discreta fuga de investimentos de risco e discutia-se o efeito da ruína do mercado imobiliário sobre o gasto dos consumidores e sobre o crédito nos EUA (ambos seriam enxugados). Mesmo com o pior PIB trimestral em quatro anos e com uma baita queda nos investimentos produtivos, porém, o desemprego permaneceu baixo (embora sem aumentos relevantes nos salários), os consumidores continuaram a gastar e voltou a conversa sobre inflação, o rumorejo do mês. Não importa no curto prazo se tais expectativas são corretas: elas afetam o mercado dos EUA, a Bolsa e o dinheiro do cidadão que entrou no fundo de ações no banco da esquina paulistana ou carioca etc.

A ansiedade financista, para não dizer algo pior, vê riscos de inflação. De mais razoável, há apenas o sinal de que a economia americana não vai afundar e que a China enfim pode esquentar algo mais os preços no comércio mundial. Isso é sinal de inflação? Não obstante, os juros na praça subiram - O Banco Central Europeu, por exemplo, elevou ontem suas taxas e o mercado acha que não pára por aí. Enfim, dadas as acomodações de cenário e de carteiras de investimentos, as Bolsas pulam.

Embora vez e outra apareça um líder de fundos de “private equity” a dizer que a festa de compras de empresas pode estar chegando ao limite, não obstante ela continua. Tais fundos compram participações em empresas, por vezes fecham seu capital, as enxugam e as revendem.

São um dos grandes motores da alta das Bolsas mundiais, assim como são motores e recompra de ações pelas próprias empresas (em vez de investir em capital “produtivo”), a escassez de ações (em quantidade) no mercado dos EUA (que encolheu muito em 2006), a saúde das empresas e a sobra mundial de dinheiro, ainda barato.

Nada disso mudou muito, embora todo mundo se pergunte mais e mais de onde pode vir a bala perdida desse mercado financeiro cada vez mais gigante e desconhecido.

FREIRE, Vinicius Torres. **Boato do mês: mais juros e inflação.** Caderno Dinheiro. B4. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 7 jun. 2007.

O dialogismo, considerado como um dos pilares da arquitetura bakhtiniana, vem iluminar nossa discussão sobre o texto do jornalista Vinicius Torres Freire, cujos artigos são publicados em uma coluna permanente no caderno Dinheiro no jornal *Folha de S. Paulo*. Neste caderno, o autor discute periodicamente sobre fatos econômicos contemporâneos ocorridos em âmbito nacional ou internacional.

Como os textos opinativos apresentam aspectos subjetivos, o grau de adesão dos interlocutores depende do objetivo persuasivo delineado no texto, o qual também está associado às condições que circundam as esferas de produção, circulação e recepção do enunciado.

Na esfera jornalística, o locutor está ligado também a sua posição institucional. Sendo assim, ao elaborar seus enunciados, Freire não consegue dissociar estes fatores na construção do discurso; além disso, a temática de seus artigos gira em torno de questões econômicas, as quais acabam delineando o perfil de leitor de seus artigos.

Com isto, as escolhas estilísticas em seu enunciado podem revelar o tom do discurso, pois a consonância com o leitor e as possíveis discordâncias com leitores diferenciados também faz parte deste processo.

Freire, ao constituir seus enunciados a partir do gênero opinativo e também por conhecer o perfil do público-alvo, define exatamente os aspectos temáticos a serem abordados. No caso, os prováveis interlocutores são pessoas ou profissionais interessados nas questões socioeconômicas, as quais podem influenciar a conjuntura comercial do Brasil e do exterior.

Pode-se também presumir que a maior parte do perfil dos assinantes e dos demais leitores que lêem os artigos deste autor são pessoas com um grau de formação mais elevado, cuja preocupação está na atualização sobre os fatos relacionados às questões financeiras.

Em consonância com estes fatores, as esferas de produção e circulação acabam determinando o texto de Freire, porém, ao se tornar público, o enunciado pode atingir diferentes tipos de interlocutores, determinando também diferentes graus de compreensão.

Desse modo, é sobre esta esfera de recepção que o enunciador acaba tecendo, com auxílio dos signos lingüísticos e ideográficos, o seu discurso. É neste ponto também que observamos a atitude responsiva, pois o leitor acaba atuando sobre a elaboração do enunciado.

Nestes termos, percebemos que o jornalista utiliza de alguns elementos, como a pontuação, para ressaltar a presença de um outro em seu texto. Na elaboração do artigo, Freire faz uso dos sinais de pontuação para explicar ou remeter fatos para o seu interlocutor, de maneira a facilitar ou garantir um sentido aproximado, sem deixar de considerar a atitude responsiva de seu público leitor ou prováveis leitores em potencial.

No que tange à temática do texto em análise “Boato do mês: mais juros e inflação”, Freire escreve sobre o aumento de investimento na Bolsa por parte dos brasileiros bem sucedidos com potencial para investimentos. Neste artigo, o locutor discorre sobre os riscos de investimento por parte dos cidadãos comuns que não estão acostumados com transações financeiras e, principalmente, com a volatilidade das ações.

Segundo este autor, os boatos do mês sobre o aumento dos juros e inflação decorrem da ansiedade financista e decisões intempestivas dos investidores, aliados a isto, os humores do mercado americano contribuem para a mudança do cenário econômico. O enunciado ao ser elaborado alia-se a outros enunciados anteriores, ao mesmo tempo, projeta-se no futuro em decorrência de outros enunciados. É a partir deste contexto que nos habilitamos a refletir sobre a relação entre o texto escrito e os sinais de pontuação.

O que chama a atenção neste artigo é o uso abusivo dos parênteses, pois o locutor escolheu utilizar esta pontuação em vez de outro sinal como, por exemplo, a vírgula. Ao todo, foram utilizados oito parênteses no texto, fato que se destaca e nos convida a analisar seu emprego. Além disso, os parênteses em conjunto com os signos lingüísticos também denunciam a heterogeneidade presente no texto e sinalizam a relação dialógica com o leitor pressuposto.

Sob esse aspecto, ressaltamos que as escolhas oriundas dos sujeitos são um dos elementos que denunciam a subjetividade no discurso. Ao optar por determinado léxico ou sinal de pontuação, o enunciador também depende de outros aspectos subjetivos na

constituição de sentidos, pois por mais que o locutor pense ser o criador do seu discurso, suas escolhas são regidas pelas relações dialógicas que estão envoltas em função do contexto, do momento histórico e do leitor pressuposto.

Cabe ainda neste aparte, remeter as funções que se atribuem aos parênteses no intuito de explicitar esta reflexão, para tanto, colocamos na seqüência algumas definições adotadas por gramáticos e estudiosos do assunto.

Sobre a função dos parênteses, Giacomozzi et al. (2004, p.220) diz ser “sinal gráfico empregado na pontuação para: 1. separar elementos intercalados do restante da frase; [...] 2. marcar, no teatro, o que o ator deve fazer, como deve falar”. Esta definição parece insuficiente, tendo em vista que estas regras descritas pelos autores não conseguem abarcar todas as possibilidades do uso dos parênteses.

Neste caso, as regras prescritivas não são suficientes para justificar o uso dos sinais de pontuação, pois é na atividade de comunicação escrita que o emprego é mobilizado em função da proposta comunicativa e do diálogo interno encetado pelo locutor.

Sob outro viés, Jubran (1999) traz uma perspectiva interacional para o uso dos parênteses, porém os procedimentos parentéticos, como denomina a autora, não dão conta das variações de tom que este tipo de pontuação pode apreender na interação discursiva.

Em outra gramática (CEGALLA, 2000), podemos notar uma definição um pouco mais abrangente. Segundo este manual, os parênteses são usados para isolar palavras, locuções ou frases intercaladas no período, com caráter explicativo, as quais são proferidas em tom mais baixo.

Com relação ao tom, mencionado por Cegalla, não há como sistematizar algo que depende do momento de enunciação. Nesse sentido, a pontuação revela-se como um marcador das nuances no discurso, deixando também transparecer a subjetividade constitutiva da língua.

Ao mesmo tempo, podemos observar vários tons explicitando esta posição subjetiva conforme o tipo de enunciado e também, no caso, a pontuação que acompanha este texto.

Dadas algumas definições sobre o emprego dos parênteses, é necessário observar com mais acuidade as ocorrências desta pontuação no referido artigo. Na seqüência, seguem os exemplos em uma ordem numérica, de acordo com o encadeamento em que foram escritos:

- (1) Excetuados os negócios de especialistas no risco e de investidores qualificados (**ricos**);
- (2) Os juros de dez anos subiram no mercado americano (**da faixa de 4,5% para 5%**);
- (3) Aliás, em várias economias ou mercados financeiros grandes (**Londres, Europa**);
- (4) discutia-se o efeito da ruína do mercado imobiliário sobre o gasto dos consumidores e sobre o crédito dos EUA (**ambos seriam enxugados**);
- (5) o emprego permaneceu baixo (**embora sem aumentos relevantes nos salários**);
- (6) são motores a recompra de ações pelas próprias empresas (**em vez de investir em capital “produtivo”**);
- (7) a escassez de ações (**em quantidade**);
- (8) no mercado dos EUA (**que encolheu muito em 2006**).

Ao observarmos a colocação dos parênteses, podemos notar o caráter não só explicativo, mas também de maior ou menor relevância advindo da subjetividade inerente ao discurso, uma vez que Freire coloca informações que considera relevantes para o leitor e que acredita ser pertinente ao entendimento do seu enunciado.

Outro fato pertinente é a explicação pessoal, ou seja, o locutor coloca comentários mais detalhados, tentando explicar algum termo implícito ou o contexto do artigo, tais como: tipos de investimento, variação de porcentagem e delimitação de mercados financeiros. Desta forma, também percebemos o caráter dialógico com o interlocutor por meio dos parênteses que envolvem estas informações.

No artigo em questão, podemos perceber as informações sobre o momento financeiro vivido e também a perspectiva do emissor, que pode ser facilmente reconhecido através das escolhas lexicais e também pelos comentários entre parênteses, comentários estes que expressam a subjetividade presente no texto opinativo.

Sob outro aspecto, não se pretende estudar unicamente as intenções do locutor nesta reflexão, mas as opções por determinado sinal de pontuação e os eventuais efeitos desta escolha. Nesse sentido, numa eventual troca de sinais, aos colocarmos vírgulas no lugar dos parênteses, teríamos uma alteração de sentido através da movimentação discursiva. A título de ilustração, colocamos na seqüência estas possíveis situações:

- (1a) Excetuados os negócios de especialistas no risco e de investidores qualificados (**ricos**);
(1b) Excetuados os negócios de especialistas no risco e de investidores qualificados, **ricos**.

O exemplo (1b) é um caso em que a vírgula não poderia substituir os parênteses e manter o sentido esperado, pois daria outro enfoque ao enunciado. Nesta ocorrência, a vírgula produziria um efeito de enumeração de elementos, desdobrando o sentido da palavra “investidores”, classificando-a em duas categorias: os qualificados e os ricos. Sobre o texto original, a palavra “ricos”, escrita entre parênteses, dá característica ao termo “investidores qualificados”. Este desdobramento de sentidos a partir da situação de permuta é apenas uma das possibilidades para observar a atuação destes sinais na materialidade lingüística.

Deste modo, podemos notar que em algumas situações, os sinais de pontuação não são intercambiáveis, tendo em vista sua atuação na construção dos sentidos. Neste caso, os parênteses apontam para um tom enfático no discurso, o que realça a posição do locutor, deixando entrever uma segunda voz no discurso enunciativo.

No excerto em análise, pode-se perceber também a atitude responsiva delineada por Freire através da preocupação com o outro. O autor realça, pela presença dos parênteses, uma responsividade possível ao tentar garantir, num primeiro momento, o que é ser um investidor qualificado. O locutor antecipa uma possível apreciação que seu leitor possa ter sobre seu discurso; para isso, enfatiza a palavra “ricos”, colocando-a entre parênteses.

Além do tom enfático, a questão exotópica e cronotópica também deve ser considerada ao se analisar a pontuação sob o viés bakhtiniano. Neste sentido, ao elaborar o enunciado o autor considera a relação espaço-tempo, pois precisa pensar na posição do seu leitor e as possíveis leituras que poderão fazer do seu enunciado.

A concepção da exotopia remete-nos aos sujeitos produtores de texto, onde o enunciado de um deve restituir as condições de enunciação do outro, possibilitando a constituição de sentidos, enfatizado pelo acabamento assimétrico da dimensão espacial. Da mesma forma, o conceito de cronotopia lembra-nos do distanciamento temporal do enunciado com relação aos (inter)locutores.

Estes dois conceitos (exotopia/cronotopia) precisam ser observados em conjunto, pois o autor ao refletir sobre um fato acaba distanciando-se dele também no espaço e no tempo, uma vez que o enunciador tece seu discurso tendo como referências enunciados passados e futuros, o que influencia a constituição de sentidos a partir da recepção do artigo.

Apesar de não poder ter o domínio sobre o texto opinativo no momento em que é publicado, o locutor pressupõe, ao estruturar o discurso, os prováveis perfis de interlocutores que poderão ter interesse em sua produção textual; além disso, considera também o fato de muitos não compartilharem do momento sócio-histórico em que seu artigo foi elaborado. Dessa forma, a pontuação apresenta-se como um dos recursos para a constituição de sentidos.

Sob outro enfoque, outros excertos analisados também poderiam ser intercambiáveis no texto; no caso da segunda ocorrência dos parênteses, poderíamos trocá-los pela vírgula e o sentido intencionado pelo locutor seria possivelmente mantido, pois os elementos intercalados no final do enunciado possuem um tom explicativo menor, detalhando apenas o termo antes do sinal.

Nos exemplos abaixo, observamos um tom mais enfático no discurso se compararmos com o primeiro excerto analisado. Neste ponto, há um caráter de explicação complementar, no qual Freire explicita a variação de juros no mercado americano.

- (2a) Os juros de dez anos subiram no mercado americano **(da faixa de 4,5% para 5%)**;
- (2b) Os juros de dez anos subiram no mercado americano, **da faixa de 4,5% para 5%**.

Sob esse contexto, uma variação de 0,5% em uma década parece muito baixa se compararmos a outros mercados, tal como o Brasil, porém, esta informação torna-se relevante aos investidores que acompanham a situação econômica internacional e os possíveis impactos advindos desta oscilação.

Ao visualizarmos a variação dos sinais de pontuação, compreendemos que o locutor destacou seu enunciado dentro dos princípios dialógicos, pois as marcas externas possibilitam mostrar outras vozes no discurso.

Da mesma forma, os interlocutores podem ignorar as nuances de tom do discurso e neste ponto cabe ressaltar um trabalho pedagógico mais enfático. Para isso é preciso resgatar informações que vão além do texto para poder discutir e justificar os possíveis sentidos.

Dentro da discussão sobre a possibilidade de intercâmbio entre pontuações e a relevância destas na construção dos sentidos, o exemplo 3 explicita outra situação em que a vírgula ou o ponto-e-vírgula não poderiam ser empregados no lugar dos parênteses, já que poderiam mudar o sentido pretendido pelo emissor, tendo em vista que Freire dissocia o mercado londrino do restante do mercado europeu.

- (3a) Aliás, em várias economias ou mercados financeiros grandes **(Londres, Europa)**.
- (3b) Aliás, em várias economias ou mercados financeiros grandes, **Londres, Europa**.

No excerto acima, o emprego de uma outra pontuação como a vírgula pode levar a um sentido de enumeração de elementos que não necessariamente fariam referência aos dois termos “várias economias” e “mercados financeiros grandes”.

Nota-se que a vírgula dentro dos parênteses separa a palavra “Londres” do vocábulo “Europa”, pois o *ethos* discursivo (d)enuncia uma concepção diferente da capital inglesa com o restante do continente europeu, fazendo referência à importância desse mercado em relação ao resto da Europa. Neste trecho, podemos perceber a dialogia materializada no discurso, o que nos remete à heterogeneidade mostrada através da pontuação empregada.

Esta materialização da dialogia mostra-se presente nesta diferenciação entre a capital inglesa e o restante do mercado europeu. Freire tem ciência que seus leitores possuem um conhecimento geográfico razoável, o que não obrigaria a situar Londres como parte da Europa; mas ao fazer tal separação, o autor leva-nos a dialogar sobre a relevância deste mercado no cenário internacional.

Na seqüência, analisamos mais dois pares de ocorrências onde a pontuação auxilia na construção de sentidos no artigo de Freire. Dessa maneira, diferente da situação anterior, poderíamos fazer a permuta com a vírgula; sem acarretar múltiplos desdobramentos de sentido.

(4a) discutia-se o efeito da ruína do mercado imobiliário sobre o gasto dos consumidores e sobre o crédito dos EUA (**ambos seriam enxugados**);

(4b) discutia-se o efeito da ruína do mercado imobiliário sobre o gasto dos consumidores e sobre o crédito dos EUA, **ambos seriam enxugados**.

(5a) o emprego permaneceu baixo (**embora sem aumentos relevantes nos salários**);

(5b) o emprego permaneceu baixo, **embora sem aumentos relevantes nos salários**.

Aparentemente, se trocássemos os parênteses por outro sinal (como a vírgula), o termo após a pontuação continuaria um tom mais explicativo compartilhado pelo autor, para que o interlocutor tenha uma visão mais ampla do contexto.

Entretanto, percebe-se a presença do tom também pelo uso da pontuação; em ambas as ocorrências os excertos destacados diferem em relação ao restante do enunciado, deixando transparecer o autor pessoa do autor criador. Nesse caso, a permuta de um sinal por outro não é uma simples troca, mas pode modificar o tom do discurso; para ilustrar tal raciocínio, reproduzimos os exemplos de permuta que envolvem estes excertos.

Nos dois casos, a troca de pontuação parece não afetar a relação de sentido, mas o simples fato de existir a possibilidade de pontuar já (d)enunciaria o caráter subjetivo do artigo, tendo em vista que os parênteses (pelo próprio espaço visual que ocupam no texto) potencializam as informações, ressaltando-as.

Finalizando nossa análise sobre o artigo de Vinícius T. Freire, iremos discutir conjuntamente os três últimos casos de parênteses no texto. Os exemplos (6), (7) e (8) são escritos numa seqüência que poderiam ser intercambiáveis com o ponto-e-vírgula e a vírgula. Vejamos o parágrafo em que se inserem os três exemplos citados e uma outra hipótese em que há permuta com outras pontuações.

Exemplo 1 (pontuação original do artigo)

São um dos grandes motores da alta das Bolsas mundiais, assim como são motores a recompra de ações pelas próprias empresas (em vez de investir em capital “produtivo”), a escassez de ações (em quantidade) no mercado dos EUA (que encolheu muito em 2006), a saúde das empresas e a sobra mundial de dinheiro, ainda barato.

Neste excerto, a primeira ocorrência dos parênteses remete-nos a um tom mais pessoal no qual Freire demonstra outra forma de investimento. Já no segundo caso, a pontuação destaca o termo “em quantidade”, possibilitando ao interlocutor relacionar esta informação com a falta de ações.

Na última ocorrência do enunciado entre parênteses, verificamos um tom informativo que o locutor enuncia em seu discurso, no qual tenta resgatar a bagagem histórica de seus prováveis leitores. Neste ponto, o enunciador preocupa-se em situar o ano em que houve redução do mercado financeiro americano, resgatando fatos passados e provocando os interlocutores a pensarem nas conseqüências futuras.

Como já afirmamos, a opção por uma determinada pontuação em detrimento de outra advém de vários fatores; no caso em análise, a opção pelos parênteses revela-nos materialmente a marcação da heterogeneidade discursiva.

Pelo viés dialógico, o locutor emprega a pontuação considerando um leitor co-autor, que pode conhecer com mais detalhes o assunto que está sendo discutido. Neste caso, o interlocutor atribui graus de compreensão/atenção diferentes às informações, dependendo de sua constituição subjetiva e também dos recursos lingüísticos e ideográficos empregados no texto.

Exemplo 2 (hipótese de permuta com outras pontuações)

São um dos grandes motores da alta das Bolsas mundiais, assim como são motores a recompra de ações pelas próprias empresas, em vez de investir em capital “produtivo”; a escassez de ações, em quantidade, no mercado dos EUA, que encolheu muito em 2006; a saúde das empresas e a sobra mundial de dinheiro, ainda barato.

No excerto acima, a situação hipotética de permuta dos parênteses pelas vírgulas ajuda-nos a ilustrar a mudança visual no texto.

Esta mudança não é apenas estética, mas pode influenciar o tom volitivo-emocional (BAKHTIN, 2003) apreendido pelos prováveis interlocutores do artigo em análise.

No exemplo 2, os enunciados separados por vírgulas e ponto-e-vírgula dão a impressão de estarem mais integradas ao texto como um todo; já com a presença dos parênteses, esta impressão parece ser bem mais enfática.

Como podemos perceber, a pontuação presente na materialidade lingüística permite-nos comprovar a existência das relações dialógicas entre inter(locutores) e as possíveis construções de sentido advindos desta interação.

Sendo assim, sob a perspectiva bakhtiniana, temos que levar em consideração muitos fatores além do dialogismo, dentre eles o princípio da responsividade. Sobre este postulado, apesar do locutor tentar criar um sentido único para o seu texto, ele também considera (mesmo que de forma inconsciente) a presença do outro na elaboração do seu discurso.

A partir desta atitude responsiva, o locutor, ao empregar a pontuação no texto, marca também a relação espaço-tempo na criação verbal, delineando assim o acabamento do enunciado.

Após acompanharmos toda análise deste artigo, deixamos explicitado não ser esta a única maneira de conceber a relação entre os enunciados e a pontuação, porém julgamos ser uma forma eficaz para verificar a construção de sentidos e de se trabalhar o ensino e aprendizagem da pontuação, diferentemente da perspectiva sintática adotada nos manuais e livros didáticos.

Sob outro aspecto, não queremos diminuir ou dizer que não é importante a maneira como a gramática ou livros didáticos abordam o assunto sobre a pontuação, porém em nossa proposta gostaríamos de ressaltar a importância que os conceitos enunciativos discursivos revelam-se como ferramentas para analisar a linguagem do cotidiano.

4.2 Análise 2

Nesta nova análise utilizamos um artigo opinativo do caderno de Opinião da *Folha de São Paulo* (FSP), cujo autor é o colunista Clóvis Rossi, um renomado formador de opinião desse periódico; além disso, o jornalista por possuir um espaço fixo nesta mídia (Caderno

Opinião), tece periodicamente seu discurso focado nos fatos políticos e econômicos de âmbito nacional e internacional.

Ainda sobre o autor, ressaltamos que o mesmo é um correspondente de prestígio, pois continuamente é enviado para diversos lugares do mundo no intuito de acompanhar (e reportar) os grandes eventos sócio-políticos que norteiam a economia mundial. De outra forma, também o espaço em que o colunista ocupa também ajuda a constituir o *ethos* discursivo.

Diferentemente da primeira análise, onde o autor engendrava seu artigo no caderno Dinheiro, este tece seu enunciado num lugar de destaque num dos maiores jornais do país, cujas palavras alcançam uma amplitude maior entre os leitores desse periódico.

Se pensarmos que determinado suplemento da *Folha* atinge um público alvo específico, o mesmo já não ocorre com tanta homogeneidade no espaço destinado às opiniões. Por ser um local estratégico no jornal, onde se encontram também o editorial e a opinião de outros colunistas e leitores já no início do jornal; acreditamos que o espaço tenha um número muito maior de heterogêneo do que em cadernos específicos que tratam, por exemplo, de economia, esporte ou cultura.

Dito isto, ratificamos que Clóvis Rossi compartilha seu enunciado em um local de prestígio, cujos pensamentos atingem um número diversificado de segmentos da sociedade. Dessa forma, ao elaborar seu texto Rossi precisa considerar a atitude responsiva dos prováveis leitores de sua coluna, tais como: políticos, intelectuais e os diversos profissionais que se interessam por assuntos da área econômica e política. Além disso, o locutor tem noção que seu poder de influência como formador de opinião o responsabiliza a produzir um discurso mais objetivo e direto.

Nestes artigos, observa-se que o autor deixa transparecer fragmentos do *ethos* discursivo e os tons valorativos-emocionais na construção do texto; uma vez que algumas

pistas no fio do discurso ajudam a evidenciar a presença de outras vozes na materialidade lingüística. Desta forma, ratificamos que a subjetividade é algo inerente a qualquer análise que pretendemos fazer sob o viés bakhtiniano.

Para tanto, sob a égide desta linha teórico-metodológica, precisamos antes ambientar ao nosso leitor o artigo integral que nos motivou a refletir sobre os sinais de pontuação. Para isso, reproduzimos abaixo nosso *corpus* para esta segunda análise.

AUSÊNCIAS QUE PREENCHEM LACUNAS

SÃO PAULO – A Bélgica está sem governo há uns quatro meses. Divergências entre os partidos da francófona Valônia e da flamenga Flandres. Por “sem governo” entenda-se a superestrutura política, o gabinete. O resto funciona.

Os policiais policiam, os impostos são cobrados (ou sonegados) como de costume, os trens chegam e saem mais ou menos no horário, o metrô roda placidamente, tão placidamente que nem catracas tem, continuam à venda em cada esquina os imperdíveis “graufes” (“waffels”, feitos na hora, até fumegam à primeira mordida).

Imagine situação similar no Brasil (calma, “zelites”, não estou falando do atual governo, mas de qualquer governo).

Digamos que o ministro da Fazenda saia e não seja designado substituto. Caem os juro? Depende do Banco Central, que já mostrou que não dá a menor bola nem para o presidente, quanto mais para um subordinado como o ministro.

E as exportações, aumentam ou diminuem? Vale lembrar o óbvio: governos não exportam; empresas exportam. Logo...

Digamos ainda que o ministro da Saúde tire férias de uns três anos. Aumenta o número de mosquitos da dengue? Não depende dele, diz a propaganda do próprio governo, mas de todos nós. Logo...

Sai o ministro de Minas e Energia. Ah, já saiu faz tempo e não foi substituído? Então deixa pra lá.

Sem governo, o Corinthians sai da zona de rebaixamento? Depende do Lulinha, não do Lula (Lulinha o jogador, não o filho do presidente).

Ah, tem um quesito em que governo é de fato decisivo: sem governo, o senador Renan Calheiros teria sido cassado.

Se é assim, um brinde para a Bélgica, até porque, com ou sem governo, continua fabricando e vendendo 717 marcas de cerveja. Mas beba com moderação que amanhã é segunda, tem governo, tem dengue e tem juro.

Antes de fazer qualquer reflexão sobre a relação existente entre os signos lingüísticos e ideográficos, faz-se necessária a contextualização sócio-histórica que envolve o artigo em análise.

Rossi discorre sobre a continuidade e fluidez do serviço público na Bélgica, mesmo sem um governo fixo. Lá, todos os serviços funcionam normalmente. Em contrapartida, o autor propõe imaginarmos a mesma situação, só que no Brasil.

Ao relacionar a situação política da Bélgica e do Brasil, o autor explicita que mesmo com a desestrutura política existente na Bélgica (por um período de quatro meses), o país continuou funcionando normalmente. Já no Brasil, a superestrutura governamental representaria algo que emperra o país de se desenvolver como no primeiro mundo.

No mesmo caderno em que o artigo está vinculado, observam-se também temas importantes para debates, tais como: violência da desigualdade e fontes de energia. Estes assuntos, discutidos por pessoas de destaque no meio acadêmico e político, corroboram no prestígio deste espaço no jornal. Visto que também neste caderno são noticiados diariamente os principais fatos do Brasil e do mundo.

Pontualmente sobre os assuntos que foram noticiados junto ao artigo opinativo de Rossi, verificamos temas relacionados a irregularidades e ações políticas que emperram o desenvolvimento da nação, fatos estes que dialogam com a opinião explicitada por Clóvis Rossi.

Dentre estes fatos, chamamos a atenção para o fortalecimento de blocos políticos com interesses próprios, como o caso da bancada ruralista no congresso; além disso, a falta de fiscalização e as irregularidades nos gastos do governo ratificam e nos fazem refletir sobre a eficiência do governo.

Em contrapartida, na mesma edição do caderno, na parte que se refere aos assuntos internacionais, verificamos a troca de membros-chave do partido comunista no Congresso da

China. Esta atitude mostra a preocupação do governo chinês em solidificar sua administração, restabelecendo o grau de compromisso necessário entre as diferentes facções da legenda para governar o país.

Desta forma, o interlocutor de Rossi, ao articular o artigo com as demais notícias veiculadas no dia, pode ratificar dialogicamente a tese do autor, sobre a maior competência de gestores internacionais, frente aos políticos que comandam áreas estratégicas de nosso país.

Dado o contexto que envolve nosso *corpus*, esta análise objetiva discutir particularmente a presença dos parênteses como elementos que possibilitam observar a constituição de sentidos.

Dessa maneira, pelas escolhas lexicais e juntamente com a pontuação que acompanha o discurso de Rossi, pode-se perceber a manifestação do *ethos* discursivo que envolve o artigo em análise.

Antes de entrarmos propriamente na análise dos parênteses, gostaríamos de discorrer sobre um fato que chamou-nos atenção.

Já no início do artigo, verificamos uma relação dialógica explícita entre o título e o corpo do texto, uma vez que o locutor utiliza as reticências para dialogar com o título do texto (Ausências que preenchem lacuna), desvelando um silogismo inconcluso.

Dessa maneira, essa relação entre os signos (lingüísticos e ideográficos) manifesta a dinâmica da concepção bakhtiniana de responsividade, pois os sinais de pontuação contribuem na construção dos efeitos de sentido. A percepção da atitude responsiva é um ponto importante em nossas reflexões, uma vez que nos auxilia a compreender o caráter interativo existente na materialidade discursiva.

O autor termina dois parágrafos consecutivos do seu artigo utilizando as reticências, fato inusitado para este tipo de texto. Para ilustrar esta construção enunciativa, vamos refletir separadamente cada um dos excertos.

(a) E as exportações, aumentam ou diminuem? Vale lembrar o óbvio: governos não exportam; empresas exportam. Logo...

(b) Digamos ainda que o ministro da Saúde tire férias de uns três anos. Aumenta o número de mosquitos da dengue? Não depende dele, diz a propaganda do próprio governo, mas de todos nós. Logo...

No primeiro caso, quando o autor escreve (Logo...), a presença das reticências remete-nos a uma atitude responsiva que o locutor quer provocar intencionalmente. Rossi não conclui seu raciocínio, mas da forma que estrutura seus argumentos, leva o leitor a pensar na importância do governo para a cadeia produtiva.

Do mesmo modo, no segundo parágrafo terminado com as reticências, observa-se na trama lingüística a intencionalidade de refletir sobre a responsabilidade dos órgãos nacionais e seu papel junto à população.

Como vimos, a pontuação é um recurso importante para a construção enunciativa; porém, como nosso enfoque não é analisar todos os sinais de pontuação, continuaremos a discutir mais especificamente o uso dos parênteses.

No texto de Rossi, no momento em que ele começa a dar exemplos do funcionamento eficaz da Bélgica sem uma superestrutura política fixa, observa-se a presença dos parênteses em duas situações no mesmo parágrafo:

(c) Os policiais policiam, os impostos são cobrados (ou sonegados) como de costume, os trens chegam e saem mais ou menos no horário, o metrô roda placidamente, tão placidamente que nem catracas tem, continuam à venda em cada esquina os imperdíveis “gaufres” (“waffels”, feitos na hora, até fumegam à primeira mordida).

Como sabemos, os parênteses são sinais de interação entre os interlocutores e também possuem uma função significativa no discurso, permitindo-nos observar as variações de tom.

Nesse sentido, na primeira ocorrência dos parênteses, a expressão “ou sonegados” já é um pressuposto existente, pois quer relembrar que também na Bélgica há cobranças e

sonegações de impostos. Rossi estabelece uma relação dialógica, tentando reavivar a memória cultural do interlocutor.

Sob estas condições, pela perspectiva bakhtiniana, considera-se o termo “ou sonegados” como uma expressão de destaque, uma vez que ao ser envolto pelos parênteses, estabelece uma duplicidade de leitura e impede um único modo de constituir os sentidos.

Dessa forma, mesmo entre parênteses, o termo acaba influenciando na atitude responsiva do interlocutor. Ao discorrer que “os impostos são cobrados (ou sonegados) como de costume”, Rossi sinaliza um tom irônico ao referir-se a costumeira prática de sonegação de impostos, carregando seu enunciado de juízos de valor e emoção.

Assim sendo, o ironista, o produtor da ironia, encontra formas de chamar a atenção do enunciatário para o discurso e, através desse procedimento, contar com sua adesão. Sem isso a ironia não se realiza. O conteúdo, portanto, estará subjetivamente assinalado por valores atribuídos pelo enunciador, mas apresentados de forma a exigir a participação do enunciatário, sua perspicácia para o enunciado e suas sinalizações, por vezes extremamente sutis. Essa participação é que instaura a intersubjetividade, pressupondo não apenas conhecimentos partilhados, mas também pontos de vista, valores pessoais ou cultural e socialmente comungados ou, ainda, constitutivos de um imaginário coletivo. É a organização discursivo-textual que vai permitir esse chamar a atenção sobre o enunciado e, especialmente, sobre o sujeito da enunciação. (BRAIT, 1996, p. 105).

Este acabamento valorativo-emocional remete ao interlocutor sua bagagem histórica, permitindo ou não sua adesão ao *ethos* discursivo delineado por Clóvis Rossi.

Partindo desta afirmação, o enunciado entre parênteses estabelece uma unidade de comunicação verbal heterogênea. Considerando este viés teórico, pode-se dizer que na constituição de sentidos, a relação mútua entre escritor e leitor estabelece uma complexa rede de interação no texto.

Retomando o mesmo parágrafo de análise, na segunda ocorrência dos parênteses, observamos que o locutor utiliza-os para explicitar o nome de um lanche existente na Bélgica: “continuam à venda em cada esquina os imperdíveis ‘gaufres’ (‘waffels’, feitos na hora, até

fumegam à primeira mordida)”. Neste caso, o autor, além de deixar claro o que são gaufres, também explica a maneira como são feitos.

Nesta utilização dos parênteses, o autor também dialoga com o interlocutor, pois traz uma explicação de sua bagagem histórica, colocando experiências pessoais para contextualizar seu texto e persuadir seus prováveis leitores. Neste caso, há um apelo à percepção gustativa visual, pressupondo um leitor também sensível a esse apelo, a relação dialógica se estabelece nessa pressuposição partilhada em relação à cultura gastronômica.

Neste caso, o autor ao engendrar a atitude responsiva de seu interlocutor, considera não ser de conhecimento comum este tipo de lanche (gaufres) vendido nas ruas da Bélgica.

Diferentemente do primeiro termo destacado entre parênteses, este remete-nos a um tom valorativo-emocional mais intimista, uma vez que ao compartilhar as experiências vividas pelo enunciador-pessoa, o enunciador-criador quer criar um laço de intimidade com seu leitor.

Estes parênteses utilizados por Rossi têm a característica essencialmente bakhtiniana de estabelecimento da dialogia com os seus leitores, antecipando possíveis desconhecimentos por alguns e fornecendo-lhes informações adicionais. O efeito de sentido pretendido pelos parênteses é o de aproximação com os leitores e nesse procedimento constrói seu *ethos*.

Além disso, esta heterogeneidade marcada pelos parênteses, em ambos os excertos do parágrafo, poderiam ser retiradas sem um grande prejuízo para os sentidos, mas no momento de enunciação o autor achou pertinente a colocação destes excertos tendo em vista as condições de espaço/tempo dos participantes do discurso.

No terceiro parágrafo do artigo, Rossi estabelece uma relação dialógica mais direta com seus leitores, antecipando uma provável reação: “Imagine situação similar no Brasil (calma, “zelites”, não estou falando do atual governo, mas de qualquer governo)”. Nesse

caso, o autor não estabelece uma explicação, mas enuncia através de um discurso direto uma provável interpretação que seus leitores possam ter frente às suas afirmações.

No fio do discurso, percebe-se que o colunista antecipa os possíveis julgamentos de valor de seu enunciado. Nesta situação, verificamos um tom de resguardo no qual o autor tenta preservar sua face frente aos prováveis julgamentos de seu texto.

Deste modo, ao comparar a situação política do Brasil com o da Bélgica, temos que considerar o momento sócio-histórico em que a atual administração federal é controlada pelo partido petista. Neste sentido, para não (d)enunciar sua posição política, Clóvis Rossi se retrata afirmando que suas críticas são para qualquer governo e não apenas para o atual.

Um fato curioso que também nos chamou atenção dentro do excerto marcado pelos parênteses, foi a inserção do neologismo “zelites”. Em uma possível leitura, Rossi poderia ter aglutinado uma palavra conhecida, como “elite”, ao termo intimista Zé.

Neste caso, o termo pode remeter-nos aos compadres, colegas e amigos que são nomeados para chefiar setores estratégicos do governo; também pode estar sinalizando um traço de oralidade as elites (zelites) como “osolhos” (zóios) na linguagem popular, o que remete-nos a incorporação de uma outra voz em seu discurso.

Dessa forma, a idéia de um leitor passivo, como um mero receptor da linguagem não pode ser considerado; uma vez que na produção textual, há a preocupação com o outro, o que nos remete a concepção bakhtiniana da atitude responsiva. Nestes termos, há o pressuposto de uma resposta de um leitor virtual, o qual se torna parte integrante do discurso.

No exemplo citado, comprovamos que a subjetividade também se faz presente pelo auxílio da pontuação, uma vez que os efeitos de sentido são decorrentes da constituição subjetiva de cada sujeito, pois quem dá e atribui significado nas relações dialógicas são os (inter)locutores.

Na última ocorrência dos parênteses, situado no antepenúltimo parágrafo do artigo, verificamos novamente um tom de resguardo e ao mesmo tempo provocativo no enunciado de Rossi.

Quando o colunista escreve: “Sem governo, o Corinthians sai da zona de rebaixamento? Depende do Lulinha, não do Lula (Lulinha o jogador, não o filho do presidente)”, o mesmo cita um time de futebol, no qual um dos torcedores mais ilustres é o próprio presidente da república. Além disso, ao citar o nome do jogador Lulinha, o autor prevê que sua escolha (no nome do jogador) pode remeter ao nome do filho do presidente, que responde também por Lulinha.

Nestes termos, este excerto demarcado pelos parênteses pode deslocar o interlocutor a refletir sobre os benefícios que os apadrinhados do governo possuem. Uma vez que não foi por acaso ou por ingenuidade que Clóvis Rossi colocou o nome deste jogador no artigo.

Para ratificar esta leitura do enunciado, recorreremos ao parágrafo subsequente, onde o autor diz: “Ah, tem um quesito em que o governo é de fato decisivo: sem governo, o senador Renan Calheiros teria sido cassado”. Neste caso, Rossi confirma apenas que uma das funções do governo é resguardar as ações ilícitas e ineficientes de seus correligionários.

Ainda antes de terminar, gostaríamos de discorrer sobre um último fato que nos chamou a atenção.

Apesar de não problematizarmos a questão da vírgula no artigo em discussão, no último parágrafo observamos algo interessante, uma vez que o autor termina o texto com uma enumeração de elementos negativos: “Se é assim, um brinde para a Bélgica, até porque, com ou sem governo, continua fabricando e vendendo 717 marcas de cerveja. Mas beba com moderação que amanhã é segunda, tem governo, tem dengue e tem juros”.

Dessa forma, Rossi atribui ao governo um tom valorativo negativo, pois coloca no mesmo nível da dengue e dos juros, ao fazer tal construção sequencial.

Com mais esta análise, houve a possibilidade de perceber a força que a dialogia exerce para a constituição de sentido do artigo, no qual a pontuação se faz presente como um recurso dialógico no ato de interlocução.

4.3 Análise 3

Ao analisarmos mais um artigo opinativo de Clóvis Rossi, observamos sua predileção em escrever sobre o contexto socioeconômico do país. Em viagem ao Fórum Econômico Mundial, em Davos (janeiro de 2008), o colunista acentuou seus comentários sobre a política econômica brasileira frente à atual conjuntura internacional.

Enquanto o mundo, no início de janeiro (2008), estava preocupado com a sucessão presidencial nos Estados Unidos e os prováveis impactos advindos deste pleito; as notícias veiculadas sobre o Brasil no caderno principal da *Folha* não pareciam acompanhar esta expectativa mundial.

Na edição em que foi publicado nosso *corpus*, verificamos notícias relacionadas a contratos fraudulentos entre empreiteiras e poder público. Além disso, também observamos a tentativa de acordo entre partidos políticos e a preocupação em escolher um sucessor para o presidente Lula nas eleições presidenciais de 2010.

Dessa forma, quando Rossi engendra seus comentários no artigo, o jornalista não deixa de referir-se, mesmo que implicitamente, aos fatos sócio-históricos que influenciam o país; uma vez que ao deixar o comando do país no “piloto automático”, o governo deixa de se preocupar com coisas importantes, como o bem-estar da população, para cuidar de assuntos particulares e partidários. É sob este contexto que reproduzimos abaixo o artigo integral de nossa terceira análise.

DESLIGAR O PILOTO AUTOMÁTICO

DAVOS – Está chegando a hora em que o governo brasileiro será cobrado, pelo mundo rico, a desligar o piloto automático com que vem sendo conduzida a economia a rigor desde o segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso.

Até agora, foi só apertar o botão “enter” e rodava o programa ortodoxo: superávit fiscal primário muito elevado; câmbio flutuante, mas que levou o real a flutuar sempre para cima; e política monetária apertada (juros altos).

Bom, ontem, até o diretor-gerente do Fundo Monetário Internacional, Dominique Strauss-Khan, cobrou mais gastos governamentais, nos países que têm margem de manobra, para içar o mundo da crise. O Brasil tem margem? Eu acho que sim, porque o governo arrecada mais do que gasta, se forem excluídos os juros.

Gastos com juros são entesourados, não voltam para o consumo. E estimular o consumo é outra recomendação consensual do mundo de Davos. A pregação de Strauss-Khan certamente fortalecerá a mão daqueles que querem gastar mais no governo.

Dois: baixar os juros é o clássico remédio para desacelerações econômicas. O Banco Central aponta para o inverso. Qual será a pressão externa para que o Brasil gaste mais e ajude os ricos?

Três: câmbio. A pressão está claramente centrada na China, cuja moeda é muito desvalorizada, mas há um certo clamor por um ajuste cambial global que elimine ou reduza os evidentes desalinhamentos. Se e quando houver essa mexida geral, o real sofrerá conseqüências que ainda não estão à vista.

Vale (inclusive para o Brasil, pouco falado em Davos) o resumo do debate de ontem sobre o panorama econômico mundial, feito por Martin Wolf (“Financial Times”): “O tamanho da crise vai depender das ações que forem adotadas”.

Ação é o inverso exato de piloto automático.

ROSSI, Clóvis. **Desligar o piloto automático**. Caderno de Opinião. A2. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 27 jan. 2008.

No presente artigo, destaca-se a crítica do jornalista pela inexpressiva falta de comando do governo brasileiro. Segundo Rossi, o Brasil (governo federal) não aproveitou o bom momento da economia mundial, pois colocou a nação “no piloto automático”, deixando de aproveitar o cenário positivo que apresentava o panorama mundial.

Este enunciado de Clóvis Rossi acaba interagindo com outro artigo do próprio autor, cujo enfoque foi referir-se à ineficiência da superestrutura governamental de nosso país. O artigo (Ausências que preenchem lacunas) discutido em nossa segunda análise vem corroborar para o delineamento do *ethos* discursivo.

O próprio título do artigo (Desligar o piloto automático) remete-nos à idéia de uma estagnação ou inércia por parte dos comandantes. Como sabemos, os pilotos utilizam o recurso do piloto automático para guiarem as aeronaves, porém, quando Rossi associa este

recurso ao governo brasileiro, sentimos um tom de crítica negativa que nos faz refletir sobre a atuação de nossos “comandantes”.

Na observação da materialidade lingüística, temos que levar em consideração, conforme o viés bakhtiniano, o momento sócio-histórico-ideológico em que os sujeitos estão inseridos. Dessa maneira, o autor dialoga com seus interlocutores no processo enunciativo.

No primeiro parágrafo, o autor se resguarda tentando explicar que suas críticas não são apenas sobre o atual governo (PT), mas originou-se a partir do segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso (PSDB). Nesta atitude, o locutor antecipa as atitudes responsivas que poderiam ocorrer caso não se referisse também ao governo antecessor.

Sob outro aspecto, ao associar metaforicamente a situação econômica com o contexto aéreo, Rossi abre margem para relacionarmos aos graves problemas que afetaram o país e que estão na memória discursiva do leitor no que tange à aviação. Fato este que foi apelidado de “apagão aéreo” por estar associado ao caos nos aeroportos, decorrentes de atrasos, falta de estrutura e até mesmo das grandes tragédias da aviação que assolaram nosso país.

Contextualizando com a analogia do artigo, ao desligar o piloto automático, o comandante precisa ter competência para guiar a aeronave; com relação aos governantes, isto implica deixar de confiar apenas nos fatores externos da economia mundial e criar uma administração sólida e eficiente.

Nesta perspectiva, a concepção de dialogismo que permeia toda obra bakhtiniana ajuda-nos a conceber este *corpus* como algo resultante da produção social e ideológica entre os (inter)locutores. Na tessitura do enunciado, Rossi pressupõe um compartilhamento de enunciados por parte de seus leitores, o que implica colocar outras informações e excertos para garantir o entendimento mínimo sobre o assunto que está sendo discorrido.

Explicitado o contexto de nosso *corpus* e a perspectiva de análise adotada, delimitamo-nos a refletir novamente sobre um tipo de pontuação que o autor se utilizou para elaborar o artigo em questão.

Dentre as muitas pontuações observadas, chamou-nos atenção a presença dos parênteses, representando marcas que (d)enunciam a heterogeneidade constitutiva do texto (AUTHIER-REVUZ, 2004). Para elaboração do artigo, o autor utilizou-se de vários enunciados para tecer seu discurso, além disso, pautou-se pelas condições de espaço e de tempo que podem modificar a recepção de seu discurso.

Nestes termos, o jornalista tem noção que as diferenças espaços-temporais do momento de enunciação para o momento de recepção de seus leitores podem influenciar a constituição de sentidos; para tanto, faz uso de recursos lingüísticos e ideográficos para garantir um sentido aproximado para suas idéias.

Neste processo, percebemos que há um diálogo permanente entre o locutor/redator e o ouvinte/leitor que determinam a enunciação, uma vez que este caráter interativo permite mudanças, passando a elucidar ou alterar os sentidos do enunciado. Nesse sentido, é a idéia da palavra em movimento que nos traz o princípio da atitude responsiva.

Dito isto, no segundo parágrafo do artigo, destacamos a primeira ocorrência de utilização dos parênteses o qual reproduzimos abaixo:

(1a) Até agora, foi só apertar o botão “enter” e rodava o programa ortodoxo: superávit fiscal primário muito elevado; câmbio flutuante, mas que levou o real a flutuar sempre para cima; e política monetária apertada (juros altos).

Neste caso, quando o autor enuncia o sintagma “juros altos” entre parênteses, na perspectiva do locutor, o mesmo pressupõe a necessidade de explicitar a expressão “política monetária apertada”. Dessa forma, os sinais de pontuação auxiliam a evidenciar o outro no

discurso, mostrando a necessidade de garantir e facilitar o entendimento de seus interlocutores.

Rossi emprega um tom explicativo ao colocar envolto entre parênteses a expressão “juros altos”. Aparentemente parece-nos desnecessário a colocação desta explicação, tampouco haveria prejuízo de sentido, porém, o autor, ao destacar o excerto pelo uso dos parênteses, quer garantir que haja uma constituição de sentidos comum sobre o que ele concebe como política monetária apertada em seu artigo.

O enunciado entre parênteses reforça o tom explicativo ao discurso e remete-nos à questão da atitude responsiva engendrada pela teoria bakhtiniana. Ao enfatizar seu texto, o jornalista pressupõe um leitor que não atenta para o contraste entre valorização do real e os impactos dos juros altos.

Como há uma multiplicidade de leitores do artigo que não tem um conhecimento aprofundado sobre o contexto e os termos econômicos, Clóvis Rossi utiliza, além das escolhas lexicais, o recurso da pontuação na composição de seu texto, o que reforça nossa hipótese da relevância dos signos ideográficos na constituição de sentidos.

Nos quatro parágrafos subseqüentes do artigo, observamos que o autor discorre sobre as tentativas do Fundo Monetário Internacional (FMI) em amenizar a crise econômica mundial, iniciada no mercado americano e que atingiu as demais economias (incluindo o Brasil).

Em resumo, Rossi explicita as três atitudes prescritas pelo FMI para diminuir os impactos da desaceleração do crescimento econômico: estímulo de consumo, baixa dos juros e controle cambial. Estas recomendações foram debatidas no Fórum Econômico Mundial, em Davos, onde os representantes das grandes potências discutiram o futuro socioeconômico mundial.

Com a atual política de globalização, os efeitos da crise foram sentidos também entre os países pobres e emergentes. Por isso, Clóvis Rossi traz em seu discurso a preocupação da intensidade deste período recessivo para o Brasil.

Dessa maneira, no penúltimo parágrafo do artigo também encontramos a ocorrência dos parênteses que confirmam esta preocupação do autor e que revela a heterogeneidade presente no fio do discurso.

(2a) Vale (inclusive para o Brasil, pouco falado em Davos) o resumo do debate de ontem sobre o panorama econômico mundial, feito por Martin Wolf (“Financial Times”): “O tamanho da crise vai depender das ações que forem adotadas”.

No primeiro excerto entre parênteses, verifica-se um tom de esclarecimento e recomendação. Rossi destaca sua visão geral do fórum, a partir de sua constituição como cidadão brasileiro e como um correspondente de um dos maiores jornais do país.

O locutor compartilha com seu leitor a percepção de que pouco se falou do Brasil no fórum de Davos. Neste ponto, ao marcar a heterogeneidade do parágrafo através dos parênteses, o locutor deixa transparecer um tom patriótico ao trazer e mostrar aos prováveis leitores o grau de importância que nosso país teve como pauta de discussão neste evento internacional.

Além disso, traz a recomendação também para o nosso país de um plano de ações para amenizar o tamanho da crise, ação esta recomendada por Martin Wolf, um prestigiado jornalista britânico.

Ao citar o nome deste jornalista, Clóvis Rossi sente a necessidade de colocar entre parênteses o jornal ao qual esta autoridade em assuntos econômicos está vinculada. Neste caso, o tom explicativo mostra-se necessário para dar credibilidade às recomendações prescritas por Martin Wolf e também mostra a preocupação do autor em situar para seus leitores quem é a pessoa que ele menciona nominalmente em seu artigo.

Neste caso, é como se respondesse ao questionamento de um possível leitor que não sabe quem é, nem a importância que tem Wolf. Por isso, o autor coloca a resposta entre parênteses em antecipação a uma possível pergunta.

Como vimos, nas ocorrências em que os parênteses apareceram no texto de Rossi, os enunciados destacados pelos parênteses revelaram uma preocupação com o outro de forma mais enfática, no intuito de compartilhar e destacar as diferentes vozes que constituem o artigo.

Dessa maneira, ratificamos que os sinais de pontuação auxiliam a identificar a heterogeneidade discursiva, o que reforça nossa idéia de que, na tessitura dialógica do texto, a pontuação tenha um papel importante na constituição de sentidos.

Compreendido isto, pode-se apreender também que o significado dos enunciados resulta de formações dinâmicas por intermédio da interação sócio-histórica, conforme teoriza Bakhtin.

No que tange à análise deste artigo, a escolha por determinado sinal de pontuação constitui uma das maneiras de enxergarmos a singularidade do texto, pois a alteridade dos interlocutores se defronta para compor a singularidade do discurso.

Ao problematizarmos a utilização dos parênteses, também podemos refletir sobre a possibilidade de permuta com outros sinais e o impacto desta permuta na constituição de sentidos.

Numa primeira leitura, podemos pensar que somente aquele modo de pontuar seria possível, mas no caso específico dos exemplos discutidos, também podemos levar em consideração a ocorrência de outros tipos de pontuação, possibilitando ao leitor atribuir nuances de sentido diferentes.

No que se refere ao primeiro exemplo dos parênteses (1a), o intercâmbio por vírgulas poderia deixar margem a outras interpretações, alterando a recepção do enunciado. Nesta

situação, a presença da vírgula poderia dar margem a um desdobramento de sentido, separando os sintagmas “juros altos” e “política monetária apertada”. Conforme exemplo explicitado abaixo:

(1b) Até agora, foi só apertar o botão “enter” e rodava o programa ortodoxo: superávit fiscal primário muito elevado; câmbio flutuante, mas que levou o real a flutuar sempre para cima; e política monetária apertada, juros altos.

Assim sendo, no exemplo original o enunciado entre parênteses explicita o significado da expressão política monetária apertada, já no segundo exemplo, com a vírgula, o encadeamento de idéias poderia sugerir idéias distintas, possibilitando um desdobramento de sentido.

Quanto ao outro parágrafo em que ocorrem os parênteses, também verificamos a possibilidade de intercâmbio com as vírgulas, sem que haja um distanciamento da mensagem original enunciada por Clóvis Rossi; porém, as nuances de tom parecem ser alteradas pela inserção de outro signo ideográfico.

(2b) Vale, inclusive para o Brasil, pouco falado em Davos, o resumo do debate de ontem sobre o panorama econômico mundial, feito por Martin Wolf, “Financial Times”: “O tamanho da crise vai depender das ações que forem adotadas”.

Nesta possibilidade de permuta, o tom dos excertos colocados entre parênteses parece estar em menos evidência com as vírgulas, uma vez que o impacto visual dos parênteses é muito maior e chama mais atenção para outras vozes que compõem o discurso.

Dessa forma, ao suscitarmos tal reflexão, gostaríamos de desprender o estudo da pontuação exclusivamente pela sintaxe para o domínio do discurso. Nessa abordagem, os signos ideográficos podem ser considerados como ferramentas para se observar a opacidade do discurso e, ao mesmo tempo, as várias vozes que se entrelaçam na superfície textual.

4.4 Análise 4

Ao refletirmos sobre o *ethos* discursivo em mais um texto de Clóvis Rossi, ratificamos sua predileção por comentários de cunho socioeconômico, mas no texto em análise, notamos uma construção inusitada para atingir o propósito comunicativo ao qual o locutor se propõe discutir.

Dessa forma, ao discutirmos sobre o artigo de Rossi, necessariamente temos que considerar os fatores externos à enunciação, uma vez que estes fatos podem influenciar as esferas de produção e recepção do enunciado. Além disso, faz-se pertinente a exposição integral de nosso *corpus* em consonância com a proposta bakhtiniana de análise.

RONALDO, MESSI E AS MÁQUINAS

MADRI – Há grupos, infelizmente pequenos e com baixo teor de penetração no debate público, que entram na discussão sobre a mudança climática pelo lado mais abrangente, o do insustentável padrão de consumo do mundo contemporâneo. Diz essa turma que não adianta muito substituir o combustível derivado do petróleo pelo biocombustível se permanecer o incontrolável consumo de tudo o que gera gases, poluição etc.

Por mais que suspeite que a pregação de uma relativa frugalidade está fadada à derrota, ao menos no tempo de vida que me resta, ela ganha atualidade ante duas cenas muito recentes. A primeira, a de Ronaldo caído na grama e chorando (de novo) por mais uma contusão séria, durante jogo do Milan, faz apenas três semanas. A segunda, a de um menino, Lionel Messi, jogador do Barcelona, chorando (de novo) pela ruptura do bíceps femoral da coxa esquerda, no jogo em que ganhamos do Celtic (1 a 0), na noite de anteontem.

O que tem o primeiro parágrafo a ver com o segundo? Do meu ponto de vista, tudo: situações como a de Ronaldo, 31 anos, e a de Messi, 20, ocorrem porque está havendo um consumo descontrolado também de seres humanos.

O jornal “El País” diz que a nova contusão do craque do Barça “reabre o debate sobre se a fragilidade muscular de Messi tem algo a ver com o tratamento hormonal a que foi submetido em sua adolescência para corrigir problemas de crescimento” (Messi passou de adolescente a adulto já no Barça, ao qual chegou aos 13 anos).

Não soa familiar? Não é o mesmo debate que se deu sobre a nova contusão de Ronaldo?

O fato é que o esporte de competição tornou-se parte da formidável engrenagem do capitalismo. Por isso, exigem-se máquinas de produzir (no caso, futebol). Nada contra o capitalismo. Mas ainda prefiro seres humanos a máquinas.

A partir desta exposição, pensando numa perspectiva dialógica de linguagem, no qual o momento sócio-histórico também faz parte do processo interacional, é necessário ambientar o leitor no contexto que envolve o enunciado em questão.

Na edição do dia em que o artigo de Clóvis Rossi foi publicado, verificamos no caderno principal da *Folha* diferenças de enfoque nas notícias nacionais e internacionais. Na parte que se refere ao Brasil, observamos fatos relacionados aos conflitos partidários para controle de pastas estratégicas do governo; além disso, verificamos também outros assuntos de cunho político, como: revisão sobre projeto que reduz o número de vereadores e relações escusas do governo com organizações não-governamentais.

Com relação aos assuntos internacionais, constatamos notícias relacionadas à disputa eleitoral americana e, de modo geral, assuntos referentes aos problemas dos países sul-americanos; entre os quais destacamos a crise entre Equador e Colômbia e a preocupação do presidente da Colômbia em anunciar um plano econômico para atenuar o efeito da crise.

Apesar da aparente dissonância de assuntos, o texto de Rossi vem chamar atenção para os temas de relevância internacional. Enquanto o Brasil preocupa-se com problemas de ordem política, o mundo e também o artigo do jornalista Clóvis Rossi vêm trazer em discussão assuntos pertinentes à área macroeconômica, tais como: mudança climática e também mudanças no padrão de consumo da sociedade capitalista.

Outro ponto importante a comentar, é que o enfoque dado ao cenário mundial está relacionado à posição em que o autor se encontra, porque Rossi está em Madri; esse é um fato relevante, uma vez que está distanciado dos problemas locais (pelo menos espacialmente).

No artigo, Rossi relaciona dois parágrafos, num primeiro momento, aparentemente sem nexos; porém, o autor explicita esta relação comparando as contusões de dois jogadores do futebol espanhol aos efeitos produzidos pelo sistema capitalista. Desta forma, justifica-se a interface do título engendrado com o corpo do texto.

A partir das observações sobre o enunciado, percebemos colocações explícitas de vírgulas e parênteses que deixam transparecer a subjetividade do locutor e explicitam a heterogeneidade discursiva (AUTHIER-REVUZ,1990) presente na tessitura do texto. Corroborando com estas colocações, acreditamos ser importante discorrermos, de forma breve, sobre o assunto que se apresenta no início do artigo opinativo.

Assim sendo, Clóvis Rossi começa o texto comentando sobre as mudanças climáticas e o consumo desenfreado da sociedade contemporânea. No segundo parágrafo, Rossi discorre sobre as contusões do jogador Ronaldo (Fenômeno) e Lionel Messi, ambos jogadores do futebol espanhol. Seguindo sua linha de raciocínio, observamos a inserção dos jogadores como exemplos utilizados para comparar o esporte de competição à mercê das ambições capitalistas.

Quando o enunciador estabelece relações entre máquina e ser humano, nos faz refletir sobre o poder que o capitalismo exerce tanto fora quanto dentro do país. O que vale para o futebol, vale também para o campo político econômico; uma vez que o sistema capitalista influencia quase todos os setores da sociedade, obrigando o ser humano a se transformar numa espécie de máquina produtiva.

Sob um viés dialógico, ao relacionar os nomes de dois jogadores com o contexto econômico, o locutor quer chamar atenção do seu interlocutor, tentando aproximar campos de atuação distintos. Sabendo que o futebol é um assunto que supostamente interessa grande parte dos brasileiros, a associação no título e também no corpo do texto pode ser um atrativo de leitura para os prováveis leitores de seu texto.

Ao mesmo tempo, ao engendrar seu *ethos* no fio do discurso, o jornalista utiliza de alguns recursos como os sinais de pontuação para o desdobramento da dialogia, ou seja, nesta relação do eu com o outro, Rossi considera também a diversidade de seus leitores. Dessa forma, ao estruturar o discurso, leva em conta um leitor ideal e também o leitor não esperado.

Em consonância com tais colocações, nos restringimos ao estudo de algumas pontuações que nos chamaram atenção no enunciado. Neste artigo, a presença de vírgulas e parênteses que permeiam o texto permite a observação das diferentes vozes que compõem a unidade enunciativa.

Dando seqüência em nossa análise, percebemos a ocorrência de três parênteses no segundo parágrafo:

(1) Por mais que suspeite que a pregação de uma relativa frugalidade está fadada à derrota, ao menos no tempo de vida que me resta, ela ganha atualidade ante duas cenas muito recentes. A primeira, a de Ronaldo caído na grama e chorando (de novo) por mais uma contusão séria, durante jogo do Milan, faz apenas três semanas. A segunda, a de um menino, Lionel Messi, jogador do Barcelona, chorando (de novo) pela ruptura do bíceps femural da coxa esquerda, no jogo em que ganhamos do Celtic (1 a 0), na noite de anteontem.

Neste fragmento do artigo, observa-se que a expressão “relativa frugalidade” vem em oposição à ambição compulsiva tanto em relação ao consumo quanto em relação à criação de super-homens vitoriosos.

Além disso, em meio aos sinais de pontuação observados, chamou-nos atenção a colocação das duas primeiras vírgulas no primeiro período do trecho, pois além de ressaltar a heterogeneidade mostrada (AUTHIER-REVUZ, 1990) no discurso, insere uma intercalação de elemento dentro da ordem canônica da sentença (LOPES-ROSSI, 2001).

Muito embora nossas análises tenham como foco o emprego dos parênteses, também observamos outras pontuações que podem ser intercambiáveis no texto. No caso específico deste excerto, percebemos um tom pessimista no discurso de Rossi ao associar seu tempo de vida às mudanças de comportamento da sociedade pós-moderna.

Dessa maneira, quando o autor interrompe a seqüência lógica para introduzir um comentário pessoal: “ao menos no tempo de vida que me resta”, o pensamento do locutor é inserido pela marcação das duas vírgulas que têm a função de evidenciar seu enunciado.

Podemos pensar que Clóvis Rossi insere-se de forma mais direta para estabelecer um diálogo entre o sujeito/repórter articulista, objetivo e o outro apoiado em suas crenças subjetivas, o cidadão; uma vez que não acredita em medidas paliativas rápidas para a redução de consumo no mundo contemporâneo.

Além disso, com a inserção das vírgulas, percebe-se um desdobramento do sujeito enunciador num duplo de si mesmo, incorporando possíveis intervenções do leitor no texto. Neste caso, a heterogeneidade do artigo também é (d)enunciada pelo tipo de pontuação empregada na superfície textual.

No mesmo período, percebemos que o autor poderia optar pela utilização de outro sinal de pontuação, como os parênteses, sem prejuízos para o sentido geral do artigo, mas não fez esta permuta em decorrência das possíveis variações de tom advindas desta troca.

Num primeiro momento, esta escolha parece estranha, pois, numa primeira leitura, deixamos de pensar em outras possibilidades de pontuar. Porém, o simples fato de pensar em permutarmos alguns sinais de pontuação, nos faz refletir sobre os possíveis significados decorrentes desta interação. Para ilustrar tal situação, colocamos um mesmo trecho com duas pontuações diferentes:

(1a) Por mais que suspeite que a pregação de uma relativa frugalidade está fadada à derrota, ao menos no tempo de vida que me resta, ela ganha atualidade ante duas cenas muito recentes.

(1b) Por mais que suspeite que a pregação de uma relativa frugalidade está fadada à derrota (ao menos no tempo de vida que me resta) ela ganha atualidade ante duas cenas muito recentes.

Sobre este trecho em que simulamos a troca de pontuação, o intercâmbio das vírgulas pelos parênteses poderia resultar em um destaque maior para o enunciado, dando um tom mais enfático ao discurso.

A nosso ver, estas separações demonstram explicitamente a dialogia presente no discurso, uma vez que o autor insere-se para explicitar ao seu interlocutor sua real crença (pessimismo) de uma repentina diminuição de consumo da sociedade capitalista.

Sob outro enfoque, no que tange à continuação da análise do parágrafo, a inserção de duas ocorrências da expressão “de novo”, entre parênteses, resulta também de uma troca possibilitada pela interação verbal. Neste caso, a pontuação também tem papel relevante, pois difere o comentário mais pessoal do locutor do restante do seu próprio discurso:

(1c) A primeira, a de Ronaldo caído na grama e chorando (de novo) por mais uma contusão séria, durante jogo do Milan, faz apenas três semanas. A segunda, a de um menino, Lionel Messi, jogador do Barcelona, chorando (de novo) pela ruptura do bíceps femoral da coxa esquerda, no jogo em que ganhamos do Celtic (1 a 0), na noite de anteontem.

Na heterogeneidade do discurso, os parênteses apresentam-se como recursos visíveis na materialidade lingüística e que nos possibilitam observar a interação com o interlocutor.

As informações delimitadas por esta pontuação fazem-nos lembrar (no caso dos jogadores) da repetição das contusões e do choro emitido por ambos. Nesse ponto, o tom irônico também se deixa transparecer através dos parênteses, pois um dos sentidos possíveis remete a este fato enunciado por Rossi. Além disso,

Qualquer que seja a dimensão da ironia – frasal ou textual –, desencadeia-se um jogo entre o que o enunciado diz e o que a enunciação faz dizer, com objetivos de desmascarar ou subverter valores, processo que necessariamente conta com formas de envolvimento do leitor, ouvinte ou espectador. (BRAIT, 1996, p. 106).

Dessa forma, este traço de linguagem revela um ponto de vista que requer tanto do locutor quanto do interlocutor uma competência discursiva para entender a ironia como forma particular de interdiscurso.

No cruzamento de vozes, a ironia desmascara a pretensa objetividade do texto midiático, cuja forma de construção (d)enuncia um ponto de vista e revela o caráter bivocal e dialógico desse sistema de interação.

Na coincidência das situações vividas pelos dois jogadores, o jornalista pressupõe o desconhecimento dos fatos por parte de seus interlocutores, o que nos lembra da atitude responsiva que locutor antecipa em seu texto.

Sob outro aspecto, pensando numa possível permuta com outro sinal, como por exemplo as vírgulas, não teríamos o mesmo resultado; uma vez que visualmente os parênteses exercem uma presença maior na superfície textual.

Isso mostra-nos que os impactos resultantes do emprego de determinada pontuação advém de um processo subjetivo, que escapa a qualquer ordem normativa, e que também dependem de fatores externos ao momento de enunciação.

Dessa maneira, a natureza enunciativa da pontuação revela-nos a impossibilidade de uma análise exclusivamente objetiva e sistêmica, uma vez que a questão estilística traz em cena as propriedades subjetivas da linguagem.

O exercício individual de pontuar representa uma atividade complexa, na qual as variações de sinais são decorrentes também das relações entre (inter)locutores. Em situações de enunciação distintas, um mesmo texto pode ser pontuado de forma diferente tanto por vários autores quanto por um mesmo autor.

Neste caso, o emprego da pontuação está atrelado ao momento único de cada ato enunciativo. Na escrita, atribui-se a pontuação um caráter “embreador”, cuja função é subsidiar o entrelaçamento dos signos lingüísticos.

Desse modo, como os atos enunciativos são instâncias de subjetivação da linguagem, a atualização desses “embreadores” é única a cada vez, já que determinada por relações específicas entre interlocutores, tempo e espaço característicos das situações nas quais se desenvolve a enunciação. (CHACON, 1998, p.131).

No caso específico deste parágrafo, verificamos a ocorrência de mais um parênteses, cuja função é expor o resultado do jogo entre Barcelona e o clube inglês Celtic. Nesta situação, a pontuação revela um tom explicativo, deixando transparecer a heterogeneidade no fio do discurso.

Como Rossi tem consciência que seu espaço na *Folha* possui um público heterogêneo, que muitas vezes não acompanha com frequência os assuntos esportivos (como futebol), o autor tenta resgatar e ressaltar informações que acredita serem pertinentes para a persuasão de seus interlocutores.

Dando seqüência a nossa análise, no terceiro parágrafo do artigo, o jornalista tenta dar uma explicação sobre a relação entre os dois primeiros parágrafos, onde o enunciador justifica o consumo descontrolado não apenas dos recursos materiais, mas também dos seres humanos.

Neste ponto, retomamos o tema central do artigo que é trazer em debate as conseqüências que o capitalismo produz em todos os setores da sociedade, fazendo com que seres humanos sejam comparados a máquinas. Estas informações são importantes na análise, visto que ao discutir determinado enunciado, precisamos ter um panorama do contexto sócio-histórico que o envolve.

No que tange ao restante do artigo, encontramos mais duas ocorrências dos parênteses, uma no antepenúltimo e outra no último parágrafo do texto:

(2) O jornal “El País” diz que a nova contusão do craque do Barça “reabre o debate sobre se a fragilidade muscular de Messi tem algo a ver com o tratamento hormonal a que foi submetido em sua adolescência para corrigir problemas de crescimento” (Messi passou de adolescente a adulto já no Barça, ao qual chegou aos 13 anos).

(3) O fato é que o esporte de competição tornou-se parte da formidável engrenagem do capitalismo. Por isso, exigem-se máquinas de produzir (no caso, futebol). Nada contra o capitalismo. Mas ainda prefiro seres humanos a máquinas.

No caso do excerto 2, o destaque do enunciado entre parênteses remete-nos novamente a um tom explicativo, como forma de situar ao leitor o percurso da vida profissional do jogador Messi.

Neste caso, o locutor pressupõe um desconhecimento deste fato por parte de seus prováveis interlocutores. Ao fazer tal destaque no parágrafo, Rossi ratifica e destaca seu

pensamento ao associar a contusão do atleta aos fatores e interesses econômicos do clube espanhol.

Como os grandes clubes de futebol fazem parte de uma ideologia dominante, de caráter competitivo imposto pelo sistema econômico em âmbito mundial, acreditamos que a inserção do jogador brasileiro no artigo faça alusão ao Brasil como parte integrante desse sistema.

Mesmo estando na Espanha, o articulista não deixa de remeter em seu texto fatos e personagens nacionais que também não deixam de estar subjugados ao contexto capitalista, do qual ele discorre e ao mesmo tempo critica.

Sob outro aspecto, nesta posição adotada pelo articulista, há um conflito de vozes presentes no enunciado, pois ao utilizar-se de aspas, Rossi quer remeter um tom de dúvida à eficácia do debate sobre as causas da contusão de Messi.

Ao mesmo tempo, coloca, logo depois da seqüência entre aspas, uma afirmação entre parênteses para esclarecer e ratificar a atitude capitalista do clube espanhol em tentar transformar meninos em máquinas vitoriosas a qualquer preço.

Sendo assim, verificamos que a pontuação é um elemento que nos ajuda a perceber a variação de tom no discurso, o que nos estimula a deixar de fazer uma leitura ingênua, para uma leitura mais crítica do texto.

Com relação ao último parágrafo (excerto 3), Rossi destaca a expressão “no caso, futebol”. Com isso, quer chamar atenção para este esporte que atualmente virou um negócio lucrativo que envolve grandes transações em dinheiro. A associação do futebol no artigo ressalta as mudanças de comportamento de uma sociedade subjugada pelo regime capitalista.

Além disso, a duplicidade enunciativa aponta também para outros aspectos. Ao fragmentar o período com a inserção dos parênteses, Clóvis Rossi quer ressaltar que nem

todos os esportes de competição têm o mesmo enfoque econômico, o que obriga o enunciador a referir-se novamente ao futebol.

Cabe ressaltar neste parágrafo, a posição subjetiva do enunciador nos dois últimos períodos: “Nada contra o capitalismo. Mas ainda prefiro seres humanos a máquinas”. Como Rossi faz parte de uma empresa de comunicação, integrada ao sistema econômico, percebemos um conflito de vozes no fio do discurso; neste embate, há uma posição contrária ao regime capitalista estabelecido.

Neste caso, há um conflito do sujeito jornalista que está inserido em um contexto socioeconômico e que tem consciência dos efeitos deste sistema; ao mesmo tempo verificamos a presença do enunciador-pessoa, que não concorda com as práticas e conseqüências do capitalismo.

Para terminar esta análise, cabe salientar a importância que os sinais de pontuação têm no discurso, pois através deste recurso visual é possível perceber o caráter interativo da linguagem, ou seja, a pontuação revela-se como marcas silenciosas para (d)enunciar as diferentes vozes que compõem a trama textual.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao relacionarmos a importância dos sinais de pontuação e a constituição de sentidos em textos midiáticos, tomamos como base teórica o viés bakhtiniano de linguagem. Nesta perspectiva, evidenciou-se o caráter dialógico do texto e as relações entre os (inter)locutores, além disso, não podemos deixar de pensar também na subjetividade e heterogeneidade que emergem no texto escrito.

Sendo a mídia um lugar de prestígio e de grande relevância para o campo investigativo da Linguística Aplicada, os textos opinativos serviram como material produtivo na discussão sobre a importância que os sinais de pontuação exercem na interação entre enunciados.

A reflexão sobre os artigos opinativos também proporcionou um material propício para se analisar e perceber as diferentes vozes e os tons que despontam no fio do discurso. Nesta complexidade lingüística, verificou-se que os sinais de pontuação destacam-se como ferramentas para articulação dos sentidos.

Como vimos, a discussão dos sinais de pontuação através dos artigos opinativos revelou-se como um material útil para se estimular a formação e especialização de professores de língua e profissionais interessados neste conteúdo específico da língua.

Sob outro aspecto, nas análises apreendidas, percebemos também que as relações entre os signos lingüísticos e ideográficos podem interferir na constituição de sentidos, dessa forma, a pontuação revelou-se um recurso importante na materialidade lingüística. Assim, passa a evidenciar os sentidos, não só aqueles que o emissor vislumbra, como também os construídos no processo de interação com os interlocutores.

Considerados como signos ideográficos e ligados à produção de sentido, os sinais de pontuação comportam-se como elos na cadeia enunciativa. Dessa maneira, pontuar é mais do que colocar sinais gráficos de acordo com critérios estritamente sintáticos. A prática de

reduzir o uso da pontuação à sintaxe é limitar a importância deste conteúdo, é deixar de valorizar estes sinais como marcas de subjetividade no discurso.

Observando o método tradicional de ensino deste conteúdo, percebemos a necessidade e pertinência de uma análise discursiva mais complexa, fazendo emergir as vozes sociais do emissor e dos possíveis leitores não só em relação ao contexto imediato, mas também ao leitor virtual, como orienta os conceitos bakhtinianos.

Na trama do discurso, a pontuação acaba sendo um indicador da heterogeneidade na superfície textual, cuja aparente objetividade é desvelada pelas vozes constituintes no discurso. Além disso, os desdobramentos rítmicos e visuais possibilitados pela pontuação são elementos de extrema relevância para a constituição de sentidos.

Em nosso *corpus*, a observação mais específica sobre os parênteses e as vírgulas possibilitou-nos visualizar outras possibilidades de ensino e aprendizagem, além das que são utilizadas tradicionalmente. Esta reflexão permitiu-nos distanciar das regras que apregoam um uso simplista para os parênteses e ao mesmo tempo prescrevem um número de regras excessivas para a utilização das vírgulas.

O estudo dos sinais de pontuação pelo viés bakhtiniano nos abre margem para um mundo de possibilidades, dada à vasta contribuição engendrada pelo teórico russo. Esta perspectiva nos ampara em questões que a gramática não dá conta, como é o caso do emprego da pontuação.

O intercâmbio entre vírgulas e parênteses, nos artigos analisados, serviu-nos como referência para destacar a dialogia presente no texto, provindo de qualquer suporte midiático. A simples troca de sinais implica em escolhas subjetivas de ordem dialógica, o espaço ocupado por determinada pontuação e também a posição que este sinal ocupa no discurso podem provocar diferentes efeitos de sentido.

Neste ponto, a questão da ironia, do tom, do ritmo e do grau de destaque sobre determinado sintagma está relacionado ao contexto em que o enunciado está inserido, nele também temos que considerar o *ethos* presente a partir do emissor e também a relação dialógica entre enunciados.

Dessa forma, esta pesquisa deixa sua contribuição e ao mesmo tempo espera ter aberto brechas para novas pesquisas sobre a temática em questão. O assunto parece árido e escasso, porém, em nosso percurso de investigação descobrimos quão rica e pertinente é a reflexão sobre os sinais de pontuação. Sendo assim, temos consciência de que não esgotamos o assunto pela impossibilidade em abarcar todas as questões referentes à pontuação.

Entre eles, a apresentação dos sinais de pontuação que permeiam os livros didáticos recomendados pelo ministério da educação para cursos de ensino Fundamental e Médio, também o uso deste recurso nas diversas mídias, sejam elas impressas ou digitais. Além disso, há diversas pontuações a explorar seu uso e seus efeitos; como nos restringimos a discutir sobre determinadas pontuações, deixamos margem para novos questionamentos e uma trilha para novas pesquisas sobre o assunto.

Dentro desta nova proposta para se trabalhar com a pontuação, acreditamos que esta dissertação possa estimular novas práticas em diferentes níveis de ensino. Deste modo, no Ensino Superior é bastante pertinente à discussão teórica sobre Bakhtin, visto seu conjunto de conceitos serem muito difundidos na formação de professores de língua.

Neste grau de ensino, pode-se introduzir cada conceito bakhtiniano aplicado ao uso da pontuação em diferentes situações, podendo ser discutidas algumas questões como: gênero, exotopia, cronotopia e dialogismo. Pela vertente bakhtiniana, também é possível analisar a relação entre os participantes do discurso, pois a interação entre ambos pressupõe o acabamento do texto (o eu e o outro).

Corroborando com este raciocínio, acreditamos que esta proposta possa ser aplicada também em cursos de extensão universitária ou em módulos de cursos de especialização, visto que muitos educadores ainda desconhecem a riqueza dos postulados deixados por Bakhtin e sua utilidade para o ensino e aprendizagem da língua.

Já a aplicação de nossa proposta para o trabalho da pontuação com alunos do Ensino Médio deve ser um pouco mais simplificado, pois deve-se considerar o nível de compreensão e recepção dos interlocutores neste nível de ensino.

Nossa intenção não foi criar uma seqüência didática detalhada sobre como trabalhar os sinais de pontuação sob o viés bakhtiniano, mas abrir possibilidades para reflexão e estratégias para aprendizagem produtiva deste conteúdo.

Sendo assim, ratificando nosso raciocínio, gostaríamos que nossos apontamentos servissem de subsídio para reflexões e ações pedagógicas com relação aos sinais de pontuação. Nossa intenção foi criar um material teórico de base, no qual professores possam refletir e, ao mesmo tempo, criar novas estratégias de ensino sob o viés discursivo, tendo como aporte as contribuições bakhtinianas.

Desse modo, pode-se, antes mesmo de entrar no conteúdo específico sobre pontuação, ambientar o contexto sócio-histórico no qual o gênero a ser trabalhado está inserido. Além disso, a ambientação das esferas de produção, circulação e recepção precisam também ser trabalhadas para que os educandos possam entender a relação entre o locutor e interlocutor e, conseqüentemente, ter noção sobre a dialogia presente no texto.

Enfim, é a partir de todas estas estratégias que poderemos iniciar as reflexões sobre a importância da pontuação na relação entre os enunciados e também a constituição de sentidos decorrentes da relação entre os signos lingüísticos e ideográficos.

Finalmente, esperamos ter atingido nossos objetivos de ressaltar o uso da pontuação por caminhos que evoquem a questão do sentido. Nesta perspectiva, pretendeu-se auxiliar na

construção de leitores mais proficientes, além disso, almejou-se atingir (futuros) docentes, para que estes possam trabalhar os matizes que os sinais de pontuação exercem no texto escrito.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMORIM, Marília. A contribuição de Mikhail Bakhtin: a tripla articulação ética, estética e epistemológica. In: FREITAS, Maria Teresa; SOARES, Solange Jobim; KRAMER, Sonia (Org.). **CIÊNCIAS HUMANAS E PESQUISA: Leituras de Michail Bakhtin**. São Paulo: Cortez Editora, 2003, p. 11 -25.

_____. **O pesquisador e seu outro: Bakhtin nas ciências humanas**. São Paulo: Musa Editora, 2004.

AMOSSY, Ruth (Org.). **Imagens de si no discurso: a construção do ethos**. São Paulo: Contexto, 2005.

AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. **Heterogeneidade(s) enunciativa(s)**. Campinas: Cadernos de Estudos Linguísticos (19), 1990, p. 25-42.

_____. **Entre a transparência e a opacidade: um estudo enunciativo do sentido**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.

BAGNO, Marcos. A inevitável travessia: da prescrição gramatical à educação linguística. In: BAGNO, Marcos; GAGNÉ, Gilles; STUBBS, Michael. **Língua materna: letramento, variação e ensino**. São Paulo: Parábola, 2002.

BAKHTIN, Mikhail M. **Estética da Criação Verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

_____. **Marxismo e Filosofia da Linguagem**. 8 ed. São Paulo: Editora HUCITEC, 1997.

_____. **Estética da Criação Verbal**. 4 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

BARROS, Diana Luz Pessoa de. Dialogismo, Polifonia e Enunciação. In: BARROS, Diana L. P de; FIORIN, José L. (Org.). **Dialogismo, Polifonia, Intertextualidade: Em torno de Bakhtin**. São Paulo: Edusp, 1994.

BRAIT, Beth. **Ironia em perspectiva polifônica**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1996.

_____. Contribuições de Bakhtin às Teorias do Discurso. In: BRAIT, Beth (org.). **Bakhtin, dialogismo e construção do sentido**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1997.

BRAIT, Beth; MELO, Rosineide de. Enunciado/ enunciado concreto/ enunciação. In: BRAIT, Beth (Org.). **Bakhtin: conceitos-chave**. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2005, p. 61 – 78.

BRANDÃO, Helena H. Nagamine. Escrita, leitura, dialogicidade. In: BRAIT, Beth (org.). **Bakhtin, dialogismo e construção do sentido**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1997, pp. 281 – 290.

BRITO, Eliana Vianna. A linguagem da mídia impressa no contexto escolar: contribuições para formação crítica do professor-educador. In: CASTRO, Solange T. Ricardo; SILVA, Elisabeth Ramos da (Org.). **Formação do Profissional Docente: Contribuições de pesquisas em Lingüística Aplicada**. Taubaté-SP: Cabral Editora e Livraria Universitária, 2006. p.149 – 166.

CEGALLA, Domingos Paschoal. **Novíssima Gramática da Língua Portuguesa**. 43. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2000.

CHACON, Lourenço. A pontuação e a demarcação de aspectos rítmicos da linguagem. **DELTA**, São Paulo, v. 13, n. 1, 1997. Disponível em <<http://www.scielo.br/scielo.php>. Acesso em: 17 Dez 2007.

_____. **Ritmo da escrita: uma organização do heterogêneo da linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das Mídias**. São Paulo: Contexto, 2006.

DAHLET, Véronique. **As (man)obras da pontuação: usos e significações**. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2006.

_____. **Pontuação, Língua, Discurso**. Comunicação apresentada no 24º Seminário do GEL/1994 – FFLCH/USP-SP. São Paulo, 1995, p. 337-340.

_____. **Pontuação, Sentido e Constituição de sentidos**. Comunicação apresentada no XLV Seminário do GEL/1997 – Unicamp – Campinas - SP. São José do Rio Preto (SP), 1998, p. 465-471.

DURRENMATT, Jacques. **La punctuation**. Besançon: La Licorne, 2000.

FIORIN, José Luiz. **Introdução ao pensamento de Bakhtin**. São Paulo: Ática, 2006.

FOLHA DE S. PAULO. **Manual Geral de Redação**. 2.^a ed. rev. aum. São Paulo: Folha de S. Paulo, 1987.

GIACOMOZZI et al. **Dicionário de gramática**. São Paulo: FTD, 2004.

JUBRAN, Clélia C. A. S. Funções textuais-interativas dos parênteses. In: NEVES, Maria Helena de Moura (org.). **Gramática do Português Falado**. 2. ed. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP; Campinas: Editora da UNICAMP, 1999.

LAURENS, Camille. Parenthèse(s). In: DURRENMATT, Jacques. **La punctuation**. Besançon: La Licorne, 2000.

LAURIA, Maria Paula Parisi. **A pontuação**. 3^a ed. São Paulo: Atual, 1989. (Tópicos de linguagem)

LOPES-ROSSI, Maria A. G. **O emprego da vírgula no português a partir da reflexão sobre a organização estrutural das frases: possibilidades e desafios**. Comunicação apresentada no XLIX Seminário do Grupo de Estudos Lingüísticos do Estado de São Paulo – GEL, Marília, 24, 25 e 26 de maio de 2001.

LUFT, Celso Pedro. **A vírgula**. 2. ed. São Paulo: Editora Ática, 1998.

MAINGUENEAU, Dominique. **Análise de textos de comunicação**. São Paulo: Cortez, 2001.

_____. A propósito do ethos. In: MOTTA, Ana Raquel; SALGADO, Luciana. **Ethos discursivo**. São Paulo: Contexto, 2008.

NASCIMENTO, Luiz Marine José do. **O que diz e o que faz a Folha de S. Paulo com o seu dizer: as imagens do discurso nos editoriais sobre compra de votos**. Dissertação de Mestrado.PUC.São Paulo: 2003.

OLIVEIRA, Maria Bernadete Fernandes de. Bakhtin e a cultura contemporânea: sinalizações para a pesquisa em Lingüística Aplicada. In: **Rev. ANPOLL**, n.13, p. 105 -121, jul./dez. 2002.

PINHEIRO, Najara Ferrari. A noção de gênero para análise de textos midiáticos. In: MEURER, José Luiz; MOTTA-ROTH (Org.). **Gêneros textuais e práticas discursivas: subsídios para o ensino da linguagem**. Bauru, SP: EDUSC, 2002, p. 259 – 290.

POSSENTI, Sírio. **Discurso, estilo e subjetividade**. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

PUZZO, Miriam B. A pontuação nos textos informativos: informação e constituição de sentido. In: SILVA, E. R da; UYENO, E. Y.; ABUD, M. J. M. (Org.). **Cognição, Afetividade e Linguagem**. Taubaté: Cabral Editora e Livraria Universitária, 2007, p. 123-146.

ROCHA, Iúta Lerche Vieira. O sistema de pontuação na escrita ocidental: uma retrospectiva. **DELTA**, São Paulo, v. 13, n. 1, 1997. Disponível em <<http://www.scielo.br/scielo.php>>. Acesso em: 17 Dez. 2007a.

_____. Flutuação no modo de pontuar e estilos de pontuação. **DELTA**, São Paulo, v. 14, n. 1, 1998. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo.php>>. Acesso em: 17 Dez. 2007b.

SARAMAGO, José. **Ensaio sobre a cegueira**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p.13.

SILVERSTONE, Roger. **Por que estudar a mídia?** São Paulo: Editora Loyola, 2002.

SOUZA, Geraldo Tadeu. **Introdução à teoria do enunciado concreto do círculo Bakhtin/Volochinov/ Medvedev**. 2. ed. São Paulo: Humanitas/ FFLCH/USP, 2002.